

Hélio Rodrigues de Oliveira Júnior

*Notas sobre a cidade, a modernidade e os
condomínios fechados*

Belo Horizonte

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

UFMG

2005

Hélio Rodrigues de Oliveira Júnior

*Notas sobre a cidade, a modernidade e os
condomínios fechados*

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Sociologia, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientadora: Prof^ª. Léa Freitas Perez

Belo Horizonte

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

UFMG

2005

*Em tudo, sempre com amor, aos meus pais,
Hélio e Sula, minhas referências primeiras.*

*Por habitar meu próprio texto... e convidar-me
à escritura. Por lhe amar sempre mais e mais, nesta
vida, neste mundo... Para Fernanda, é claro!*

Muito do que aqui se encontra se deve ao fato de eu ter literalmente me perdido em meio aos dons que compartilham comigo. Em cada argumento proposto, certamente se acomodam idéias, visões, palavras, dúvidas, que já me causam algum embaraço ao ter que defini-las como minhas. Receio tê-las diminuído, quiçá. São, de todo o modo, impressões das quais participo. Assumo sua autoria (e responsabilidade), ante às intransigências acadêmicas, que, como se sabe, exigem alguém que as faça perceber. Por isso, como forma de agradecimento, marco as dívidas que possibilitaram a realização deste trabalho e, afortunadamente, de tantas outras coisas.

As coisas belas que o acaso produz compartilho com Sheila e Luizinho, Sandra e Radamés, Raquel e Beto, Luciana e Aloísio, Isabela e Daniel, Clara e Aldair, Bárbara e Donizete, Eliane, Cláudia, Elci e Zezé, Patrícia, Mundica, Lucy, Elídia, Helena, Ayumi, Betão, Reinaldo, Marcelo, Lúcio, Lucci, José Duarte, João, Canário, Bruno, Anderson e Alexandre.

Aos meus sobrinhos Rodrigo, Rafael, Marcelo, Luquinhas, Fabinho, Eduardo, Diego, Athos, Malu, Lu, Fernanda e Clarinha, pelo que simplesmente são.

Aos meus sogros, Lucas e Marilene, por esse algo mais que a vida me concede.

Aos companheiros de trabalho Thays, Mariana, Kênia, Flávia, Débora, Cristina, Ana, Mário, Jaime, Figueiredo, Décio e David. Muito obrigado a todos pela generosidade com que me apóiam.

Ao Jair, que, à sorte dos livros, sempre me impressiona em generosidade.

Aos funcionários Alessandro, Cirene e Assis por irem além de seu fado.

Aos professores Ronaldo, Renan, Paulo Henrique, Juarez, João Gabriel e Eduardo, por tudo que estenderam a mim.

Ao professor Francisco, início desta caminhada e de tantas outras.

À professora Luciana, por contribuir sensível e generosamente para com a realização deste trabalho.

Por arrancar à banalidade de um ofício os gestos que o tornam nobre e as palavras que o fazem digno. Por lembrar-me Mauss e a dádiva de si. Por ser o que é e, ao sê-lo, acrescer mais e mais ao que te cerca, em especial, à Léa.

Muito Obrigado!

Como alegres convivas de um banquete que desejam suas taças novamente cheias, que nos seja permitido dizer à vida: uma vez mais!

*Escrever é estar no extremo
de si mesmo, e quem está
assim se exercendo nessa
nudez, a mais nua que há,
tem pudor de que outros vejam
o que deve haver de esgar,
de tiques, de gestos falhos,
de pouco espetacular
na torta visão de uma alma
no pleno estertor de criar.*

João Cabral de Melo Neto

Resumo

O objetivo da dissertação é pensar as relações entre a cidade e a proliferação de condomínios fechados. Para tanto, a partir de uma reflexão sobre a realidade enquanto texto e a obsessão objetivista do realismo científico e moderno, busca delinear algumas de suas conseqüências para a análise da cidade. Procura, também, desenvolver argumentos sobre o modo como a cidade é retratada por parcela significativa do pensamento social contemporâneo e sobre suas implicações para o entendimento dos processos de proliferação de condomínios fechados. Contrasta, ainda, alguns casos nos quais a proliferação de condomínios fechados se manifesta, ressaltando suas especificidades e as dificuldades que engendram para uma explicação de teor generalizante. Por fim, sugere a pertinência de pensar outramente as relações entre cultura de consumo, estilos de vida, conflito social e espaço construído, com o intuito de compreender a cidade e a proliferação de condomínios fechados.

Abstract

This paper targets the reasoning on the relations between the city and the spreading of gated communities throughout it. Hence, starting from a reckoning on reality as a text and the objectivist obsession of modern and scientific realism, this paper seeks to make an outline of some of the consequences for the city's analysis. It seeks also to develop arguments on the way the city is portrayed by a significant part of contemporary social thought and on its implications towards the understanding of the gated communities spreading processes. Still, it contrasts a few cases in which the gated communities spreading processes are manifested, highlighting their specificities and difficulties which bring about a generalizing rate explanation. Finally, it suggests a pertinence of thinking otherwise the relations between culture and consumption, lifestyles, social conflict and built space, with the intent of understanding the city and the gated communities spreading.

Sumário

<i>Primeiras Notas</i>	09
<i>Capítulo I</i>	
Quando o texto é a cidade, a realidade “mente”...	15
<i>Capítulo II</i>	
Cidade, modernidade e condomínios fechados sob o crivo do douto acadêmico	25
<i>2.1 – Excesso de estímulos... carências analíticas</i>	28
<i>2.2 – Modernidade e racionalização do espaço urbano: a formalização do desejo e seus efeitos</i>	33
<i>2.3 – As noções de público e de privado e seu influxo sobre as análises que se voltam para os processos de proliferação de condomínios fechados</i>	41
<i>Capítulo III</i>	
Especificidades dos processos de proliferação de condomínios fechados	48
<i>3.1 – O rechaço à planificação das evidências socioespaciais</i>	51
<i>3.2 – Reestruturação urbana e condomínios fechados: o caso de Belo Horizonte e de sua Região Metropolitana</i>	59
<i>3.3 – Breve conclusão</i>	64

Capítulo IV

Consumo, conflito e proliferação de condomínios fechados	68
<i>4.1 – Cultura de consumo e condomínios fechados: um pouco mais do mesmo?</i>	70
<i>4.2 – Sociedade e espaço: violência, medo e condomínios fechados</i>	80
<i>Notas Finais</i>	91
<i>Referências Bibliográficas</i>	104

PRIMEIRAS NOTAS

A metrópole se revela como uma daquelas grandes formações históricas em que correntes opostas que encerram a vida se desdobram, bem como se juntam às outras igual direito. Entretanto, neste processo, as correntes da vida, quer seus fenômenos individuais nos toquem de forma simpática, quer de forma antipática, transcendem inteiramente a esfera para a qual é adequada a atitude de juiz. Uma vez que tais forças da vida se estenderam para o interior das raízes e para o cume do todo da vida histórica a que nós, em nossa efêmera existência, como uma célula, só pertencemos como uma parte, não nos cabe acusar ou perdoar, senão compreender.

Georg Simmel

A complexa relação entre vida social e ambiente construído encontra, na metrópole, sua dimensão e sua expressão mais precisas. Fruto da imbricação de universos humanos coexistentes, de séries de arranjos estruturais que se fazem registrar ao longo do tempo, a cidade aglutina e acentua as diferenças, permitindo conciliações muitas vezes inesperadas. Assim, o urbano se constrói como gesto intérmino, a partir do qual se confundem as sensações de conforto e de mal-estar, de permanência e de instabilidade.

Na cidade, os espaços absorvem simultaneidades; conjugam tempos e motivações diversos; configuram-se através da incorporação de novos elementos que, para além da junção entre o aço e o concreto, expressam formas e estilos variados, bem como atos díspares e complementares que emergem das redes de relações cotidianamente travadas. Mais ainda, o urbano exercita sua capacidade de articular valores e teores diversos, compondo relações afinítárias e paradoxais em suas tramas espaciais, preenchendo e criando lacunas, dando forma e conteúdo àquilo que se reconhece como *locus* da existência e produto da criação humana.

Talvez por isso, a problemática urbana seja, como observa Manuel Castells, fundamental em nossas sociedades¹. Como tal, o estudo da cidade sugere, no fundo e a um só tempo, uma dupla operação intelectual – epistemológica e empírica –, que se situa no limiar da crítica e/ou da consagração, do “novo olhar” e/ou da reapresentação.

Com efeito, se o que estimula a cidade incita também o pensamento, objetar a ampliação do ambiente discursivo significa, ao fim, objetar o reconhecimento deste híbrido que é a própria cidade. Por isso, e como nunca, as teorias sobre o urbano assumem o caráter provisório e parcial que bem definem seus limites. Leituras, discordâncias, contrastes, enfim, o início das análises: o caráter reflexo permanentemente entrelaçado pela vida social e o

¹ CASTELLS, Manuel. *A Questão Urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

conhecimento opera a transformação de conclusões em sugestões para as atualizações desejáveis frente à aceleração da dinâmica social².

Entretanto, considerando-se válida a argumentação supra, soará desconcertante a afirmação de que o exame crítico da literatura especializada que tem a cidade sob foco revela mais as impropriedades, a pouca intimidade e, em alguma medida, a negligência em relação à riqueza que a alimenta do que, propriamente, a competência em se seguir criteriosamente as exigências dos procedimentos científicos para explicar os inúmeros fenômenos que, na contemporaneidade, compõem a cena cosmopolita. Mais que isso, é paradoxal que, no universo analítico construído a propósito das experiências produzidas pelo urbano e das tentativas de tradução que essas mesmas experiências suscitam, a vida social e a própria cidade, recortadas e confrontadas por análises, métodos e estatísticas, encontram-se sutilmente aprisionadas por conceitos que, há muito, tiveram sua capacidade operacional comprometida.

Noções como público e privado, violência, modos e estilos de vida, igualdade, *status*, segregação etc. estão impregnadas de apelos valorativos que, de modo não negligenciável, comprometem, em muito, os diagnósticos alcançados. Mais que isso, o campo de possibilidade de inteligibilidade constituído a partir de algumas dessas noções se mostra, em alguns casos, senão saturado, demasiadamente desgastado, intrincando a produção de interpretações ditas coerentes sobre o urbano, sobretudo se se tem em mente os limites analíticos que o seu emprego acarreta³.

² Sobre o caráter reflexo da modernidade e seu impacto sobre o conhecimento, veja-se: GIDDENS, Anthony. *As Conseqüências da Modernidade*. São Paulo: UNESP, 1991. Em especial, o capítulo V, “Conduzindo o Carro de Jagrená”, p. 151-172.

³ Parece-me pertinente lembrar o refinado estudo de Eunice Durham sobre o conjunto da produção antropológica até a década de 1980, no Brasil. A autora examina criticamente a predominância do uso de alguns conceitos como instrumentos privilegiados para análise científica, revelando o que chama de “deslizamento semântico”, que se caracteriza pela transição conotativa de vários conceitos (como *ideologia*, *identidade*, *indivíduo*, só para citar) entre a sociologia e a antropologia e/ou a antropologia e a política. As conseqüências são bastante conhecidas e, embora os motivos apontados por Durham sejam outros, penso que conduzem a uma problemática análoga àquela que abordo: o empobrecimento da complexidade analítica, o distanciamento do contexto original em que estes conceitos são cunhados e empregados, o desligamento da referência teórica própria ao conceito etc. Veja-se: DURHAM, Eunice R. “A Pesquisa Antropológica com Populações Urbanas: Problemas e Perspectivas”. In: CARDOSO, Ruth C. L. (Org.). *A Aventura Antropológica. Teoria e Pesquisa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, p. 17-37.

Em virtude disso, rever argumentos que se apresentam convincentemente fundamentados em perspectivas vultosas sobre a cena contemporânea, como edifícios teóricos que pensam abrigar a vida social em sua diversidade instigante, e que embora se pronunciem assim, não a acolhem, se faz necessário. Do contrário, será em vão que se disponha a riqueza das cidades, a multiplicidade que as compõe, em análise, à douda contemplação, se as vicissitudes de um olhar sempre conduzirem as observações a um mesmo plano: à restrição do mapeamento e, por vezes, à determinação racional das coisas que a metrópole faz desfilar.

Por conseguinte, desconfiar do porquê e de como as coisas se tornam outras, do modo como são convertidas em algo menos interessante, é, hoje, antes de qualquer coisa, uma necessidade, um primeiro passo em direção à compreensão de processos que vão além da ordenação dos fatos analisados e ultrapassam as pretensões teórico-conceituais a que são submetidos. Dito de outro modo, compreender as configurações socioespaciais que se manifestam paulatinamente na cidade supõe, ou melhor, exige uma sensibilidade voltada para a diversidade de aspectos que a informa, mesmo que de um modo aparentemente avesso, belicoso ou, ainda, negativo.

Para falar do urbano – se se tem em mente suas conseqüências – é preciso experimentar o urbano. E, exatamente por isso, é preciso ser capaz de extrair à trivialidade do discurso que o tem sob foco, ainda que consagrado, o que, de fato, é o urbano e o que corresponde somente às expectativas sobre ele.

É, neste aspecto demasiado relevante, que saltam à apreciação, em decorrência de um descompasso prático/analítico, as incongruentes afirmações sobre um dos temas mais candentes da sociologia e da antropologia urbanas contemporâneas: a proliferação de formas espaciais segregatórias e, em particular, de condomínios fechados⁴.

⁴ Desde já, cumpre esclarecer que, no presente trabalho, o tipo de condomínio fechado que será analisado mais de perto em sua relação com a produção do espaço urbano, levando-se em conta o tratamento particularmente crítico que a literatura especializada lhe confere, é o horizontal e unifamiliar, destinado, via de regra, à moradia dos estratos mais abastados e em processo de proliferação nas regiões periféricas de grandes centros urbanos.

No mais das vezes, não é possível concordar com boa parte dos argumentos relativos ao tema menos por equívocos metodológicos do que pela fácil adesão a uma perspectiva crítica demasiado valorativa, própria de algumas vertentes teóricas recorrentemente presentes em estudos de monta empreendidos por pesquisadores proeminentes. Some-se a isso o fato de que os condomínios fechados alcançaram a condição privilegiada de chave explicativa para as inúmeras alterações sofridas no âmbito das principais metrópoles brasileiras, sobretudo no plano da fragmentação espacial – como uma manifestação, por excelência, do urbano cindido, sendo responsável pela abertura de precedentes impensáveis, no presente e também em um futuro próximo – e na esfera do recrudescimento da segregação social, o que me parece precipitar algumas de suas virtualidades, já concretizadas em outros cenários.

Ciente disso, pretendo situar algumas leituras de reconhecido fôlego no cerne da discussão que aqui se inicia sobre a cidade e a proliferação de condomínios fechados, tendo em vista alguns aspectos comuns às análises que visam dar conta dos processos de reestruturação urbana, os quais tem-se diversamente experimentado, com maior ou menor intensidade, num período relativamente recente – a que procedo sem me fixar em um único contexto, senão no amplo panorama que a literatura especializada permite traçar.

Em termos mais precisos, no primeiro capítulo do presente trabalho, dou vazão a uma breve reflexão sobre a obsessão objetivista do realismo científico e moderno e algumas de suas conseqüências para a análise do urbano. No segundo capítulo, discuto o modo como a cidade é retratada por parcela significativa do pensamento social contemporâneo, tendo em vista alguns aspectos que considero relevantes tanto para sua compreensão quanto para a dos processos de proliferação de condomínios fechados. Em seguida, no terceiro capítulo, contrasto alguns casos nos quais a proliferação de condomínios fechados se manifesta, o que permite ressaltar suas especificidades e, a partir disso, as dificuldades que engendram para uma explicação de teor generalizante acerca dos processos de proliferação de condomínios

fechados. No quarto capítulo, discuto as relações existentes entre cultura de consumo, estilos de vida, espaço urbano e condomínios fechados, bem como a relação existente entre conflito social e espaço construído, levando em conta a escalada da violência e a atmosfera de medo, sua percepção e seus efeitos no espaço da metrópole. Ao final, apresento algumas conclusões gerais de caráter moral e conceitual, a propósito das questões abordadas⁵.

Por se tratar de um tema bastante abrangente, a discussão sobre os processos de proliferação de condomínios fechados resultará da análise crítica de parte já consagrada da literatura especializada que se volta para a cidade, constituindo-se, desse modo, as condições de possibilidade para o seu enfrentamento.

Decerto, há, nesta realização, algumas pretensões a que não devo me furtar. Por colocar em relevo uma *urbanidade* que transborda a lógica com a qual normalmente se pretende encerrá-la, este trabalho sugere, sobretudo, a pertinência de pensar *outramente* a cidade e os processos que ela engendra.

⁵ Embora a literatura especializada normalmente adote o termo “fenômeno” para designar a proliferação de condomínios fechados, o uso do termo requer que se defina sua consideração (ou não) como manifestação da realidade ou fato real, com o escopo de configurar o objeto de análise, qualificado e delimitado pela relação com o homem. Neste sentido, a antinomia clássica entre aparência e realidade subsiste, mesmo que por coisa aparente não se entenda, obviamente, coisa enganosa ou ilusória. Por outro lado, na filosofia contemporânea, fenômeno seria aquilo se manifesta *em si mesmo*, como é em si, na sua essência. Logo, exige outras condições para sua compreensão, que são impostas pela investigação filosófica, como aquelas comuns à análise fenomenológica. A fim de que se evite desde já questionamentos desta ordem, o termo “processo” é aqui utilizado para indicar a concatenação de eventos (fatos), que, em seu desenvolvimento, conduzem, contextualmente, à proliferação de condomínios fechados. Por serem diversos os elementos que informam sua constituição e, como se verá, por não apresentar necessariamente a mesma “extensão” e nem a mesma “profundidade”, nos vários contextos em que se manifesta, a proliferação de condomínios fechados é considerada como resultante de “processos” que podem ser muito distintos, justificando-se, assim, o emprego do termo na forma plural. Sobre o uso e a aplicabilidade dos conceitos *fenômeno* e *processo*, tomo como referência as contribuições de: ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 436-437; p. 798.

I

QUANDO O TEXTO É A CIDADE, A REALIDADE “MENTE”...

As cidades e os símbolos

Você sabe melhor do que ninguém, sábio Kublai, que jamais se deve confundir uma cidade com o discurso que a descreve. Contudo, existe uma ligação entre eles. Se descrevo Olívia, cidade rica de mercadorias e de lucros, o único modo de representar a sua prosperidade é falar dos palácios de filigranas com almofadas franjadas nos parapeitos dos bífors; uma girândola d'água num pátio protegido por uma grade rega o gramado em que um pavão branco abre a cauda em leque. Mas, a partir desse discurso, é fácil compreender que Olívia é envolto por uma nuvem de fuligem e gordura que gruda na parede das casas; que, na aglomeração das ruas, os guinchos manobram comprimindo pedestres contra os muros. Se devo descrever a operosidade dos habitantes, falo das selarias com cheiro de couro, das mulheres que tagarelam enquanto entrelaçam tapetes de rãfia, dos canais suspensos cujas cascatas movem as pás dos moinhos: mas a imagem que essas palavras evocam na sua iluminada consciência é o movimento que leva o mandril até os dentes da engrenagem repetido por milhares de mãos milhares de vezes nos tempos previstos para cada turno. Se devo explicar como o espírito de Olívia tende para uma vida livre e um alto grau de civilização, falarei das mulheres que navegam de noite cantando em canoas iluminadas entre as margens de um estuário verde; mas isso serve apenas para recordar que, nos subúrbios em que homens e mulheres desembarcam todas as noites como fileiras de sonâmbulos, sempre existe quem começa a gargalhar na escuridão, dá vazão às piadas e aos sarcasmos.

Pode ser que isto você não saiba: que para falar de Olívia eu não poderia fazer outro discurso. Se de fato existe uma Olívia de bífors e pavões, de seleiros e tecelãs de tapetes e canoas e estuários, seria um mero buraco negro de moscas, e para descrevê-la eu teria de utilizar as metáforas da fuligem, dos chiados de rodas, dos movimentos repetidos, dos sarcasmos. A mentira não está no discurso, mas nas coisas.

Italo Calvino

Justificar epígrafes é tarefa das mais incômodas, sobretudo quando se tem em conta o fato de que uma interpretação resguarda propósitos, além de aspectos que se permitiram captar ao arbítrio do leitor. Ocorre, porém, que a postura que aqui se esboça requer reparos pontuais no tocante tanto à cidade quanto ao fenômeno de proliferação de condomínios fechados, o que me força a precisar melhor a utilização de termos e de idéias como os propostos por Italo Calvino. Por conseguinte, se, em alguma medida, o que me encarregarei de fazer é ressaltar aquilo que, em uma forma discursiva, é expresso de modo parcial e, por vezes, distorcido, discutindo os equívocos de determinados procedimentos e análises, bem como uma perspectiva míope sob a qual se fotografam as realidades que se experimentam no cotidiano *das* e *nas* cidades, decerto soará contraditório que, ao recorrer às palavras do viajante Marco Polo ao Grande Kublai Khan (por Calvino), opte por aquelas que quase dissolvem o problema do discurso e da realidade e, mais ainda, quase desfazem o problema da “verdade/mentira” que, se supõe, o discurso desvelaria. Ao fim, o risco de não me fazer entender parecerá bastante lógico: a constatação de que, desde o começo, persigo um falso problema.

Note-se, entretanto, que se, como para Italo Calvino, o discurso não exaure uma dada realidade, mas manifesta, com maior ou menor propriedade, aspectos que nela se experimentam e se expõem à apreciação, torna-se proeminente a necessidade de se reconhecer que, não havendo limites *a priori* definidos para sua interpretação, é da própria realidade que emergem as infinitas possibilidades de sua compreensão, e não somente dos discursos que a tomam como objeto e supostamente a esgotam⁶.

De modo complementar, se a “mentira” está nas coisas e não no discurso, como faz pensar a epígrafe, isso se dá pelo simples motivo de elas serem dúbias, portanto, incertas,

⁶ Em outras palavras, eminentemente múltipla e poliforme, a realidade é objeto de discursos, isto é, de interpretações que, por razões que aqui serão discutidas, só parcialmente podem se aproximar de sua totalidade. Nas páginas que se seguem, tratarei da formulação dos discursos enquanto prática científica, ou seja, como exposições textuais metódicas orientadas pela idéia de conhecimento, calcadas em procedimentos racionais sistematizados que avançam sobre o real e buscam inferir conclusões objetivas sobre ele.

ambíguas. Dado que o esforço de descrevê-las visa a exprimir aspectos que nelas se considera relevantes, é razoável que, para o seu próprio desenvolvimento lógico, alguns de seus traços sejam mantidos em estado de latência, o que aplaca a inconveniência que virtualmente podem acarretar à narrativa em curso⁷. Com efeito, o discurso exprime não mais que uma versão da realidade e, como tal, é atravessado por subjetividades, intenções e nuances contextuais específicas apreendidas e elaboradas pelo próprio intérprete.

Contudo, a se considerar a própria realidade texto sobre o qual se erguem outros textos, portanto, fonte de reflexão imediata que cede matéria-prima a se converter em objeto de reflexão metódica e escritura, agir sobre textos, com textos e através de textos é o ofício de todos que se iniciam às ciências da cultura, o que denota a existência de outros desdobramentos relacionados às questões acima delineadas.

Sabe-se bem, o discurso científico (bem como a análise de sua forma e de seu conteúdo) inscreve-se como atividade de sentido. Assim como ocorre nos mais diversos *mundos artísticos*, empregando-se aqui a designação proposta por Howard S. Becker, é interessante notar que cada campo do saber dota seus intérpretes (como fruidores que são) com competências de decifração, entendimento e apreciação que as convenções em vigor, em cada um deles e a cada tempo, determinam⁸. Por conseguinte, os questionamentos suscitados ante a determinado tema (ou obra, como analogamente ocorre na fruição estética e na análise literária) conduzem e, a um só tempo, dependem de um repertório canônico, inclusive de soluções, disponível para seu enfrentamento⁹.

⁷ Que aspectos significativos e contraditórios de uma dada realidade se percam nos discursos sobre ela é perfeitamente aceitável, desde de que se atribua abertamente a eles suas especificidades e limitações. Os problemas dos quais me ocupo remetem ao fato de que, via de regra, as condições de possibilidade para que esses discursos sejam legitimados, embora se reconheçam restritivas e coercitivas, fazem crer que tais discursos coincidem mesmo com a realidade que se experimenta e se analisa, sendo, em consequência disso, entendidos como expressão objetiva e veraz do real.

⁸ BECKER, Howard S. *Art Worlds*. Berkeley: University of California Press, 1982.

⁹ NORONHA, Ronaldo de. "A formação dos gostos: sociologia dos juízos estéticos". In: *Teoria e Sociedade*. Belo Horizonte: UFMG, julho de 1999, nº 3, p. 61-86.

Embora sejam inúmeras as possibilidades de tratamento das questões relativas à escritura e à leitura de um texto, o que faz crer que se trata de um livre jogo interpretativo, como observa James Clifford, “não há, na prática, nenhum jogo livre”¹⁰. Os limites deste jogo são historicamente construídos e, dentro deles, estruturas de significados e padrões de interpretação que as acompanham pesam sobre aqueles que se debruçam sobre questões já visitadas, e mesmo sobre aquelas que serão exploradas. Exercem, portanto, um efeito coercitivo. Por isso, delimitam as alternativas adotadas por autores e intérpretes diante de problemas metodológicos, teóricos, técnicos, estilísticos etc., visto que se impõem à aceitação (mesmo que tácita) enquanto regras – de circulação dos enunciados científicos e das soluções específicas para determinados problemas – já consagradas pelo *métier*. Logo, a escolha de um determinado tema e o desenvolvimento de um estudo sistemático sobre ele supõem o reconhecimento da vigência de certas convenções, mesmo que delas se pretenda discordar e distanciar, em momento posterior.

Na prática acadêmica, tal “jogo” é bastante realizado e, por isso, pouco se acrescentaria ao proposto até aqui não fossem os atropelos comuns à obsessão objetivista do realismo científico e moderno que tende, quase invariavelmente, a fundir interpretação e realidade em um mesmo plano, aquele do *rigor* e da *coerência*. Em termos mais claros, visto que à esfera da ciência cabe, *a priori*, a função de dar coerência, de estabelecer ordem e conexões de sentido para a multiplicidade dispersa e contraditória e, com efeito, de estabelecer harmonia entre os elementos de um dado sistema ou todo analisado, é procedimento padrão que se tome como correspondentes válidas descrições, análises e interpretações sobre o real e a própria realidade, desde que os critérios e mecanismos adotados sejam aqueles legitimados, em cada campo do saber, pelas instâncias encarregadas de fazê-lo.

¹⁰ CLIFFORD, James. *A Experiência Etnográfica: Antropologia e Literatura no Século XX*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998, p. 80.

É desse modo que a compatibilidade entre o real e a interpretação científica – identificada também como “teoria”, “explicação” ou “compreensão” – se cristaliza na forma de texto, que deve ser tomado (e, muitas vezes, acriticamente o é) como expressão coerente do real, como instrumento do conhecimento que se sustenta pela aplicação metodológica, pela pertinência analítica e pela adesão teórica sistemática e criteriosamente seguidas pelo pesquisador. Este último, vale lembrar, é o representante do cânone científico, portanto, uma autoridade que também se legitima¹¹.

Some-se ao que foi dito o fato de que, por vezes, a noção de coerência é assumida também como critério de “verdade”, o que resguarda efeitos não negligenciáveis¹². Como nota Cássio E. Viana Hissa, a partir de interessante análise da clássica lição de cartografia de Jorge Luís Borges e o rigor científico,

[...] a procura esquizofrênica da verdade transforma os guardiões profissionais do rigor em quixotescos construtores de mundos inúteis, em falseadores de realidades. O que há de mais ingênuo na aventura supostamente sem riscos da ciência moderna [...] reside no fato de que, acreditando dispor de tecnologia suficiente, pretenda reproduzir o mundo tal como ele é. Nessa perspectiva, haveria dois mundos: um produzido ‘ponto por ponto’, e ainda assim incompleto, artificial e destituído de vida; e outro, real, sempre colocando em ruínas o que está a reproduzi-lo¹³.

É certo que a noção de verdade constitui problema de difícil contorno e exige, a propósito de seu estatuto, reconsideração constante. Para o momento, é suficiente dizer que, embora seus limites e princípios tenham sido relativizados, a verdade, tão almejada pela modernidade e pretensamente garantida pela objetividade dos métodos de conhecimento científico, exerce especial fascínio sobre a produção intelectual e, mais que isso, mesmo que se constitua, na prática cotidiana, empresa debilitada, fadada ao insucesso, é ainda condição

¹¹ Sobre o processo mediante o qual se confere legitimidade ao trabalho científico e, mais especificamente, à empresa etnográfica, é referência incontornável o já citado *A Experiência Etnográfica*, de J. Clifford. As contribuições do autor permitem extrapolar o campo de análise etnográfica e, dada sua abrangência, situar a presente discussão no contexto de sua argumentação. Consulte-se, em especial, os Capítulos intitulados “Sobre a autoridade etnográfica” (p. 17-62) e “Sobre a alegoria etnográfica” (p. 63-99).

¹² Sobre o conceito *coerência*, veja-se: ABBAGNANO. *Dicionário de Filosofia*. Op. cit., p. 147-148.

¹³ HISSA, Cássio E. Viana. *A mobilidade das fronteiras: inserções da geografia na crise da modernidade*. Belo Horizonte: UFMG, 2002, p. 27.

de produção e circulação do conhecimento. Isso se dá, talvez, porque a certeza e a necessidade de estar bem situado em relação “ao conjunto das regras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso” são bastante atraentes, sobretudo porque o que se entende por *verdadeiro* possui efeitos específicos de poder, como há muito revelara Michel Foucault¹⁴.

Do que foi dito até aqui, quero reter uma última observação. Importa considerar que o trabalho científico implica as restrições comuns ao campo particular em que se produz (com suas convenções historicamente construídas e delineadas) porque essas restrições são extensivas ao que se entende como relevante ou, simplesmente, digno de análise em meio à extrema riqueza e complexidade do “todo”.

É sobre um repertório infinito de “realidades” que se define o recorte, momento (inter)subjetivo em que o intérprete “irá conferir uma significação aos processos culturais, já que só assim ele pode determinar um princípio de seleção”, como nota Radamés Andrade Vieira. Se, neste sentido, a história é “a projeção de nossos valores e a réplica às perguntas que lhe atiramos à queima-roupa” e “todas as disciplinas que analisam a vida social estão condicionadas por esta premissa transcendental, qual seja, a de que é o investigador quem confere um sentido para os fenômenos”, por outro lado, não se pode negligenciar o fato de que o investigador-intérprete assim procede mas, como já dito, dentro de um jogo com regras claramente definidas¹⁵. Por conseguinte, a adequação entre as proposições que o investigador considera pertinentes e aquelas que são efetivamente consideradas válidas passa,

¹⁴ FOUCAULT, Michel. “Verdade e Poder”. In: *A Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2002, p. 13. Mais que isso, como observa o próprio Foucault, em sua Aula Inaugural, no Collège de France (dez/1970), a vontade de verdade “não cessa de se reforçar, de se tornar mais profunda e mais incontornável”. Estranho, portanto, é que pouco se fale dela e de suas implicações. Tudo se passa “como se para nós a vontade de verdade e suas peripécias fossem mascaradas pela própria verdade em seu desenrolar necessário. E a razão disso é, talvez, esta: é que se o discurso verdadeiro não é mais, com efeito, desde os gregos, aquele que responde ao desejo ou aquele que exerce o poder, na vontade de verdade, na vontade de dizer esse discurso verdadeiro, o que está em jogo, senão o desejo e o poder? O discurso verdadeiro, que a necessidade de sua forma liberta do desejo e libera do poder, não pode reconhecer a vontade de verdade que o atravessa; e a vontade de verdade, essa que se impõe a nós há bastante tempo, é tal que a verdade que ela quer não pode deixar de mascarar-la”. FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1998, p. 19-20.

¹⁵ VIEIRA, Radamés Andrade. *Entre o positivismo e a hermenêutica: a causalidade na obra teórico-metodológica de Weber*. Belo Horizonte: UFMG-FAFICH, 2004, (Dissertação, Mestrado em Sociologia), p. 137.

necessariamente, pelo crivo legitimador do campo, que se encarrega de determinar quais são as condições de possibilidade para que o momento (inter)subjetivo de significação e de seleção se transforme em trato sistematizado com a realidade, numa palavra, em objetividade científica.

De modo complementar, dar coerência, estabelecer ordem e conexões de sentido para a multiplicidade dispersa e contraditória e, como mencionado, estabelecer harmonia entre os elementos de um dado sistema ou todo analisado é o mesmo que reduzir uma situação a elementos familiares, portanto, já apaziguados, ao ponto em que estes possam ser aceitos como coisa óbvia e, por isso, satisfazer a duntas curiosidades.

Em suma, a ciência – enquanto modo de operação sobre o “real” que, em condições de modernidade, invade todos os campos – especializou-se em aprimorar procedimentos e instrumentos nada sutis, que competente e coerentemente, quase sempre, convertem elementos tão diversos, em sua forma e em sua complexidade, em algo espantosamente desembaraçado, desprovido de vozes e de metáforas¹⁶.

Exposto isso, poder-se-ia perguntar se o presente trabalho tem, de fato, como escopo questões relativas ao universo urbano, se em seu breve começo ele já não se perdera em inserções próprias a outros campos do conhecimento. Asseguro, porém, que não há nenhum equívoco a se arrastar até aqui. Para que se extraia alguma consequência do que foi dito e se estabeleça sua relação com os discursos sobre a cidade, é suficiente admitir que o caráter eminentemente restritivo que se encontra na base do rigor objetivista científico e moderno

¹⁶ O comentário de Gadamer sobre a exigência moderna de uma fundamentação absoluta do conhecimento é também bastante esclarecedor. Para o autor, “a configuração da ciência moderna estabelece uma ruptura decisiva em relação às configurações do saber no Ocidente grego e cristão. O que predomina agora é a idéia do método. O ideal de conhecimento pautado pelo conceito de método consiste em se poder trilhar um caminho cognitivo de maneira tão consciente que se torna possível refazê-lo sempre. *Methodos* significa caminho de seguimento. Metódico é poder seguir sempre de novo o caminho já trilhado e é isto o que caracteriza o proceder da ciência. Justamente por isso faz-se necessário estabelecer logo uma restrição daquilo que pode resultar desta pretensão à verdade. Se a verdade (*veritas*) só se dá pela possibilidade de verificação – seja como for –, então o parâmetro que mede o conhecimento não é mais sua verdade, mas sua certeza. Por isso, desde a formulação clássica dos princípios de certeza de Descartes, o verdadeiro *ethos* da ciência moderna passou a ser o fato de que ela admite como condição satisfatória de verdade aquilo que satisfaz ao ideal de certeza”. GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e Método II: complementos e índice*. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 61-62, grifos do autor.

conduz a uma percepção bastante parcial do universo urbano. Mais que isso, e sem que se cometa qualquer injustiça, é possível afirmar que, de modo geral, as interpretações que têm a cidade sob foco, há muito, se caracterizam por um teor totalizante e determinista – o que, vale lembrar, em nada fere as pretensões racionalistas que se encontram na base do próprio modo de civilização moderno. Ao contrário, as confirma.

Expressão sublime deste modo de civilização, a metrópole assume, enquanto realidade, uma condição bastante específica: a um só tempo, ela é palco para a manifestação simultânea de uma diversidade de fenômenos correlacionados e, também por isso, é objeto de conhecimento. Como é nela que os atores se perdem e colidem, ora hostis, ora afinitamente, definindo de maneira imprecisa a cena ágil dos acontecimentos sucessivos e caóticos, torna-se premente a necessidade de conhecê-la para que se efetive sua ordenação, sem a qual o desejado progresso, inclusive humano, seria inalcançável. Por esse motivo, a pluralidade de ações e de espaços em construção, de símbolos de organização, de integração e também de marginalidade, em que consiste a própria metrópole, em condições de modernidade, precisa ser recortada e analisada. Neste sentido, o processo de objetivação através do qual ela deve se tornar algo cientificamente palpável requer postura incisiva no que toca à operacionalização metodológica e conceitual: as diversas experiências geradas a partir do universo urbano devem ser esquadrihadas, assim como a própria cidade.

Ora, não é redundante lembrar, com Francisco Coelho dos Santos, que:

A modernidade constitui um modo de civilização fundado no racionalismo, na racionalização de toda a forma de produção visando a maximização dos resultados, numa consciência burguesa e secularizada, assim como nas manifestações mentais e afetivas que dela decorre. Ela se caracteriza pela fé inabalável na razão, pela crença indestrutível na idéia de progresso e pela oposição resoluta à tradição. Entretanto, é como sistema de valores, como ‘ideologia’ e até mesmo como utopia que o projeto da modernidade se estabelece e tende a universalizar-se¹⁷.

¹⁷ COELHO DOS SANTOS, Francisco. “Sob o brilho frio dos tubos de raios catódicos”. In: MARTINS, F. Menezes e MACHADO DA SILVA, J. *Para navegar no século XXI. Tecnologias do imaginário e cibercultura*. Porto Alegre: EDIPURCRS/Editora Sulina, 1999, p. 100.

Quando se está preso à lógica racional moderna, à operacionalidade científica que a engendra, interpretar a cidade, como aqui se verá, tem, como condição de possibilidade, uma profunda dependência de critérios homogeneizadores e polarizantes. Busca-se, constantemente, por regularidades que, não raro, hermeticamente convertem realidades distintas em uniformidades decifráveis e previsíveis.

O que torna esse procedimento ainda mais temerário é que denunciar o ciclo vicioso das tautologias, fazendo desfilar equívocos formais e explicativos comuns à ciência, constitui, via de regra, um modo privilegiado de “aperfeiçoamento”. E isso se dá mesmo que se demonstre a forma reincidente dos equívocos que acumula, mesmo que apresentadas sejam suas deficiências, carências e limitações, e mesmo que os próprios analistas, constrangidos pelos enganos de outrora, levem a efeito tímidos exercícios de humildade¹⁸.

Por conseguinte, o discurso científico e moderno sobre a cidade tem seu núcleo duro reproduzido à medida que o escopo analítico se encarrega de demonstrar as falhas explicativas concernentes a um fenômeno já visitado e explicitar os ganhos que o “novo” (e em pouco tempo ultrapassado) trabalho apresenta em relação a seus predecessores. Trata-se, de fato, de um exercício de superação: fetiche do conhecimento que, se acredita, é extensivo a tudo que toca.

Ao fim, *no silêncio apaziguado da razão*, para que se retome a expressão de Foucault, os discursos não mentem, não se equivocam em suas pretensões quando obedecem a um mesmo modo de operação¹⁹. Quem lhes trai, na “verdade” que admitem conduzir, quem *mente* é a própria realidade sobre a qual se erguem como edifícios teórico/explicativos.

¹⁸ Como exemplo, um dos mais interessantes exercícios intelectuais de reflexão crítica sobre o próprio trabalho pode ser encontrado no já citado *A Questão Urbana*, de M. Castells. Nele, o “Prefácio à edição brasileira” (p. 9-12), o “Prólogo da edição para a América Latina” (p. 13-23) e o “Modo de utilização” (p. 25-31) resguardam considerações preciosas no tocante tanto aos problemas relativos a adaptações teóricas e a transposições imponderadas da perspectiva apresentada pelo autor para sociedades dependentes e países “subdesenvolvidos”, como os da América Latina, quanto a atualização das discussões sobre a problemática urbana, em diferentes contextos, por intermédio da *teoria social crítica*.

¹⁹ FOUCAULT, Michel. *História da Loucura na Idade Clássica*. São Paulo: Perspectiva, 1991, p. 175.

Enquanto isso, a cidade, um dos mais complexos produtos da existência humana, poder-se-ia mesmo qualificá-la como texto intérmino e polifônico, em processo permanente de construção, tende a escapar às interpretações que sistematicamente pretendem esgotá-la, aos poucos ou de uma só vez. Ela se comporta a sua maneira, absorve inclusive os projetos de conhecimento, as iniciativas de esquadramento e de controle operacionais que se inscrevem em seus espaços, a partir das inúmeras intervenções que neles se processam, sem, contudo, submeter-se aos discursos que a traduzem e, incontornavelmente, a reduzem.

É justamente a partir deste hiato que se pronuncia a presente análise parte. Os constrangimentos relativos à escritura (ao texto científico e aos sentidos que ele encerra) comprometem sensivelmente as ambigüidades constitutivas próprias à cidade, tornando-as nulas, em sínteses bem-acabadas.

Quando se trata de compreender como o espaço urbano e os modos de vida que ele engendra se configuram e se comportam, como se adaptam e se modificam ao longo tempo, as operações analíticas às quais se submetem enquanto objetos de reflexão tendem a restringir significativamente o número de combinações que os informam e por eles são cotidianamente produzidas. Talvez por isso, a dissonância entre o discurso científico, o espaço urbano e a vida social se torna quase insuportável, o que, como se verá, é razão suficiente para que se questione suas pretensões e que se considere seus limites.

II

CIDADE, MODERNIDADE E CONDOMÍNIOS FECHADOS SOB O CRIVO DO DOUTO ACADÊMICO

Um viajante isolado na cabina. Imóvel, no vagão, vendo deslizar coisas imóveis. Que acontece? Nada se mexe nem dentro nem fora do trem.

Imutável, o viajante está alojado no compartimento, numerado e controlado no tabuleiro do vagão, esta realização perfeita da utopia racional. A vigilância e o alimento ali circulam de casa em casa: “Bilhete, faz favor!”... “Sanduíche? Cerveja? Café?...” Somente os WC abrem uma porta para a fuga no sistema fechado. É o fantasma dos amantes, a saída dos doentes, a escapatória das crianças (“xixi!” – um cantinho de irracional, como o eram os amores e esgotos nas Utopias antigas). Mas, pondo de lado esse lapso abandonado aos excessos, tudo é bem minuciosamente mapeado. Só viaja uma célula racionalizada. Uma bolha do poder panóptico e classificador, um módulo do isolamento que torna possível a produção de uma ordem, uma insularidade fechada e autônoma, eis o que pode atravessar o espaço e se tornar independente das raízes locais. Dentro, a imobilidade de uma ordem. Aqui reinam o repouso e o sonho. Não há nada a fazer, a pessoa se acha no estado de razão. [...] Cada ser é colocado ali como um caráter tipográfico em uma página militarmente alinhada. Esta ordem, sistema organizacional, quietude de uma razão, é para o vagão como para o texto a condição de sua circulação.

Michel de Certeau

Senhores, os problemas me atormentam; resolvi-os para mim. Quereis, por exemplo, desacostumar uma pessoa dos seus velhos hábitos e corrigi-lhe a vontade, de acordo com as exigências da ciência e do bom senso. Mas como sabeis que o homem não apenas pode, mas deve ser assim transformado? De onde concluí que à vontade humana é tão indispensavelmente necessário corrigir-se? Numa palavra, como sabeis que uma tal correção realmente trará vantagem ao homem? E, se é para dizer tudo, por que estais tão certamente convictos de que não ir contra as vantagens reais, normais, asseguradas pelas conclusões da razão e pela aritmética, é de fato sempre vantajoso para o homem e constitui uma lei para toda a humanidade? Mas, por enquanto, isso é apenas uma suposição vossa. Admitamos que seja uma lei lógica, mas talvez não o seja, de modo algum, da humanidade. Talvez penseis, senhores, que estou louco? Permitti-me emendar o que disse.

Fiódor Dostoiévski

Cidade e modernidade constituem dois temas tão relevantes para as ciências sociais e, não por acaso, com implicações mútuas bastante evidentes, que o recurso a algumas discussões consagradas sobre suas características e os problemas que lhes acompanham se impõe, certamente, como algo incontornável.

Esse procedimento preserva, contudo, uma tensão comum aos aspectos mais proeminentes que perpassam boa parte dos estudos a que se deve recorrer ao visitar tais temas, mesmo que isso se dê inconscientemente ou, se preferir, implicitamente.

Ocorre que se a discussão um tanto persistente sobre a cidade e sobre a própria modernidade ecoa como algo relativamente cômodo – dada a certeza de estar bem situado diante da importância analítica alcançada por uma gama de questões que vincula uma à outra, bem como as áreas do conhecimento que se dedicam ao seu estudo –, ela acarreta também relativo desconforto, visto que obriga o contato com fatores um tanto espinhosos, seja por sua natureza complexa e de difícil apreensão, seja em virtude do desgaste já ocasionado pelo tratamento outrora concedido tanto à cidade quanto à modernidade.

No tocante às análises que visam dar conta dos fenômenos que encontram na cidade as prerrogativas para sua manifestação e/ou àquelas que a acolhem como fenômeno a ser estudado, esse desconforto tende a se ampliar à medida que as lacunas existentes entre o que se diz e o que se vive aumentam consideravelmente. Nada de surpreendente, por conseguinte, que a pequena correspondência entre as tentativas de tradução e as experiências geradas e difundidas pelo espaço urbano evidenciem os limites da predição, sistematização, generalização e, porque não dizer, objetividade, tão caras ao conhecimento científico.

Todavia, embora a constituição de uma *dóxa* em torno do fenômeno urbano e daqueles que a ele se associam esteja, em alguns casos, visivelmente comprometida, não raro é possível observar em trabalhos de monta a concordância sobre determinados aspectos que me parecem,

ainda, bastante obscuros, sem que isso, entretanto, proporcione ganhos significativos do ponto de vista analítico e compreensivo²⁰.

Manifestação incontestada do que fora dito é a difusão, muitas vezes acrítica, de afirmações generalizantes (e um tanto obtusas) acerca do fato de que as cidades vivenciam um preocupante processo de degeneração e/ou, ainda, de que, nelas, a erosão dos espaços públicos seria a evidência máxima e não negligenciável de uma transformação civilizacional com impactos igualmente relevantes sobre as intimidades e as relações sociais.

Com efeito, o fato de a literatura especializada oferecer inúmeros exemplos sobre os processos de transformação que importantes cidades em diversas partes do mundo experimentam (e/ou experimentaram, em um passado recente) – e, dentre esses, certamente poder-se-á encontrar uma gama de problemas relativa à diminuição da oferta de áreas públicas e ao seu paulatino abandono – parece sancionar algumas asserções, via de regra, pouco ponderadas, sobre os riscos a que se expõem as principais atrações das cidades (a diversidade concentrada, as aproximações físicas e os encontros humanos diretos).

Disso resulta, quase hermeticamente, uma sutil e problemática inversão: o que deveria ser questionado e investigado alcança a condição de dado de realidade. Logo, o declínio das cidades e a erosão dos espaços públicos se tornam uma espécie de postulado, uma referência que se adota sem qualquer demonstração, embora resguarde tal potencialidade. E isso se dá sem que a compreensão dos fatos, voltada para as várias dimensões do fenômeno urbano – o que implica o reconhecimento do surgimento, da criação e da constituição incessantes, na cidade, de outros espaços destinados à vivência pública e à manifestação de diferentes formas de socialidade –, seja sequer esboçada, delineada enquanto possibilidade analítica. Dito de

²⁰ Duplamente comprometida, em que pese a redundância, visto que toda *dóxa* requer, por suposto, compromisso e, portanto, vinculação de alguém com alguma coisa e/ou idéia. No que concerne à presente discussão, acentuo o caráter problemático, me aproximando mais dos juízos de “inviabilidade” e de “vulnerabilidade” de uma crença/opinião comum a propósito de algumas teorias que pretendem apreender (e talvez esgotar) algo por demais lúbrico, evasivo, como a realidade.

outra maneira, furta-se o caráter vívido e inacabado que torna a cidade algo intrigante e, justamente por isso, digno de análise, tornando-se, desse modo, propício um encaminhamento rígido, em direção às polarizações e às totalizações, mesmo que, a princípio, não seja essa a intenção.

2.1 – *Excesso de estímulos... carências analíticas*

Um bom exemplo do exposto acima pode ser encontrado no conhecido trabalho de Richard Sennett, *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*²¹. Neste estudo, o percurso realizado pelo autor para alcançar suas conclusões tem como ponto de partida dois aspectos bastante contundentes: o primeiro, a proposição de que “como na época romana, a participação na *res publica* é hoje, na maioria das vezes, uma questão de estar de acordo”; e, em decorrência disso, o segundo, onde afirma que “os fóruns para essa vida pública, como a cidade, estão em estado de decadência”²².

Grosso modo, a busca de Sennett por indícios de uma vida pessoal desmedida e de uma vida pública esvaziada – o que constitui a tese geral de seu trabalho – parece levá-lo à defesa de argumentos bastante frágeis no que toca à cidade, mesmo porque, não há, em sua argumentação, nenhuma evidência palpável de que ela declinou e de que seus espaços públicos se tornaram obsoletos.

Segundo o que o autor aduz, declínio e obsolescência se dão em virtude do fato de as pessoas adotarem uma postura restritiva em relação à vida pública, à necessidade de acatar as convenções e formalidades que o contato com estranhos obriga. Por conseguinte, na medida em que a informalidade e a intimidade, o conforto e a segurança da privacidade determinam, os lugares tidos como próprios para o contato com o *outro* são fadados ao desuso.

²¹ SENNETT, Richard. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. Em especial, a Primeira Parte – “O Problema Público” (p. 13-64) – e a Quarta Parte – “A Sociedade Intimista” (p. 315-409).

²² *Ibidem*, p. 16.

Comenta Sennett:

Boas maneiras e intercâmbios rituais com estranhos são considerados, na melhor das hipóteses, como formais e áridos e, na pior, como falsos. A própria pessoa estranha é uma figura ameaçadora, e muito poucos podem sentir um grande prazer nesse mundo de estranhos: a cidade cosmopolita²³.

E, completa:

A visão intimista é impulsionada na proporção em que o domínio público é abandonado, por estar esvaziado. No mais físico dos níveis, o ambiente incita a pensar no domínio público como desprovido de sentido. É o que acontece com a organização do espaço urbano²⁴.

Desde as primeiras linhas de sua exposição, como se observa, Sennett vai delineando uma relação de causalidade necessária entre um fator e outro, sem que, no entanto, ambos os termos da operação sejam justificados ao longo do trabalho. Se, por um lado, há sinais suficientes para se concluir que inúmeros fatores se somam e contribuem para uma mudança de postura com relação aos hábitos pessoais e à noção de mundo que os orienta, o que, segundo o autor, levaria ao dito retraimento social e ao recrudescimento da intimidade, por outro, o mesmo não se pode dizer sobre a cara idéia de supressão do espaço público *vivo* e sua transformação em espaço público *morto*²⁵.

²³ SENNETT. *O declínio do homem público*. *Op. cit.*, p.16.

²⁴ *Ibidem*, p. 26.

²⁵ As implicações metodológicas do trabalho de Richard Sennett compõem tema particularmente interessante, o que sugere seu tratamento específico. Para o momento, penso ser suficiente comentar que a preocupação do autor em demonstrar o rigor científico e metodológico pelo qual se orienta – procedendo, por isso, alguns comentários destinados à justificação de suas opções, à discussão e à relativização das noções de *honestidade intelectual*, de *neutralidade*, de *prova* e, também, de *plausibilidade* – não é suficiente para evitar alguns equívocos formais, como o que comento no corpo do texto. Goste ou não o autor, a pretendida demonstração de um relacionamento lógico existente entre as variáveis selecionadas coloca em relevo a questão do esgotamento de evidências empíricas, o que torna ao problema da explicação científica e, com efeito, às deficiências de sua escolha. Bem entendido, não questiono o valor heurístico resguardado pela obra e sua virtual aplicabilidade a determinados contextos, o que facilmente se percebe mediante a grande acolhida que a literatura especializada demonstra sobre a mesma, mas ressalto seu caráter demasiado especulativo, o que é inegavelmente problemático. Sua intenção de demonstrar o surgimento daquilo que denomina de “doença da sociedade moderna”, uma intimidade tirânica, o leva, entre outras coisas, a superdimensionar os extremos comportamentais de uma sociedade, tomada em sua forma totalizante, portanto, homogeneizada. De todo o modo, o que faço aqui é, em alguma medida, aceitar o convite formulado pelo próprio autor: pensar seu infortúnio. Outras considerações críticas sobre o trabalho de Sennett podem ser encontradas em: SALCEDO HANSEN, Rodrigo. El espacio público en el debate actual: Una reflexión crítica sobre el urbanismo post-moderno. *EURE* [online]. Santiago, vol.28, nº 84, 2002, p. 5-19. Disponível em: <<http://www.scielo.cl/scielo.php>>. ISSN 0250-7161. Acesso em: 25 fev. 2005.

Neste aspecto, os indícios apontados por Sennett derivam de exemplos duvidosos que, em virtude da extrema parcialidade com que são abordados, resguardam potencialmente a capacidade de negação do que se pretende ao retratá-los. Seja em relação à percepção do espaço público como uma derivação do movimento e sua transformação da permanência à passagem, seja em relação ao surgimento de uma estética arquitetônica da visibilidade e o modo paradoxal como ela se funde ao isolamento social, o que se coloca em relevo são os aspectos mais imediatos que saltam à observação, perdendo-se de vista a riqueza de detalhes que poderia ser discutida em cada caso analisado. Mais ainda, embora derivem da reflexão sobre experiências particulares, a pretensão generalizante torna algumas de suas conclusões bastante apressadas, quando se considera o universo citadino como um todo.

Por outras palavras, se é verdade que em alguns contextos as ruas alcançam uma condição na qual são destituídas de significados, estímulos, status, sentimentos, enfim, de pessoas, reduzidas tão somente a um meio de ligação para alguém que se encontrava em um ponto e se dirige para outro, há que se considerar que, em outros contextos, dificilmente se estabelecerá alguma relação com o que este autor observa, visto que o quadro de experiências que se constitui referencialmente para alcançar tais conclusões poderia indicar outras posturas em relação às ruas e, por conseguinte, em relação ao espaço urbano²⁶.

²⁶ Se para Jane Jacobs a rua é inesgotavelmente rica, para Sennett ela se tornou quase nada, o que facilmente se constata em exemplos precários por ele adotados, como ao abordar o uso do automóvel. Para o autor, “a idéia do espaço público como derivação do movimento corresponde exatamente às relações entre espaço e movimento produzidos pelo automóvel particular. Não se usa o carro para ver a cidade; o automóvel não é um veículo para se fazer turismo – ou melhor, não é usado como tal, a não ser por motoristas adolescentes que saem para dar uma volta de carro sem permissão do dono. Em vez disso, o carro dá liberdade de movimentos; pode-se viajar sem ser interrompido por paradas obrigatórias, como as de metrô, sem mudar a sua forma de movimento, [...] ao ir do lugar *A* para o lugar *B*. As ruas da cidade adquirem então uma função peculiar: permitir a movimentação; se elas constroem demais a movimentação, por meio de semáforos, contramãos, etc., os motoristas se zangam ou ficam nervosos”. SENNETT. *O declínio do homem público*. *Op. cit.*, p. 28. Cf. JACOBS, Jane. *Morte e Vida de Grandes Cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2001. Em contraposição ao que o autor apresenta, é notável como as artes por vezes produzem uma leitura mais próxima do cotidiano, sem que isso se coloque necessariamente como objetivo a ser alcançado, a partir de um quadro similar de referências cosmopolitas. A propósito, uma das mais brilhantes composições da música popular brasileira, *Sinal fechado* (1969), de Paulinho da Viola, tem como inspiração o modo de vida caótico engendrado pela cidade, o encontro com o *outro* intermediado pelas ruas, a reflexão sobre o tempo e sobre a afetividade. Fosse como pensa Sennett – e para o deleite de muitos, nesse aspecto, revela-se também seu equívoco – um *sinal fechado* só induziria à irritação e ao nervosismo, e nunca à poesia e à música que o absorvem como pretexto, enquanto pano de fundo para o desenrolar sucessivo de cenas da vida urbana.

Entretanto, essa destituição de significados e essa redução de possibilidades são recorrentes nos poucos casos relatados por Sennett, que, ao generalizá-los, visa a demonstração de que, como já dito, a cidade se encontra em estado de decadência e que seus espaços públicos estão em erosão.

Com efeito, a cidade, *locus* privilegiado para a manifestação das efervescências, das simultaneidades, das tensões, da multiplicidade, dos paradoxos e das contradições, é recortada e reduzida à observações que, contrapostas ao que as suscita, conduzem ao empobrecimento, à carência de estímulos, à parcialidade e ao unidimensionamento das experiências que, a um só tempo, a própria cidade representa, torna possível e acolhe.

Decerto, o recurso às imagens do espaço e da solidão é virtualmente possível, sobretudo quando se tem em mente uma perspectiva um tanto fatalista sobre os modos de vida produzidos pela cidade e seus efeitos sobre ela. Porém, quando o escopo analítico se ocupa dos paradoxos urbanos engendrados pela diversidade comum à metrópole, as imagens que se forçam à apreciação se pronunciam por outras cores. E, neste sentido, é igualmente importante salientar que algumas manifestações eminentemente urbanas em nada corroboram a sensação de uma vida pública e de um espaço público suprimidos, esvaziados de sentido.

Por imersão/participação e/ou pelo aprofundamento do debate em torno da multiplicidade de estilos de vida manifestos na cidade, é amplamente conhecida a intensidade e a simultaneidade com que se fazem registrar os inúmeros movimentos socioculturais, a efervescência com que práticas festivas se dão e se inscrevem nos espaços públicos das metrópoles, a infinidade de eventos que se estende das apresentações públicas que evocam, em tese, manifestações mais intimistas (como as orquestras sinfônicas ao ar livre e/ou as serestas em praças públicas) àquelas que denotam os chamados excessos comportamentais (seja com pequeno ou amplo suporte dos *mass media*, como as apresentações de bandas representantes de gêneros musicais diversos, as grandes feiras permanentes de gastronomia e

artesanato, os espetáculos teatrais e os circenses, os jogos de futebol, enfim, todos atraindo às ruas multidões de espectadores abertos à experiência do contato com o outro, com a diversidade, dispostos muitas vezes ao envolvimento e ao consumo de si e das coisas que são ofertadas)²⁷.

Ainda assim, há que se considerar que, na literatura especializada, não raro, trabalhos como o que fora abordado permitem inferir que as ausências (e não os excessos) se revelam pela indiferença e pelo distanciamento analíticos que se coadunam em conclusões pouco palpáveis, porém, de fácil aceitação. Desse modo, e ironicamente, uma notável falta de intimidade com a própria realidade conduz ao auto-engano alimentado de que algo se perdeu.

Penso ser essa a mesma preocupação da qual se ocupa Marshall Berman, em *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade* – dentre outras coisas, uma magnífica crítica ao tratamento empobrecido dado pela literatura, no século XX, às experiências outrora retratadas com grande intensidade por autores proeminentes na modernidade, sobretudo no século XIX²⁸.

Entre as inúmeras considerações pertinentes à questão aqui delineada, chama a atenção o fato de Berman ressaltar que a substituição do *Isto e Aquilo* pelo *Ou Isto, Ou Aquilo* constitui aspecto fundamental quando se trata de compreender as ditas polarizações básicas operadas no nível analítico e o correlato fechamento das visões sobre a vida moderna²⁹.

Este comentário sucinto permite situar de outro modo o problema das condições de possibilidade para se retratar a vida social enquanto questão de dimensões mais amplas: trata-se de compreender a abrangência de um movimento paradoxal de cunho analítico e experiencial que a própria modernidade engendra. Dito de outra maneira, as dificuldades em

²⁷ A propósito das análises que se voltam para aspectos socioculturais comuns à dinâmica urbana, Cf. MAGNANI, J. G. C & TORRÉS (Orgs.) *Na Metrópole: Textos de Antropologia Urbana*. São Paulo: EDUSP, 1996; MAFFESOLI, M. *O tempo das tribos. O declínio do individualismo nas sociedades de massa*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987; VIANNA, H. *O Mundo Funk Carioca*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

²⁸ BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

²⁹ *Ibidem*, p. 24.

se retratar com fidelidade a diversidade, as coexistências e os excessos que matizam a vida social não se situam no nível das experiências, que como se sabe, em condições de modernidade, se tornam cada vez mais intensas. As dificuldades existem, sim, como já discutido, no plano analítico, em um determinado modo de operar a realidade que prioriza um ou outro aspecto considerado determinante para a explicação dos fenômenos que compõem a vida moderna, o que implica necessariamente o privilégio de alguns poucos fatores, o arbítrio da seleção e do corte em detrimento da riqueza do todo, “um achatamento de perspectiva e uma diminuição do espectro imaginativo”, como prefere o próprio Berman³⁰.

O movimento paradoxal compreende, portanto, o fato de que tanto mais diversa e intensa se torna a vida social, mais restritivos (minimalistas) se tornam os discursos modernos sobre ela.

Há, decerto, um grande número de análises a que tal crítica se aplica, sobretudo aquelas que têm como cerne as dimensões do público e do privado em sua relação contínua com a produção e a transformação dos espaços das cidades. Ciente disso, passo agora a apreciar alguns aspectos recorrentes que parecem, ainda, resguardar pontos suscetíveis de reflexão crítica e, também por isso, demandar algumas considerações.

2.2 – Modernidade e racionalização do espaço urbano: a formalização do desejo e seus efeitos

A constituição de um tratado formal sobre como se deve pensar e realizar o espaço urbano – tendo em vista o que as pessoas necessitam e/ou desejam, o bem-estar público (coletivo) e as necessárias restrições ao poder dos interesses privados – ganhou contornos

³⁰ BERMAN. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. *Op. cit.*, p. 23. Complementarmente, importa notar que, neste modo de operação, e a um só tempo, as idéias de “mudança”, “transformação”, “substituição” e “superção” (além da percepção da velocidade com que os referenciais se alteram) informam um aspecto significativo da vida moderna e se convertem em categorias analíticas. Como consequência se tem o fato de que as coisas e os significados que lhes acompanham, ao serem rapidamente superados, se tornam também sem sentido e, justamente por isso, sem importância inclusive analítica, quando mais relevante é esgotar as causas e explicar o modo como determinantemente se tornam obsoletos.

precisos com a formalização da chamada Carta de Atenas, em encontro realizado em 1933, promovido pelo grupo dos CIAM – Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna. Ao tomarem por referência os dados concernentes a trinta e três cidades – dentre as quais se encontravam Amsterdã, Berlim, Genebra, Roma, Los Angeles, Londres e Madri –, arquitetos e especialistas envolvidos na formulação desse tratado expressaram de modo contundente as condições em que “a cidade”, tomada em sua forma mais geral, se encontrava.

Traduzida pelas imagens do caos, da desordem instituída pelo *maquinismo*, da degradação humana e espacial, a cidade não correspondia mais a sua função maior, qual seja, *a de abrigar os homens, e abrigá-los bem*³¹.

Na base do quadro estabelecido pelos estudiosos, estava a preeminência das iniciativas privadas inspiradas pelo interesse pessoal e pelo atrativo do ganho. “As cidades são desumanas, e da ferocidade de alguns interesses privados nasceu a infelicidade de inúmeras pessoas”, enuncia o Artigo 72 da Carta³².

Afirmações de igual teor se multiplicam ao longo do tratado. Os Artigos 73, 75 e 94 explicitam a importância da cidade – por intermédio daqueles que seriam os encarregados de concebê-la, projetá-la e administrá-la – assegurar o equilíbrio entre o ímpeto das forças econômicas e o controle administrativo; tanto no plano espiritual, quanto no plano material, a liberdade individual e o benefício da ação coletiva; a regulamentação, por meio legal, da disposição de todo o solo útil para equacionar as necessidades vitais dos indivíduos em plena harmonia com as necessidades coletivas³³.

O Tratado de 1933 se torna uma referência incontornável para constituição de uma gama de planos e de projetos reformadores de cidades em diversas partes do mundo – uma

³¹ “Carta de Atenas, Assembléia do CIAM, Atenas, novembro de 1933”. In: *Cartas Patrimoniais*. Brasília, DF: IPHAN, 1995, p. 65 (Terceira Parte, Artigo 71).

³² *Ibidem*, p. 65 (Terceira Parte, Artigo 72).

³³ *Ibidem*, p. 66 (Terceira Parte, Artigos 73 e 75); p. 74 (Terceira Parte, Artigo 94).

pauta de trabalhos a ser realizada com o fim de se proporcionar às cidades transformações de uma ordem jamais vista.

Sucedem, no entanto, que não se tinha idéia das dimensões que seriam tocadas e nem mesmo dos impactos urbanos gerados após a implementação, diversamente matizada, dos planos de intervenção que têm como base as propostas contidas na Carta, o que se observa em vários contextos analisados criticamente (sobretudo, nos desdobramentos então alcançados, já no período após a Segunda Guerra, em algumas cidades norte-americanas, como Nova Iorque, Chicago e Boston, só para citar³⁴).

Decerto, isso se dá por inúmeros fatores, sendo que alguns deles demandam pontual atenção.

Observe-se que, se as motivações e as aspirações abrigadas sob a égide do que fora concebido como “planejamento urbano modernista” evidenciam um caráter e uma preocupação eminentemente públicos, sobretudo se levados em conta os fins a serem alcançados, o mesmo não se pode afirmar sobre os meios que, para tanto, seriam disponibilizados³⁵.

Do ponto de vista cotidiano, embora seja marcante a crítica às conseqüências danosas advindas das relações existentes entre a administração pública e os interesses privados, é pouco provável que se tenha registro de qualquer outra atividade profissional que se nutre, sustente e mantenha em virtude de sua proximidade com o poder público, com o poder privado ou, ainda, com ambos, através das parcerias estabelecidas entre eles, quanto àquela

³⁴ Cf. JACOBS. *Morte e Vida de Grandes Cidades*. *Op. cit.*

³⁵ A denominação “planejamento urbano modernista” é usada aqui como recurso ilustrativo, com o objetivo de referenciar as diversas intervenções e os aspectos mais comuns ao tipo de experiência moderna que os inúmeros autores que se voltam para o tema acreditam orientar, ao longo do século XX, a produção dos espaços nas cidades, bem como seus supostos usos e ocupações. Há que se reconhecer que ela implica alguma redução, visto que abriga uma infinidade de profissionais, estilos arquitetônicos e projetos que informam certas tradições – só para citar, *idealista, auto-consciente, hipersensualista e intuitiva, lógica, não consciente, ativista*, para acolher as denominações propostas por Charles Jencks e/ou *progressista, culturalista, naturalista* etc., se se preferir as denominações utilizadas por Françoise Choay – que compõem, em linhas mais gerais, um quadro demasiado amplo sobre a configuração espacial da metrópole moderna e as intervenções que nela se fazem registrar. Veja-

desempenhada pelos ditos especialistas, urbanistas e arquitetos, conclamados por Le Corbusier³⁶.

Por conseguinte, deve-se compreender prontamente que a consecução dos fins pretendidos por quaisquer projetos que tenham como alvo o espaço das cidades está efetivamente comprometida com os interesses (e, obviamente, com os capitais) públicos e/ou privados, ainda que se relativize o peso e o poder de cada uma das partes envolvidas e que se deseje outros desdobramentos para tais relações³⁷.

Por outro lado, a crença de que a arquitetura moderna pode transformar socialmente os homens (um importante aspecto do chamado idealismo social, originariamente presente no modelo idealista/progressista defendido por Le Corbusier) é viabilizada por administradores públicos e posta em prática por especialistas que, ao fim, procedem de modo a eliminar os elementos suscetíveis de prejudicar a reorganização do espaço urbano e a implantação dos projetos que têm esse escopo, o que se torna praticamente uma regra básica deste tipo de operação na cidade³⁸.

se: JENCKS, Charles. *Movimentos Modernos em Arquitetura*. Rio de Janeiro: Edições 70, 1985; CHOAY, Françoise. *O Urbanismo: Utopias e Realidades. Uma Antologia*. São Paulo: Perspectivas, 1998.

³⁶ Crítica que se estende, inclusive, ao modo como as instâncias pública e privada procedem relativamente ao espaço urbano e, em virtude disso, aos fatores direta e indiretamente responsáveis pela má qualidade de vida nas cidades. Sobre a contundente figura de Charles-Édouard Jeanneret (Le Corbusier), consulte-se os trabalhos supracitados de Choay e de Jencks.

³⁷ Sobre as implicações do envolvimento da administração pública com o setor privado, inclusive sobre seu aspecto moral, recorro aos comentários de Jencks a propósito de um ilustre personagem da arquitetura e do planejamento modernos: Mies van der Rohe. Segundo este autor, o tom desprendido e irônico de van der Rohe, ao se manifestar sobre o monumento por ele realizado em menção a dois mártires comunistas, Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht, é revelador de sua confusão perante a questão política, bem como de suas prioridades e de seus interesses, quando se trata da cidade e de suas realizações. Em certo sentido, van der Rohe “era ‘apolítico’, pragmático e, por isso, fatalista em relação à estrutura de poder existente”, comenta. Sobre seu percurso profissional e sobre as “adesões” temporárias de van der Rohe, é possível observar a grande “facilidade” que encontrava para projetar um monumento comunista, projetar um edifício para o editor do *Bandeira Vermelha* e, pouco depois, colaborar na expulsão de estudantes comunistas da Bauhaus, em 1930; assim como o “desprendimento” que o levava a trabalhar para os nazistas até 1937 e, depois, partir para os EUA e trabalhar para interesses muito diversos. Em seu diálogo com Jencks sobre o interessante percurso profissional de van der Rohe, o arquiteto Philip Johnson comenta: “Mies era apolítico de uma forma tal que se o diabo lhe oferecesse trabalho, ele aceitava”. JENCKS. *Movimentos Modernos em Arquitetura*. *Op. cit.*, p. 42.

³⁸ Em toda a Introdução de *Morte e Vida de Grandes Cidades*, Jacobs se pauta nos procedimentos que forçosamente eliminam os elementos suscetíveis de prejudicar a implantação dos planos de reforma urbana – amplamente difundidos em importantes cidades norte-americanas – para formular sua crítica pesada e direta. Suas palavras iniciais já delineiam e matizam bem suas pretensões. “Este livro é um ataque aos fundamentos do planejamento urbano e da reurbanização ora vigentes. [...] Mais que isso, é uma ofensiva contra os princípios e os objetivos que moldaram o planejamento urbano e a reurbanização modernos e ortodoxos”. JACOBS. *Morte e*

Alterações como a transformação de ruas tranqüilas – outrora caracterizadas por amplas calçadas sempre ocupadas por aqueles que, com seus passos cotidianos, movimentavam os fluxos comercial e moral de coisas e de pessoas, como nos bairros que a literatura especializada revelou, através de figuras como Jane Jacobs (e seu Greenwich Village) e Marshal Berman (e o Bronx) – em corredores de passagem e vias de trânsito rápido, a despeito do que possa ser dito sobre suas conseqüências, expressam a exacerbação de tudo aquilo que, no espaço urbano, se reconhece como lógica e se adjetiva de *moderno*.

Destarte, faz-se mister reconhecer que a sensível modificação dos fins originalmente pretendidos pelo planejamento urbano modernista – em virtude das sucessivas intervenções nos espaços das cidades – e a concretização de outros, a princípio considerados menos nobres, contudo possíveis, implicam o vigor desta lógica moderna a se expressar radicalmente nas concepções de espacialidade e de humanidade.

De modo complementar, a reiteração de elementos básicos que constituem o universo de referências de um determinado modo de vida como correspondentes diretos do que seria a própria experiência moderna da vida pública *na* cidade revela antes um desejo do que precisamente a realidade dos fatos.

É um equívoco acreditar que a experiência moderna de vida pública se limita ao usufruto harmônico dos chamados “bens públicos” (o que se compreende, são extremamente necessários), mesmo após a crítica empreendida aos princípios do planejamento modernista e

Vida de Grandes Cidades. Op. cit., p. 1. Para que se contextualize as informações e seu foco, cabe lembrar que o original, *The Death and Life of Great American Cities*, foi editado, em Nova Iorque, pela Random House, em 1961. De modo complementar, confronte-se com as considerações igualmente pertinentes de Berman sobre Robert Moses, uma das figuras mais contundentes do urbanismo moderno e principal responsável pelas grandes modificações na paisagem nova-iorquina, ao longo de todo o século XX. Através das inúmeras autarquias criadas e controladas por Moses, no período que se estende entre o final dos anos de 1930 e o final dos anos de 1950, disponibilizaram-se milhões de dólares que, segundo Berman, brotavam incessantemente dos cofres públicos a fim de implementar uma infinidade de projetos, como parques, pontes, rodovias, túneis, usinas hidrelétricas etc., todos concretizados alterando incessante e significativamente o que parecia, aos olhos de Berman, demasiado “sólido” para ser tão abruptamente dissolvido. BERMAN. *Tudo que é sólido desmancha no ar. Op. cit.* Em especial, o capítulo V, intitulado “Na Floresta dos Símbolos: algumas notas sobre o modernismo em Nova Iorque”, p. 271-330.

às iniciativas de reurbanização que dele se desprenderam³⁹. Na prática cotidiana, a experiência moderna de vida pública se estende, inclusive, aos seus contrários, àquilo que nega os elementos básicos e os objetivos mais elevados do projeto modernista de vida tanto *da* cidade quanto *na* cidade (é claro).

Decerto, a observação acima poderia situar-se no campo das constatações, o que parece bastante lógico e minimamente necessário em se tratando de compreender tanto a cidade quanto os modos de vida que ela cria e absorve, no contexto e em condições de modernidade, não fosse o fato de a prática analítica (presa à circularidade das polarizações e resguardada dos excessos que matizam a vida social e marcam a metrópole) sistematicamente se negar a perceber suas implicações.

Para além do desejo... supor que as práticas que se inscrevem no espaço correspondem às manipulações sobre os elementos de base de uma ordem construída compõe grave erro de reificação, muito embora se tente contorná-lo retratando a baixa correspondência e o acanhado diálogo entre teorias e experiências concretas como se fossem desvios relativos a uma espécie de *ponto ótimo* e/ou *referencial* previsto pelo sistema urbanístico⁴⁰. Logo, “pensar” (e também por isso, “mapear”) a diversidade, o estranho, numa palavra, a *diferença*, não significa “controlá-la”. Por conseguinte, estabelecer intervenções espaciais que ensejam harmonia social a partir da convivência entre pessoas de origens distintas – note-se que a ênfase recai simultaneamente sobre a origem das pessoas e sobre a própria diferença – não impede que incompatibilidades existentes entre as relações e os interesses díspares manifestos

³⁹ A experiência moderna de vida pública é, em interessante síntese, descrita por Teresa Caldeira como “a primazia das ruas e sua abertura; a circulação livre de multidões e de veículos; os encontros impessoais e anônimos entre pedestres; o lazer e os encontros públicos em ruas e praças; e, sobretudo, a presença de pessoas de diferentes origens sociais circulando e observando os que passam, olhando as vitrines, fazendo compras, freqüentando cafés ou bares, tomando parte em manifestações políticas ou usando os espaços que foram durante muito tempo desenhados especialmente para o entretenimento das massas (passeios públicos, parques, estádios, pavilhões de exposições)”. CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. “Enclaves Fortificados: A Nova Segregação Urbana”. In: *Novos Estudos*, CEBRAP, nº 47, março, 1997. p. 164.

⁴⁰ Cf. CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994, v 1. Em especial, Capítulo VII, intitulado “Caminhadas pela cidade” (p. 169-191).

na cidade venham à tona como realidades que são. E, pela mesma razão, não impede que tais incompatibilidades se tornem demasiado evidentes na apropriação dos espaços criados com esse fim, levando, em alguns casos, mas não necessariamente, ao uso demasiado ocasional, ao abandono dos lugares e, muitas vezes, à sua utilização (inadequada e indesejada) para práticas ilícitas, como pequenos furtos, tráfico de drogas etc.

Some-se a isso os aspectos sociais com implicações psicológicas, como o retraimento, a evitação e o silêncio, paradoxais e simultâneos ao excesso de exposição comum à vivência na metrópole moderna, além de outros aspectos correlatos, como a auto-segregação, que certamente correspondem ao avesso das expectativas do planejamento urbano modernista no tocante ao uso e à ocupação dos espaços da cidade – o que acarreta a transformação da percepção que se tem deles e das imagens que proporcionam⁴¹.

Os resultados “indesejáveis”, assim como os que não foram previstos, se levados em conta fatores culturais, sociais, políticos e econômicos, não deveriam causar espanto. Dada sua natureza imbricada, tais fatores estão estruturalmente ligados a redes relacionais que não obedecem, *a priori*, a nenhum modelo, por mais interessante que este ou aquele possam parecer e por mais que se deseje a sua vertical imposição.

Com efeito, importa compreender que o planejamento urbano modernista contempla, ténue e muito parcialmente, traços fundamentais como o conflito e a contingência, isso quando não os descarta. E se assim procede é porque supõe um sentido, um vetor, um *dever ser* para as ações e relações humanas, seja no tocante à vida social como um todo, seja especificamente em relação ao que se concebe e se pretende abrigar sob o dístico da metrópole.

O humano escapa, e aqui não há nenhuma dúvida que se sustente, ao controle de intelectuais, urbanistas, arquitetos e homens públicos, bem como se reflete – em certa medida,

⁴¹ Sobre os efeitos mentais relativos à vida na cidade, veja-se: SIMMEL, Georg. “A Metrópole e a Vida Mental”. In: VELHO, Octávio G. (Org.). *O Fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1987, p. 11-25.

por força e obra desses mesmos especialistas – nas configurações e nos usos dos espaços construídos.

O que deve, portanto, causar surpresa é que a negação do concreto, a factualidade rejeitada, apresenta, ainda, efeitos: a crença em um projeto modernista de espacialidade e de humanidade exerce sobre os intelectuais um fascínio tão grande que sua relutância em enxergar o óbvio só se justifica pelo grande desejo de que as coisas sejam ou se tornem outras.

As aspirações do planejamento urbano modernista a transformar a cidade em um único âmbito público homogêneo orquestrado pelo estado, a pretender eliminar diferenças para criar uma racional cidade universal dividida em setores funcionais, como o residencial, o de trabalho, o recreativo, o de transporte, o administrativo e o cívico, a criar, portanto, um outro tipo de cidade e de vida pública, não constitui, hoje, do ponto de vista analítico, problema de maior relevância⁴².

O que constitui realmente um problema é que a frustração das expectativas de arquitetos e de especialistas envolvidos com a formulação de planos de intervenção urbana e com os projetos que viabilizariam a criação deste tipo de cidade e de vida pública – em virtude da fatídica constatação de sua inaplicabilidade, de que inúmeros fatores acarretaram a consolidação, em alguns casos, do oposto do que se pretendia, logo, de espaços não mais igualitários e homogêneos mas, sim, ainda mais segregados que outrora – se estenda às análises que, por suposto, estariam comprometidas com os fatos, não com a crença em um determinado modelo de espacialidade e de socialidade.

Há que se reconhecer que a realidade nega um projeto, não a si mesma. Que, embora pretendidas, igualdade e homogeneidade são construções de segunda ordem, operações intelectuais movidas pelo desejo tácito de aplacar e/ou velar a diferença abrigada pela cidade

⁴² Sobre as aspirações do planejamento urbano modernista, consulte-se: CALDEIRA. “Enclaves Fortificados”. *Op. cit.* p. 167.

– seja ela étnica, social, econômica, política e/ou religiosa. Que alimentada ou não, a diferença é, sim, um dado de realidade, e como tal sempre será de difícil contorno⁴³.

Ao fim, há que se reconhecer que a simpatia para com o projeto modernista de vida da e na cidade produz um sentido de saudosismo por um passado que não houve, que de fato nunca existiu em sua plenitude, e, em decorrência disso, produz a idéia de que alguma coisa faltou e/ou se perdeu, impedindo que ele se completasse no espaço, ao longo do tempo.

Conclusivamente, nada efetivamente faltou. Nada se perdeu. O que se deu foi, em certo sentido, a frustração de algo demasiado humano, entendido como a *vontade de potência*, “denunciada ou glorificada pelos pensadores modernos de Hobbes a Nietzsche”, como observa Hannah Arendt⁴⁴. E, se a pretensão é humana, cumpre reconhecer que os limites para seu alcance e sua realização também o são.

2.3 – As noções de público e de privado e seu influxo sobre as análises que se voltam para os processos de proliferação de condomínios fechados

Além das realidades evidenciadas em virtude das junções possíveis (e também inesperadas) comuns à vida na metrópole moderna e da enorme lacuna existente entre o espaço ideal e o espaço concreto – o que corresponde, em linhas gerais, aos entraves e aos embaraços concernentes às implementações propostas desde Atenas –, importa reconhecer o papel referencial exercido pela noção de *público* e o intenso diálogo que ela enceta com seu oposto imediato, a noção de *privado*, no debate sobre as dimensões sociais e políticas dos problemas urbanos, outro traço bastante vigoroso do discurso empregado no tratamento dos temas *cidade e modernidade*.

⁴³ A respeito do uso e da aplicabilidade dos conceitos *diferença*, *igualdade* e *homogeneidade*, veja-se: ABBAGNANO. *Dicionário de Filosofia*. Op. cit. Ainda sobre o conceito *igualdade*, veja-se também: BOBBIO, N., MATTEUCCI, N. & PASQUINO, G. *Dicionário de Política*. Brasília: UNB, 2000, v. 1.

⁴⁴ ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997, p. 215.

O fato de o par público/privado ocupar lugar de destaque no *hall* das considerações de urbanistas e arquitetos, cientistas sociais, pesquisadores, administradores e cidadãos em geral, nas mais diversas instâncias da vida social, não causa estranheza, mesmo porque o problema de optar entre a vida pública e a vida privada constitui-se tema central no pensamento ocidental, desde Aristóteles até as figuras contemporâneas dignas de nota, como Albert Hirschman, Hannah Arendt, além do próprio Sennett⁴⁵.

Note-se, entretanto, que o peso acentuado concedido à questão pública em detrimento das de cunho privado, impede uma melhor compreensão de alguns aspectos que, embora bastante discutidos, são, justamente por isso, parcial e tendencialmente retratados quando se trata de reconhecer, para além do anseio de que os fatos revelem uma outra realidade, alguns detalhes comuns ao desenvolvimento da metrópole, no contexto da modernidade.

Como já mencionado, o equilíbrio entre os interesses privados e as demandas coletivas, de natureza pública, constituem aspecto frágil próprio a essa imensa concentração de pessoas e de atividades, plena de necessidades sempre por serem satisfeitas, que é a cidade, particularmente em sua forma capitalista, já que, nela, o ímpeto burguês e a propriedade privada afetam diretamente o uso e a disposição do solo urbano.

Em seu desenvolvimento, é comum que questões que requerem a oferta de soluções imediatas – como os problemas decorrentes e relativos à alta concentração de renda, à especulação imobiliária e ao preço da terra, ao surgimento de empreendimentos habitacionais privados, que invadem áreas estratégicas de preservação ambiental, a ampliação dos serviços de transporte, bem como dos serviços de água e esgoto, a abertura de corredores de passagem para veículos automotores que têm seu número consideravelmente aumentado e que implica a desapropriação de casas, o fechamento de ruas, enfim, modificações sensíveis da paisagem

⁴⁵ Some-se aos já citados trabalhos de Arendt e de Sennett o estudo realizado por Hirschman, a propósito da questão público/privado em relação à opção individual e sua oscilação entre as duas esferas. HIRSCHMAN, Albert O. *De consumidor a cidadão: atividade privada e participação na vida pública*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

urbana – sejam objeto de pesquisas que, crítica e, por vezes, acertadamente, remetem às políticas públicas mais adequadas para seu o tratamento.

Ocorre, porém, que, do ponto de vista analítico, a observação de tais problemas se coaduna com uma postura tendenciosa, ideologicamente engajada, correndo-se o risco de se afirmar um sentido único para a concepção de projetos espaciais e para as relações intermediadas pelo urbano.

Em termos mais claros, dado o fato de que a capacidade de resposta aos ditos interesses coletivos se mostra aquém daquela imposta e ofertada pelo ritmo alucinado com que se movimenta o capital privado, é razoável que as críticas aos excessos do mercado sejam severas e, até mesmo, bem-vindas, a não ser pelo desvio do foco que lhes caracteriza: perde-se de vista o fato de que o planejamento urbano implica, invariavelmente, a tensão constante entre interesses públicos e interesses privados, sendo que essa tensão é, indubitavelmente, um dos principais fatores implicados no desenvolvimento da metrópole em sua forma capitalista. Neste sentido, a constatação de que o planejamento urbano está, em alguma medida, subordinado às tendências do mercado – o que se apresenta como alternativa crítica e prática ao planejamento regulatório e ao planejamento pautado em investimentos públicos que, no Brasil, nitidamente declinam desde os anos de 1970 – leva à condenação generalizada de quase tudo que esteja envolvido com os interesses dos capitais privados e, mais ainda, de tudo aquilo que, se acredita, tende a reforçar ainda mais as condições de desigualdade social, mediante a produção do espaço urbano⁴⁶.

Some-se a isso a influência incisiva que um *ethos* igualitário exerce sobre a percepção do espaço urbano, *ethos* este amplamente difundido pela literatura especializada, que inegável

⁴⁶ Esta postura crítica nitidamente se intensifica em uma época em que a capacidade regulatória e de investimentos do Estado se acha bastante reduzida. Mesmo que se compreenda que a descentralização e a flexibilização do planejamento e, mais recentemente, os aspectos administrativos que envolvem as parcerias público/privado e concernem à gestão urbana são, reconhecidamente, uma necessidade, não cessam as avaliações um tanto imponderadas sobre o papel que, se acredita, deveria ser desempenhado pelo Estado no tocante aos problemas comuns ao espaço das cidades. Veja-se: SOUZA, Marcelo Lopes de. *Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

e acriticamente se confere um papel demiúrgico quando se encarrega de revelar as disparidades entre a força do capital privado e os interesses públicos⁴⁷.

Deste modo, o problema prático do equilíbrio entre os interesses públicos e privados redonda em desequilíbrio valorativo e, conseqüentemente, analítico. E, uma vez mais, saltam à apreciação conclusões apressadas pelo caráter imediatista e imponderado com que são retratados uma gama de fenômenos gerada pela cidade e os problemas socioespaciais que lhe caracterizam, sem que se procedam a relativização e as ressalvas concernentes à especificidade de cada caso relacionado à esfera privada e ao espaço urbano.

Idéias calcadas em uma crítica quase sempre de cunho “esquerdista” e em um discurso que, hoje, soa como politicamente pernicioso, dados seu sectarismo e o imobilismo que propõe, irradiam irrefletidamente, sendo perceptível seu influxo nas análises que se voltam para a profusão das chamadas *formas espaciais segregatórias* e, em particular, para o processo de proliferação dos condomínios fechados.

Ora, reconhecer, marginalmente, que este tipo de formação espacial está permeada por uma infinidade de elementos sociais, culturais e também políticos que estruturalmente se imbricam no processo contínuo através do qual o urbano se estabelece e, fundamentalmente, que ele espelha a exacerbação do processo de mercadologização da cidade pode resultar em se atribuir aos condomínios fechados a responsabilidade *sui generis* por uma cartografia urbana dividida pela intensificação das diferenças socioeconômicas. Se assim se procede, furta-se ao reconhecimento de que os condomínios podem estar, simplesmente, confirmando algo já delineado no espaço da cidade.

A fim de que se evite, desde já, a reprodução de problemas norteados por equívocos formais e pela parcialidade analítica, há que se reconhecer, em primeiro lugar, que somente a

⁴⁷ A propósito da influência que o *ethos* igualitário gera na análise sobre o espaço urbano, veja-se: ANDRADE, Luciana Teixeira de. “Auto-segregação e vida urbana nos condomínios residenciais fechados”. 24ª Reunião da ABA. Recife, 2004. Sobre o conceito de *igualitarismo*, consulte-se: BOUDON, R. & BOURRICAUD, F. *Dicionário Crítico de Sociologia*. São Paulo: Ática, 2001.

junção lógica entre elementos sociais, culturais, políticos e econômicos, que se encontram na base das motivações da constituição física dos chamados condomínios fechados, assim como de qualquer outro projeto que incida, contextualmente, na configuração do espaço urbano, torna possível a compreensão ampla deste tipo de empreendimento. Sua viabilização depende da articulação dos processos de mercadologização da cidade com os mais diversos níveis sociais, culturais, políticos, mesmo porque, na vida social, expectativas, estilos de vida, visões de mundo, recursos privados e investimentos financeiros estão intimamente ligadas às condições de possibilidade para sua idealização e posterior concretização.

Uma segunda ordem de objeções remete ao fato de que o repúdio aos condomínios fechados reforça mais o sentido proposto pelas formulações ideais sobre o espaço do que, como seria próprio de se esperar, pelas práticas que se estabelecem nas cidades. Dito de outra maneira, ao adotarem como referências analíticas mais significativas os espaços públicos, a diversidade concentrada, a cidadania, enquanto experiências e valores definidores das cidades modernas, e, em consequência disso, como observa Luciana Teixeira de Andrade, ao reforçarem a crença de que os condomínios vêm justamente negar essas experiências e esses valores, é possível que alguns estudos sobre os condomínios fechados reiterem os equívocos até aqui discutidos pelo simples fato de que supõem a realização plena da instância pública e da participação cidadã, deixando também de problematizar questões afins à diversidade concentrada e aos embates que dela se desprendem⁴⁸.

Cumprir enfatizar, por um lado, que nada há de mais moderno do que a negação dos próprios valores modernos, o que constitui também um valor. Note-se, inclusive, que a existência referencial de valores como os citados se sustenta a propósito de sua negação prática e contínua, o que, ao fim, constitui o cerne da própria modernidade.

⁴⁸ Andrade remete especificamente às análises bastante críticas que se processam no campo das ciências sociais em relação à proliferação de condomínios fechados. ANDRADE, Luciana Teixeira de. "Condomínios fechados da Região Metropolitana de Belo Horizonte: novas e velhas experiências". In: *Anais do IX Encontro Nacional da ANPUR*. Rio de Janeiro, 28 de maio a 1 de junho de 2001, v. 2, p. 936.

Por outro, como já dito, ao contrário do que se afirma, essa realização plena nunca se deu, e se furtar ao reconhecimento dos conflitos e das contingências comuns ao universo da metrópole pode significar tanto a negação factual da própria experiência de vida moderna como a negação de seus valores amplamente difundidos.

Vale lembrar, mesmo que não se trate de fenômenos com a mesma profundidade e com a mesma intensidade, em condições de modernidade e de desenvolvimento capitalista, a metrópole permite e, em alguma medida, estimula experiências tais como a alta concentração de renda, o recrudescimento da pobreza, a exacerbação dos conflitos políticos em virtude das demandas relativas à exclusão/inclusão sociais, a intensificação da busca pelo lucro, o redimensionamento dos interesses privados e dos interesses públicos e, inclusive, os próprios condomínios fechados, sendo um equívoco desconsiderar sua existência prática e sua influência cotidiana sobre a própria cidade.

Conclusivamente, há que se considerar, desde o início, que, no que toca à cidade e, mais especificamente, quando se trata de compreender processos como o de proliferação de condomínios fechados, estabelecer o primado do econômico sobre as demais dimensões da vida social é uma alternativa pouco prolífera, visto que a análise destrói os elementos que continuamente se mesclam e se imbricam na produção do próprio espaço urbano, ao recortá-los em universos separados e ao submetê-los a uma variável explicativa considerada determinante. Há que se considerar, ainda, que afirmações de teor generalizantes sobre tais processos carecem, não raro e no mínimo, de ser ponderadas, sendo os mais diversos casos em que se manifestam submetidos à operações de contrastes e à análises qualitativas das condições socioespaciais em que eles ocorrem. E, por fim, que o tratamento do tema “condomínios fechados” requer, indubitavelmente, encaminhamento mais rigoroso tanto no que toca aos valores que lhe são subjacentes quanto à pretensão e à extensão analíticas que este tratamento abrange.

Dito isto, passo à consideração de alguns casos disponibilizados pela literatura especializada nos quais o processo de proliferação de condomínios fechados remete a problemas pertinentes não só à relação entre estrutura sócioeconômica e configuração urbana mas, também, em relação aos aspectos históricos e geográficos refratários ao unidimensionamento das perspectivas sob as quais sua proliferação vem sendo discutida.

Não havendo nenhum indicativo de mudança drástica na localização espacial das camadas de alta renda e daquelas de menor poder aquisitivo, nem qualquer alteração no modelo de crescimento urbano característico de uma dada cidade, é possível que alguns entraves à formulações generalizantes e deterministas, no tocante ao “peso” da proliferação de condomínios fechados e seu virtual reflexo no dimensionamento e na estruturação socioespacial da cidade, denotem a necessidade de uma postura crítica frente a planificação analítica das evidências socioespaciais.

Decerto, a operação de contraste entre contextos distintos permitirá que se coloque em relevo algumas ressalvas pertinentes à manifestação do processo em pauta, o que, se espera, deve contribuir para a ampliação das possibilidades de sua compreensão.

III

ESPECIFICIDADES DOS PROCESSOS DE PROLIFERAÇÃO DE CONDOMÍNIOS FECHADOS

É um hábito freqüente quando se descobrem algumas semelhanças entre duas coisas, atribuir tanto a uma como à outra, mesmo sobre os pontos em que elas são na realidade diferentes, aquilo que se reconheceu verdadeiro para somente uma das duas.

Descartes

Comparar, tal como observa Fábio Wanderley Reis, é a regra mais básica da explicação em ciências sociais⁴⁹. Esta regra evita, por um lado, a tendência sutil de essencializar problemas (e argumentos) em discussão, bem como o apelo excessivo a um único contexto – que tende a se tornar uma espécie de categoria explicativa *per se*, e não um dos elementos a ser, de fato, examinado. Por outro lado, permite captar adequadamente o que há de específico nos diferentes casos analisados (as peculiaridades de cada um deles) e o próprio aspecto relacional (as comunalidades) que os mesmos guardam entre si e com os problemas que motivam a busca por elucidações. Ocorre, porém, que se esse é, pois, o espírito a nortear a produção de trabalhos voltados para os processos de proliferação de condomínios fechados em diversas cidades do mundo, alguns aspectos históricos bastante expressivos, refratários ao unidimensionamento e à conseqüente neutralização das diferenças nas similitudes, não têm sido considerados.

Um bom exemplo disso pode ser encontrado no já citado trabalho de Teresa Caldeira que, dada sua aceitação, tem sido amplamente (e muitas vezes, acriticamente) difundido enquanto referência para o tratamento da questão “condomínios fechados” e da temática “segregação socioespacial”⁵⁰. A autora compara o processo de proliferação de condomínios fechados (os “enclaves fortificados”) em Los Angeles com o que se desenvolve no Brasil, focalizando especialmente a cidade de São Paulo. Diante do minucioso detalhamento dos caracteres mais nítidos e regulares dos condomínios fechados e das conseqüências que a eles se associam, o leitor é conduzido por Caldeira à conclusão de que há, de fato, grandes semelhanças entre o que ocorre em Los Angeles e em São Paulo. Mais ainda, o apelo às imagens auto-sustentáveis, mediante sua grande aceitação e veiculação mediática, como segurança, status social, qualidade de vida, conforto e lazer, além da enunciação de pequenas

⁴⁹ REIS, Fábio Wanderley. *Análise Histórico-Comparada: Uma Alternativa para o Estudo do Desenvolvimento?* Porto Alegre: Instituto Goethe, 1985.

⁵⁰ CALDEIRA. “Enclaves Fortificados”. *Op. cit.*

alterações de caráter arquitetônico e estético, consolidaria, em São Paulo como em outros lugares, os sentidos comuns à proliferação de condomínios fechados e os impactos ocasionados por eles nas estruturas espaciais e sociais de uma metrópole.

Embora tome como dados conjuntos de evidências socioespaciais constituídos a partir de casos específicos, Caldeira não esconde suas pretensões generalizantes ao afirmar que a “proliferação de enclaves fortificados vem criando um *novo* modelo de segregação espacial e transformando a qualidade da vida pública em muitas cidades ao redor do mundo”. Mais que isso, para ela, “enclaves fortificados *geram* cidades fragmentadas em que é difícil manter os princípios básicos de livre circulação e abertura dos espaços públicos que serviram de fundamento para a estruturação das cidades modernas”⁵¹. Em suma, resguarda-se em toda sua argumentação uma tendência quase irremediável a estarmos fadados a residir em cidades segregadas por enclaves e, em função deles, segmentadas, fragmentadas, descentralizadas, entre tantos outros aspectos que se coadunam nas representações sobre o espaço urbano que se diferencia da clássica cidade capitalista industrial.

Todavia, em que pese a importância relativa de cada um dos elementos envolvidos no processo de proliferação de condomínios fechados e na constituição de cidades extraordinariamente voláteis, segmentadas, fragmentadas, descentralizadas, cindidas, amorfas e impressionantemente heterogêneas na cultura, na política e no modo de vida – como a Los Angeles descrita por Edward W. Soja, a quem Caldeira recorre prontamente –, é mister perguntar se é possível transpor para o caso brasileiro as observações concernentes a experiências bastante pontuais⁵². Dito de outro modo, e de um ponto de vista mais amplo,

⁵¹ CALDEIRA. “Enclaves Fortificados”. *Op. cit.*, p. 155, grifos meus.

⁵² SOJA, Edward W. “O desenvolvimento metropolitano pós-moderno nos EUA: virando Los Angeles pelo avesso”. In: SANTOS, Milton (org.). *Território, Globalização e Fragmentação*. São Paulo: HUCITEC/ANPUR, 1994, p. 154-168. É importante frisar que, dado o modo exacerbado como se pronunciam, tais características fazem de Los Angeles uma espécie de janela paradigmática adotada pela literatura especializada de modo a conduzir o olhar sobre a paisagem urbana, a partir da segunda metade do século XX. Por razões que aqui se pretende explorar, “conduzir o olhar” não deveria significar “restringir o olhar”, muito embora, como se sabe, isso ocorra.

mesmo que se trate de realidades similares, suas especificidades e as dos contextos em que se dão, bem como os impactos por eles ocasionados não comprometeriam, ao fim, os diagnósticos alcançados relativamente às tendências gerais de reestruturação socioespacial, bem como o escopo generalizante que lhes acompanham?

Como tentativa de resposta aos questionamentos um tanto óbvios acima formulados e a fim de oferecer alguns dados que podem propiciar uma outra compreensão do processo em questão – e, quiçá, permitir um encaminhamento mais aberto no tocante às dimensões histórica e geográfica que a proliferação de condomínios fechados alcança em diferentes contextos –, traço alguns comentários sobre o caso de Los Angeles e, logo em seguida, passo à breve consideração de dois casos pouco explorados pela literatura: o da Nigéria e o da África do Sul.

3.1 – O rechaço à planificação das evidências socioespaciais

As considerações de Soja sobre os longos e sucessivos processos de reestruturação urbana experimentados pela cidade de Los Angeles podem ser bastante elucidativas⁵³.

Vale lembrar, a “metamorfose urbana” que se opera sobre Los Angeles é composta por seis etapas (seis reestruturações), das quais pelo menos três são fundamentais para que se alcance um tecido urbano altamente segmentado e repolarizado (quarta reestruturação), policiado, vigiado e controlado socialmente (quinta reestruturação), além de repleto de comunidades residenciais (condomínios fechados) que se desenvolvem em torno do apego a simulacros e se constituem como parques-temáticos (sexta reestruturação).

Fatores que se somam a um processo de urbanização periférica iniciado ainda no século XIX – Los Angeles desenvolveu uma grande concentração de atividades manufatureiras

⁵³ As sínteses que se seguem sobre os processos de reestruturação da cidade de Los Angeles são realizadas a partir do já citado trabalho de: SOJA. “O desenvolvimento metropolitano pós-moderno nos EUA”. *Op. cit.*

depois que seu tecido urbano se viu efetivamente descentralizado, o que corresponde ao inverso do processo normal de crescimento urbano-industrial – são entendidos por Soja como causas da modificação metropolitana que ele relata, sendo primordiais para a sua compreensão as três primeiras reestruturações. Esquemáticamente, são:

- a primeira reestruturação – remete ao processo de “desconstrução” do que é urbano e do que é suburbano (uma quase indistinção entre centro e periferia) decorrente do surgimento e da consolidação de “Cidades Exteriores” (como Orange County e Ventura County, por exemplo) que, por se constituírem como aglomerações de pequenas cidades incorporadas, alcançam populações superiores a 2,5 milhões de habitantes e desenvolvem atividades industriais múltiplas e extremamente rentáveis ligadas à alta tecnologia. Segundo Soja, a principal causa para o crescimento das grandes e bem-sucedidas “Cidades Exteriores” é o desenvolvimento de novos distritos industriais flexivelmente especializados na manufatura de produtos tecnologicamente avançados, geralmente de base eletrônica, acarretando a maior concentração urbana do mundo em matéria de engenheiros, cientistas, matemáticos e peritos em computadores;
- a segunda reestruturação – refere-se à continuação do crescimento do centro, ou “Cidade Interior” da área metropolitana de Los Angeles, mediante uma combinação de pequenas indústrias, de mão-de-obra intensiva e tecnologia relativamente baixa e o surgimento de um complexo de serviços financeiros que está entre os de mais rápido crescimento do mundo, a que se junta a consolidação, imediatamente ao redor do centro, de um anel interior de comunidades residenciais habitadas em grande parte por operários imigrantes. *Grosso modo*, trata-se de um complexo processo socioespacial motivado pelo deslocamento e influxo de mão-de-obra, com reparo à tensa relação entre imigrantes e classe operária negra, que concorrem diretamente por empregos de baixa remuneração, trabalho

parcial e aleatório, bem como aos correlatos desemprego, pobreza, discriminação residencial e a maior concentração de população sem teto dos Estados Unidos;

- a terceira reestruturação – em virtude do desenvolvimento do centro de Los Angeles e da movimentação intensa de capitais financeiros e recursos humanos que caracterizam a segunda reestruturação, consiste numa vigorosa transição demográfica que transforma a periferia de Los Angeles na mais vasta e diferenciada concentração de culturas, gerando uma alteração radical do ambiente arquitetônico e cultural. Desse modo, consolida-se, para Soja, a imagem “tanto de uma preeminente cidade primeiro-mundista de capital global, quanto de uma gigantesca cidade terceiro-mundista de trabalho-global”⁵⁴.

Não é de surpreender, com efeito, que o caso de Los Angeles se torne paradigmático. Porém, é importante observar que, muito embora reconheça a possibilidade de que toda grande região metropolitana do mundo venha a experimentar, em épocas diferentes e com intensidades diferentes, os mesmos “sintomas” de mudança no processo de urbanização que esta cidade vivencia, o próprio Soja argumenta que, “num dado nível, a experiência de Los Angeles pode ser vista como única e intransferível a outras regiões metropolitanas”⁵⁵.

As especificidades do caso analisado são tantas – remetem a processos extremamente complexos, que se manifestam e se imbricam, ao longo dos últimos quarenta anos, no contexto desta importante cidade – que sua utilização referencial deveria ser cercada de cuidados. Entretanto, o que chama a atenção é o fato de que, resguardadas algumas proporções físicas e espaciais – obviamente que em menor escala – a manifestação de alguns “sintomas” espaciais comparáveis aos de Los Angeles são suficientes para se afirmar a ocorrência de mudanças sensíveis no modelo de organização socioespacial, logo, no processo de urbanização que outra cidade historicamente vivencia, o que configura uma espécie de flexibilização analítica pouco ponderada.

⁵⁴ SOJA. “O desenvolvimento metropolitano pós-moderno nos EUA”. *Op. cit.*, p. 162.

⁵⁵ *Ibidem*, p. 167.

Repare-se que a proliferação de comunidades residenciais do tipo condomínios fechados em Los Angeles, para Soja, se apresenta antes como um dos resultados do que propriamente como causa do processo de fragmentação do espaço metropolitano, o que, a propósito (e quase ironicamente), contraria diretamente uma das idéias que norteiam o trabalho de Caldeira.

Complementarmente, observe-se que as reestruturações descritas por Soja permitem supor o envolvimento de milhares (senão milhões) de habitantes que, em uma dada conjuntura socioespacial, optam preferencialmente por viver em condomínios fechados temáticos, horizontais, compostos por residências unifamiliares, se submetendo aos rigores contratuais que estes impõem aos seus moradores. No Brasil, especialmente em São Paulo, onde os dados sobre a proliferação de condomínios fechados são mais expressivos do que em qualquer outra capital, somente 300 condomínios se aproximariam do tipo relatado por Soja. Isso representa 1% por cento (um) dos cerca de 30 mil condomínios residenciais desta cidade, onde habitam um total 1,4 milhão de famílias, o que sugere, no mínimo, cautela ao se avaliar as dimensões dos possíveis impactos gerados pela proliferação de condomínios fechados, nesta cidade⁵⁶.

Ao fim, salta à observação o fato de que, do ponto de vista analítico, tendem a ser prematuros os diagnósticos motivados pela busca de um *padrão*, em virtude da recorrência, em diversos casos, de um e/ou outro dos aspectos descritos por Soja, quando, nos contextos em que se dão, estes aspectos não apresentam causas e conseqüências, profundidades e intensidades semelhantes àquelas verificadas pelo autor.

⁵⁶ Reconhece-se, aqui, a precariedade dos dados informados, obtidos através de: SIMÕES, Kátia. Ouro em sua porta. *Pequenas Empresas Grandes Negócios*, 2004. Disponível em: <<http://www.empresas.globo.com/Empresasenegocios/0,19125,ERA452514-2482,00.html>>. Acesso em: 18/01/2005. Foram inúmeras as tentativas de obter dados mais precisos, inclusive junto ao site da Prefeitura Municipal de São Paulo e, especialmente, junto à Associação dos Condomínios Horizontais – ASCONH Brasil, através do Sr. Julio Tormim Borges Junior, Diretor de Integração desta instituição, com quem travei contato via e-mail e telefone, sem, entretanto, lograr êxito. De todo o modo, há que se considerar que é pouco provável que o impacto da proliferação de condomínios fechados sobre a configuração socioespacial da cidade de São Paulo alcance, na atualidade, a extensão já dimensionada em casos como o de Los Angeles. Vale lembrar, com Robert Lopez, que, já em 1996, pelo menos um terço de todos os complexos residenciais construídos no sul da Califórnia – região centrada na cidade de Los Angeles – são condomínios fechados. LOPEZ, Robert. “Gaiolas de Ouro”. *Revista Atenção!* São Paulo: Editora Página Aberta Ltda., ano 2, n. 5, 1996, p. 41.

Mais que isso, se, em Los Angeles, carne e pedra dão forma e conteúdo a um novo padrão socioespacial, é porque, neste contexto, a existência de determinados fatores é extraordinariamente notória, empiricamente incontornável. Não se trata, portanto, de uma imagem ampliada pelos recursos de uma câmera, de uma forma exagerada e quase caricatural de se descrever o espaço e seus processos, tal como parecem sugerir algumas operações analíticas e estudos recentes.

Por conseguinte, é mais razoável pensar que a recorrência de alguns aspectos associados à proliferação de condomínios fechados (e comuns aos descritos por Soja) reafirma e potencializa uma gama de experiências que pode se desdobrar de processos por vezes muito distintos daqueles que informam Los Angeles e a tornam um modelo (quase impeditivo, no tocante à algumas pretensões).

Veja-se, neste sentido, em que as observações de Robert Lopez confluem com o argumento supra, destinando-se especial atenção para o que o autor chama de “imitação africana”⁵⁷.

Segundo o autor, os guetos de luxo – uma das denominações utilizadas para designar os condomínios fechados, assim como *villas*, ilhas de luxo, cidades particulares etc. – já chegaram também aos países mais ricos da África negra.

Na Nigéria, a formação das ilhas de luxo urbano começou com a colonização inglesa. Antes da chegada dos europeus, já havia grandes cidades, em especial na região sudoeste, habitada pelos iorubas.

Ao privilegiarem uma forma indireta da administração, os ingleses não tentaram organizar a vida urbana nos bairros negros, o que acabou garantindo uma certa autonomia para os chefes tradicionais: os colonizadores preferiram instalar-se bem longe, evitando a

⁵⁷ As sínteses que se seguem sobre os casos de proliferação de condomínios fechados na Nigéria e na África do sul são realizadas com base no já mencionado artigo de: LOPEZ. “Gaiolas de Ouro”. *Op. cit.*, p. 42.

proximidade com os locais; para tanto, foram criadas as chamadas *Government Residential Areas* (GRA).

Quanto à “guetização”, esta avançou expressivamente nos anos de 1970 e 1980, sob um duplo impacto: o aumento do banditismo após a Guerra de Biafra (1970) e a sede de conforto da nova burguesia/classe média que, enriquecida com a exploração de petróleo e preocupada em defender-se das camadas miseráveis da população, enclausurou-se em *villas*.

Em Lagos, capital até 1991, e centro da zona mais povoada e urbanizada do país, a grande ilha de prosperidade é o bairro Ikoyi, junto ao centro da cidade. Trata-se de um antigo GRA britânico, que atualmente aloja os novos ricos do petróleo, diplomatas e funcionários de multinacionais, além de milionários cujas fortunas têm origem duvidosa – em geral, suspeita-se que sejam barões das drogas.

Já na África do Sul, antes mesmo do avanço acelerado da criminalidade – que ocorreu a partir dos anos de 1980, e que também ajudou a consolidar os guetos (brancos/ricos e negros/pobres) –, o *apartheid* se perpetuou sob o verniz de divisões sociais: o fato de a grande maioria dos negros não ter condições de comprar uma casa ou pagar aluguel nos bairros brancos é bastante ilustrativo no tocante à questão da alta concentração de renda e à parcela da sociedade que a detém.

Some-se a isso o fato de que, após o desmantelamento do *apartheid*, e a propósito do descrédito da polícia (composta majoritariamente por negros), floresceu a indústria da segurança privada, que emprega mais pessoas que a força policial do país, e possui clientela claramente definida.

Em Sandton e outros subúrbios chiques (e brancos) do norte de Johannesburgo, anúncios afixados nos portões de entrada das *villas*, muros altos com redes eletrificadas de baixa tensão, patrulhas armadas, além de complexos sistemas de alarme e detectores infravermelhos devem garantir a comodidade e a segurança desejada pelos moradores.

Ora, se as similitudes não esgotam as diferenças e, sobretudo, não devem ocasionar a anulação dos traços mais expressivos concernentes aos processos em questão e aos contextos em discussão, embora sucintos, os relatos acima lançam dúvidas sobre algumas conclusões de teor generalizante.

Os elementos que se encontram na base dos processos de proliferação de condomínios fechados, na Nigéria e na África do Sul, como se nota, não respondem aos fatores comumente analisados pela literatura, como o esvaziamento das áreas urbanas centrais, a descentralização da atividade industrial, a descontinuidade do tecido urbano e da infra-estrutura, o aumento da área urbanizada orientado pelo capital imobiliário, entre outros.

No caso da Nigéria, trata-se do desdobramento de uma medida político-administrativa adotada a partir do processo de colonização inglês – que, como se sabe, teve início no começo do século XIX e foi oficializado em 1885 – e efetivada com a criação das GRA, proporcionando e delineando impactos espaciais e sociais na configuração das cidades, com destaque para o que ocorre na antiga capital do país. Não se manifesta, em nenhum momento, qualquer idéia relativa à reestruturação socioespacial motivada pela transformação de áreas urbanas em virtude da proliferação de condomínios fechados. Ao contrário, denota-se a idéia de transformação social e histórica que confirma um desenho geográfico urbano há muito delineado, bem como a ocupação tradicional de algumas zonas residenciais pelas elites.

No caso da África do Sul, o regime racista do *apartheid* consolidou a segregação, ao confinar os cidadãos de acordo com sua origem étnica. Assim como no primeiro caso, não se pode concluir outra coisa senão a confirmação e a consolidação de uma geografia urbana e, mais especificamente, o reflexo de uma sociedade, que historicamente é altamente segregada, na configuração espacial da cidade.

A propósito da noção de segregação, em ambos os casos, do ponto de vista social, a referência a ela é incontornável, muito embora suas especificidades contextuais denotem

razões historicamente distintas. Ocorre que a separação social que se inscreve nestes espaços urbanos foi, há muito, delineada por motivos outros que não aqueles que, via de regra, se associam aos condomínios fechados. Não se justifica, portanto, a idéia de que os enclaves acarretam áreas urbanas ainda mais segregadas que outrora. É mais razoável supor que, nestes casos, eles simplesmente as confirma.

Casos tão distintos quanto os acima confrontados chamam a atenção para o fato de que, como já dito, trajetórias históricas que se inscrevem nos espaços das cidades, em contextos, circunstâncias e tempos muito distintos podem conduzir à proliferação de condomínios fechados, e isso sem que haja uma correlação necessária entre os mesmos fatores e, ainda, sem que as mesmas conseqüências na organização social e espacial de diversas cidades venham a se concretizar.

A partir disso, é possível perceber que, evitando-se o arbítrio e a imposição de um padrão demasiado “estranho”, similitudes e diferenças entre os contextos que informam as reflexões sobre a(s) cidade(s) poderão adquirir os contornos que lhes são próprios, facilitando a compreensão dos processos que se encontram na base de transformações socioespaciais em curso nos mais diversos contextos.

Neste sentido, as especificidades do caso brasileiro e, dentro dele, as de suas principais capitais – visto que, somente em algumas delas, o processo de proliferação de condomínios fechados assume proporções consideráveis do ponto de vista espacial e também analítico – constitui um universo de práticas urbanas aberto às análises que, se espera, ampliem o ambiente discursivo e lancem luz sobre o tema “condomínios fechados”.

Exposto isso, é interessante que se considerem alguns aspectos postos em relevo pelas análises recentes sobre a proliferação de condomínios fechados em Belo Horizonte, o que, espero, permitirá avançar sobre as questões até aqui discutidas.

3.2 – *Reestruturação urbana e condomínios fechados: o caso de Belo Horizonte e de sua Região Metropolitana*

Como se sabe, a partir de meados da década de 1970, o fenômeno diversamente matizado e amplamente conhecido como *reestruturação urbana* alcançou visibilidade no Brasil. Importantes fatores manifestos em meio às principais capitais brasileiras passaram a exercer considerável pressão sobre o processo de reformulação dos sistemas urbanos, implicando o reordenamento dessas cidades em seus contextos regionais e, posteriormente, em alguns casos, no contexto global.

Dentre esses fatores, respondem pela complexificação crescente do quadro urbano brasileiro: a precária atuação do Estado em relação às políticas públicas (a escassez de recursos ou fontes de financiamento para atender aos programas de urbanização, além dos problemas de investimento em habitação); o influxo do capital imobiliário na produção da moradia; o aumento da participação e da importância regional e nacional das principais metrópoles da Região Sudeste para com os resultados da economia brasileira como um todo; e, ainda, as mudanças na dinâmica de crescimento populacional⁵⁸.

É justamente neste período de transformações profundas na geografia das cidades brasileiras que ocorre o surgimento de um tipo diferenciado de parcelamento do solo, voltado

⁵⁸ A trivialidade crescente de tais temas – seja do ponto de vista da produção intelectual, seja pela própria experiência e participação na vida social, cultural, política e econômica em nossas cidades – somada à relevância dos problemas urbanos amplamente vivenciados gerou a consagração de algumas idéias que parecem compor o cerne das explicações do fenômeno de reestruturação urbana, aqui, sumariamente descrito. A formação de grande parte dos espaços metropolitanos brasileiros se caracterizou, dentre outros aspectos, por um contínuo e acentuado crescimento, tanto em termos espaciais, quanto em termos demográficos, e implicou as variadas formas de atuação dos agentes que classicamente intervêm na produção do espaço urbano, a saber, o Estado, o capital privado e a população. Esta apresentação concisa engloba alguns dados disponibilizados por pesquisas recentes sobre o fenômeno de reestruturação urbana transcorrido, no Brasil, a partir das décadas de 1970 e 1980, e respalda-se em trabalhos de naturezas distintas, que assumem um caráter instrumental e completar dentro do recorte histórico proposto, visto que tais observações são relativamente comuns a diversos autores e constituem, para muitos, uma espécie de núcleo argumentativo. Para uma análise mais ampla do tema “reestruturação urbana”, veja-se: COSTA, Heloísa Soares de Moura. “Natureza, mercado e cultura: caminhos da expansão metropolitana de Belo Horizonte”. In: MENDONÇA, Jupira Gomes e LACERDA, Maria Helena (Orgs.) *População, espaço e gestão na metrópole: novas configurações, velhas desigualdades*. Belo Horizonte: PUC Minas, 2003, p. 159-179; TEIXEIRA, João Gabriel & SOUZA, José Moreira de. “Desigualdade socioespacial e migração intra-urbana na RMBH 80-91”. In: *Cadernos Metrôpole*, nº 1, São Paulo: EDUC, 1999, p. 99-133.

para uma classe média ascendente, caracterizado pela implantação dos chamados condomínios fechados⁵⁹.

No caso de Belo Horizonte e de sua Região Metropolitana, como bem observam João Gabriel Teixeira e José Moreira de Souza, tais empreendimentos não possuíam a forma atual com que se apresentam⁶⁰. Em um primeiro momento, no período que se inicia na década de 1950 e se estende a de 1970, caracterizavam-se como espaços reservados ao uso ocasional, sendo melhor compreendidos pela categoria de *sítios de recreio*. Com efeito, não se constituíam, na maior parte dos casos, como residência principal para seus proprietários e abrigavam um número restrito de moradores, sendo estes, em sua maioria, empregados (“caseiros”) alocados em suas dependências domésticas (moradias cedidas)⁶¹.

Muito embora alguns autores consideraram que, desde os anos de 1950, regiões do município de Nova Lima já vinham sendo produzidas pelo mercado imobiliário por meio de loteamentos de entrada restrita, destinados a uma parcela da população que buscava prioritariamente o retorno à natureza e uma certa dose de isolamento, constituindo-se como precursores do que hoje vem sendo chamado de condomínios fechados, é somente a partir dos anos de 1980, e sobretudo os de 1990, que alguns desses espaços reservados ao uso ocasional se transformaram, passando assim a merecer maior atenção⁶².

⁵⁹ Tomo como referência o empreendedorismo do grupo AlphaVille que, inspirado no conceito das cidades planejadas norte-americanas – as *edge-cities* – e tendo como foco a integração à natureza e a proximidade às metrópoles, incrementou o setor imobiliário brasileiro, ainda no início da década de 1970, com este conceito de moradia implantado, primeiramente, na Região Metropolitana de São Paulo. Veja-se: *AlphaVille Lagoa dos Ingleses*. Belo Horizonte: AlphaVille Urbanismo S.A./Lagoa dos Ingleses Urbanismo S.A., maio de 2000.

⁶⁰ Por vezes, adotarei a forma abreviada RM para designar Região Metropolitana, tal como correntemente se aplica na literatura especializada.

⁶¹ TEIXEIRA & SOUZA. “Desigualdade socioespacial e migração intra-urbana na RMBH 80-91”. *Op. cit.*, p. 127-128 *passim*.

⁶² A propósito, consulte-se: COSTA. “Natureza, mercado e cultura”. *Op. cit.*; e também: ANDRADE, Luciana Teixeira de. “Os condomínios fechados e as novas dinâmicas metropolitanas”. Trabalho apresentado no 10º Encontro de Geógrafos da América Latina, São Paulo, 20 a 25 de março de 2005.

Segundo Teixeira e Souza, ao longo dos anos de 1980,

Nota-se que o crescimento de domicílios nas áreas de sítios de recreio é superior ao da RMBH no mesmo período, tendo sido incrementados a ocupação dessas áreas e o uso ocasional. [...] Dois terços dos proprietários ocuparam essas áreas com uso permanente. Em alguns casos, a própria expansão das periferias modificou o uso; em outros, a classe média que optou pela “boa vida”. Nos condomínios ligados à expansão da Zona Sul sobressaem o Ouro Velho Mansões, ocupado por 73,76% de proprietários, o Serra del Rei, por 70,45% e o Retiro das Pedras, por 89,47%. Por outro lado, o Morro do Chapéu é preferido como moradia permanente por apenas 24,83%, ficando o dia-a-dia aos cuidados das famílias dos caseiros, que ocupam 73,2% dos domicílios⁶³.

Concluem os autores que:

As diversas situações intermediárias confirmam que aqueles empreendimentos [os condomínios do Vetor Sul da RMBH] agasalham uma diversidade social e que a maioria não escolheu, necessariamente, esses lugares como “enclave fortificado”, mas foi embalada pela onda de suburbanização, restando-lhe a opção de permanecer.

Insistimos nesses casos como uma tendência, pois o contingente de moradores nessas áreas representa menos de 1% da Região Metropolitana, indicando apenas que o empresário imobiliário ensaiou modelos de parcelamento em um período específico⁶⁴.

Repare-se que o quadro analisado sugere uma tendência à complexificação, o que, de fato, parece ocorrer a partir de 1999, com a aprovação e o início da implementação do condomínio *AlphaVille Lagoa dos Ingleses*, também no Vetor Sul da RMBH, dentro dos limites do município de Nova Lima⁶⁵.

Se comparado aos mais de 40 condomínios já implantados na RM de Belo Horizonte, esse empreendimento resguarda traços bastante peculiares⁶⁶. Diferentemente do que se

⁶³ TEIXEIRA & SOUZA. “Desigualdade socioespacial e migração intra-urbana na RMBH 80-91”. *Op. cit.*, p. 128.

⁶⁴ *Ibidem*, p. 130.

⁶⁵ Em estudo anterior, realizei descrição pormenorizada do referido empreendimento, bem como a análise do processo de sua inserção na RM de Belo Horizonte. OLIVEIRA JR., Hélio Rodrigues de. *O condomínio e a Cidade. Um estudo sobre a inserção do AlphaVille Lagoa dos Ingleses na RMBH*. Belo Horizonte: UFMG-FAFICH, 2001, (Monografia, Bacharelado em Ciências Sociais).

⁶⁶ Para uma análise pormenorizada sobre o surgimento dos condomínios fechados na RMBH e a ruptura com o modelo dos condomínios mais antigos gerada pelo Alphaville, consulte-se: ANDRADE, Luciana Teixeira de. “Segregação socioespacial e construção de identidades urbanas na RMBH”. In: MENDONÇA, Jupira Gomes e LACERDA, Maria Helena (Orgs.) *População, espaço e gestão na metrópole: novas configurações, velhas desigualdades*. Belo Horizonte: PUC Minas, 2003, p. 180-204.

passara nas décadas de 1970 e 1980, neste contexto, o *AlphaVille Lagoa dos Ingleses* consolida-se, primeiramente, como um dos principais investimentos do setor imobiliário, talvez o maior já realizado até agora.

No que se refere aos tipos de *uso e ocupação*, esse condomínio esboça um sentido diferenciado daquele que referenciava os locais de moradia/lazer, pois está voltado, desde o começo, para o acolhimento de uma população eminentemente fixa.

Em fases sucessivas de implantação, uma infra-estrutura de porte considerável está sendo disponibilizada (escolas, agências bancárias, postos de serviços diversificados), buscando-se à auto-suficiência em termos de vida, consumo e mesmo trabalho⁶⁷. Neste sentido, a localização e os diversos códigos que norteiam e configuram esse espaço supostamente “recriam” e “recuperam” o urbano de modo a “prescindir” a própria cidade: cria-se um outro centro referencial de serviços (públicos, inclusive), negócios e consumo no Vetor Sul da RM de Belo Horizonte.

Exposto isso, cumpre enfatizar que não há nenhum desenvolvimento ou avanço formal na concepção desse empreendimento em relação a um outro projeto que lhe seja anterior, (excluídos, é claro, os que tenham sido concebidos pelo mesmo empreendedor em outras capitais brasileiras ou em importantes cidades européias e norte-americanas). Dito de outro modo, enquanto os outros condomínios da RM de Belo Horizonte apresentam um desenvolvimento em sua concepção socioespacial e se transformam lentamente, o *AlphaVille* não admite alterações de qualquer natureza, senão aquelas previstas em seu projeto original. Neste contexto, ele seria, portanto, o primeiro empreendimento a realizar radicalmente, do

⁶⁷ Mesmo que pareça ainda pouco provável que o planejado dispositivo econômico de serviços consiga satisfazer seus proprietários, no que concerne à auto-suficiência, dada a grande dependência de seus moradores em relação à cidade de Belo Horizonte e, inclusive, ao mercado de trabalho nela localizado, tal como observara Celina Lemos em discussão sobre as fases iniciais deste empreendimento. LEMOS, Celina Borges. “AlphaVille Lagoa dos Ingleses”. *Aqui*. Revista do IAB - Departamento/MG, n. 1, primavera/1999.

início ao fim, uma proposta arquitetônica e conceitual característica dos enclaves fortificados⁶⁸.

Ao fim, se, como argumenta Celina Borges Lemos, “o AlphaVille representa uma manifestação do urbano cindido, abrindo precedentes para futuros adensamentos impensáveis no Vetor Sul da RMBH”, há uma série de possíveis impactos nas estruturas espaciais e sociais de Belo Horizonte e de sua Região Metropolitana, especialmente no Vetor Sul, a serem monitorizados a médio e longo prazo⁶⁹. Entre eles: o aumento do tráfego de veículos; o conseqüente surgimento de novos condomínios fechados que visam a proximidade e o “usufruto” dos equipamentos e serviços atraídos e já disponibilizados pelo *Alphaville*; o aumento da população no entorno destes empreendimentos e nas regiões adjacentes, bem como o surgimento de habitações de baixo padrão de acabamento e o risco de “favelização”.

De modo complementar, há que se observar o fato de a maioria dos condomínios fechados situados na RMBH apresentar uma tendência não negligenciável à absorção por parte da capital. Sabe-se bem, a confirmação da influência funcional, econômica e social que Belo Horizonte exerce sobre as cidades menores que compõem sua Região Metropolitana denota sua grande capacidade de incorporar os empreendimentos situados em territórios mais próximos. Por conseguinte, embora se diga que a imagem dos enclaves se opõe à cidade – e isso, no sentido mais amplo que a idéia de oposição alcança –, não se deve negligenciar o fato de que Belo Horizonte tem se mostrado bastante apta a absorvê-los, não havendo em curso

⁶⁸ No que se refere aos empreendimentos mais antigos, a relutância em trazer para esses espaços aquilo que anteriormente motivou os moradores a substituírem a cidade como local de moradia, para resguardá-la à condição de local de trabalho, e até de lazer, constitui aspecto interessante. As transformações assistidas ao longo dos últimos quarenta anos não ocorrem sem que haja resistência por parte de alguns moradores que, dentre outras coisas, embora admitam e adotem posturas preventivas quanto à segurança, instalando portões eletrônicos nas antigas guaritas e utilizando os serviços de porteiros e de segurança privada, se valem mesmo é dos obstáculos naturais para separação e proteção do assédio indesejável dos “de fora” – montanhas e vales os cercam e, por conseguinte, os “separam” e os “protegem”. OLIVEIRA JR. *O condomínio e a Cidade. Op. cit.*, p. 28-32 *passim*.

⁶⁹ LEMOS. “AlphaVille Lagoa dos Ingleses”. *Op. cit.*, p.51.

nenhuma reconfiguração no plano social e espacial que denote o influxo contraditório dos condomínios sobre a capital mineira.

Ao contrário, no caso específico de Belo Horizonte, as observações de Caldeira sobre a relação entre a proliferação de condomínios e a criação de um *novo* modelo de segregação socioespacial, não encontram respaldo. Em Belo Horizonte, tal como afirma Andrade,

[...] o que se observa é que as mudanças ocorridas tanto no centro quanto nas periferias, somadas ao surgimento dos condomínios na região metropolitana, não são suficientes para configurarem uma ruptura com a ordem anterior. O modelo centro-periferia permanece e os condomínios continuam um processo iniciado décadas antes: o movimento dos grupos médios e altos em direção ao eixo sul⁷⁰.

Em suma, no caso de Belo Horizonte e de sua Região Metropolitana, o rechaço à planificação das evidências socioespaciais relativas ao processo de proliferação de condomínios fechados também se faz necessário, visto que a maioria dos condomínios fechados situados em seu perímetro apresentam uma transformação gradual de suas características ao longo das quatro últimas décadas, denotando a complexificação das condições outrora delineadas e do próprio modelo de organização socioespacial em que eles se inserem.

3.3 – Breve conclusão

Decerto, a análise exaustiva de dados disponibilizados por pesquisas diversas voltadas para o processo de proliferação de condomínios fechados e o confronto quase impositivo desses dados a partir de referenciais definidos ao norte ou ao sul, neste ou naquele lugar, engendra uma gama de problemas analíticos que só é parcamente satisfeita, quando da

⁷⁰ ANDRADE. “Segregação socioespacial e construção de identidades urbanas na RMBH”. *Op. cit.*, p. 189. Sobre a localização da alta renda e seu deslocamento dentro de um mesmo vetor espacial, em importantes capitais brasileiras, são pertinentes as observações de: VILLAÇA, Flávio. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel, 1998.

afirmação de sua regularidade e de sua interconexão com aquilo que se dá em outras estruturas socioespaciais.

Mesmo que apresente com razoável ponderação as tendências socioespaciais para as quais se deve atentar, a operação de contrastes não esgota as inúmeras dimensões que o universo citadino reúne, inseparavelmente, enquanto realidade. Longe disso, tal operação permite, *grosso modo*, delinear um quadro de referências a partir do qual os problemas que se coadunam na cidade ganham contornos mais precisos, o que de modo algum elimina a necessidade de seu tratamento qualitativo mais aprofundado, visto que sua expressão já cristalizada e sua virtual regularidade pouco se aproximam da diversidade extrema de formas e de conteúdos que, na cidade, se manifestam e só muito parcialmente informam a intensidade com que, em seu cotidiano, se fazem registrar.

Como mencionado, no espaço urbano se inscrevem trajetórias históricas e dimensões geográficas que, em contextos, circunstâncias e tempos muito distintos resguardam, ainda assim, a potencialidade de conduzir à proliferação de condomínios fechados, e isso sem que haja uma correlação necessária entre os mesmos fatores; sem que as mesmas conseqüências na organização socioespacial de diversas cidades venham a se concretizar. Por conseguinte, não é possível colocar tudo em um mesmo plano, seja ele o do acontecimento, o da estrutura ou o da história. É mais razoável considerar, como propõe Foucault, “que existe todo um escalonamento de tipos de acontecimentos diferentes que não têm o mesmo alcance, a mesma amplitude cronológica, nem a mesma capacidade de produzir efeitos”, sendo que, no que diz respeito à cidade e à proliferação de condomínios fechados, isso me parece bastante evidente⁷¹.

Para que não se permita, entretanto, que o apelo a um único contexto se torne uma regra procedimental, risco amplamente analisado pela literatura especializada, que requer reparo

⁷¹ FOUCAULT. “Verdade e Poder”. *Op. cit.*, p. 5.

pontual, faz-se relevante compreender como alguns aspectos freqüentemente relacionados à proliferação de condomínios fechados podem indicar a confluência de caminhos delineados a partir de experiências urbanas diferentes, que muito embora denotem as especificidades locais são, também, globalmente disseminadas e, na contemporaneidade, compartilhadas. Destarte, distinguir os acontecimentos e diferenciar as redes e os níveis a que pertencem cumprem as etapas para se reconstituir os fios que os ligam e, mais especificamente, para se reconstituir os laços que, de alguma maneira, unem as cidades em que ocorre a proliferação de condomínios fechados. É talvez desse modo que se torna possível perceber a existência de um movimento que pende para o universal, porém, não o universal que se estabelece a partir da similitude e da verossimilhança, mas aquele que tem na particularidade e na diferença suas condições de possibilidade.

Neste sentido, quando se colocam em relevo algumas posturas que têm como parâmetro um leque muito variado de alternativas que se costuram na cena cosmopolita, estratégias ao mesmo tempo individuais e coletivas ganham corpo e denotam a potencialidade de mescla e recombinação presentes na contemporaneidade. Existem diferenças e não é possível descontextualizá-las. Mas, para que se apreenda sua complexidade, é preciso que se (re)construam as pontes que as ligam.

Se, como afirma Otávio Velho, “o universal não é um a priori, mas uma laboriosa construção coletiva que provavelmente nunca se alcança de forma plena. E seu lugar está nas relações, e não nas coisas”, é preciso que se compreenda que as estruturas socioespaciais sobre as quais se debruçam os pesquisadores resultam do caráter recíproco (e também belicoso) que norteia as ações e as relações humanas: desde as manifestações mais efêmeras até as mais duradouras, é precisamente da coexistência ativa entre os homens que surgem, sob

os mais diversos influxos, as mais variadas formas que se expõem à apreciação nas cidades⁷². Por isso, é pertinente que, nessa busca por compreensão, se discuta inclusive os aspectos que, de um ponto de vista ortodoxo, são abordados enquanto dimensões negativas e disfuncionais da vida social que se inscreve nos espaços das metrópoles. Isto porque o ódio e o medo – tanto quanto o afeto e o desejo – são traços que não só separam mas, ao mesmo tempo, aproximam os indivíduos; e porque a cidade, sabe-se bem, é absolutamente sensível às pulsões humanas.

Além de uma breve discussão sobre as relações entre cultura de consumo, estilos de vida, espaço urbano e condomínios fechados, bem como sobre o tratamento que a literatura especializada lhes destina, no capítulo que se segue, encontrar-se-á uma abordagem mais aprofundada sobre o caráter belicoso potencialmente presente nas relações sociais e sobre a positividade que este resguarda, tendo em vista as proposições de Norbert Elias e de Georg Simmel.

⁷² VELHO, Otávio G. “Choque de civilizações, satanização do outro e chances de um diálogo universal – Segunda exposição”. In: FRIDMAN, Luis Carlos (org.). *Política e Cultura: Século XXI*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: ALERJ, 2002, p. 172. A propósito, as considerações simmelianas sobre o que torna possível a sociedade me parecem ser extraordinariamente incontornáveis. Decerto, compõem quadro bastante sugestivo para a atualização da presente discussão. SIMMEL, Georg. *Sociología. Estudios sobre las formas de socialización*. Madrid: Alianza, 1986, v. 1. Em especial, o Capítulo 1, intitulado “El problema de la Sociología”, p. 11-56.

IV

CONSUMO, CONFLITO E PROLIFERAÇÃO DE CONDOMÍNIOS FECHADOS

A todas as culturas se abrem possibilidades novas de expressão que surgem, amadurecem, decaem, e nunca mais voltam... Essas culturas, essências vitais sublimadas, crescem com a mesma soberba falta de propósito das flores do campo. Pertencem, como as plantas e os animais, à Natureza viva de Goethe, e não à Natureza morta de Newton.

Oswald Spengler

A opção por explorar um pouco mais o quadro de análises sobre a proliferação de condomínios fechados *vis-à-vis* as formas de consumo conspícuo e a exacerbação da violência (real e imaginária), na sociedade contemporânea, se justifica à medida que se tomam como evidentes as relações entre tais processos e, mais que isso, se constata que, com alguma regularidade, parte da literatura especializada lhes confere tratamento especial.

Chama a atenção, entretanto, que o tratamento dispensado às relações existentes entre o consumo focado em bens codificados como algo a que se confere *status* social elevado – como os condomínios fechados – e a violência, no contexto das grandes cidades, ignore aspectos fundamentais no tocante às positivities que tais relações resguardam. Dito de outro modo, as análises que buscam sua compreensão se satisfazem parcamente com o apontamento de nexos causais entre variáveis já bastante conhecidas, retratando a violência como expressão máxima da desordem e do desequilíbrio de uma sociedade e os condomínios fechados como solução elitista e resposta perversa a uma perturbação engendrada no contexto social, visto que, dentre outras coisas, retroalimentam ou autofortalecem os processos que os informam⁷³.

Decerto, há que haver algum conforto em desmascarar a realidade dos fatos, em descobrir que sob as inúmeras facetas pelas quais se considera um mesmo processo subsiste o problema fundamental da manutenção do *status quo* econômico e social. Nesse sentido, quando se observa a violência, há também que se reconfortar uma consciência já cauterizada, porém, capaz de revelar algo – a miséria que ela encerra, a exclusão que a alimenta – e, uma vez mais, se satisfazer com isso.

⁷³ Como observa Maria A. R. de Carvalho, embora a discussão sobre a violência no Brasil esteja apontando para questões mais amplas – a delinqüência, o desregramento e a generalização social de práticas violentas –, derivadas de causas igualmente mais complexas, como a ausência de uma cultura cívica e a insociabilidade que tem presidido o processo de individuação nos grandes centros urbanos do país, é ainda maciça a recorrência à exclusão social como variável explicativa do crescimento das práticas violentas, assim como é inegável que a denúncia do padrão de desigualdade existente segue sendo o ângulo hegemônico das análises sobre o alto grau de conflito presente nas cidades brasileiras. Por outras palavras, embora se esteja abandonando a preocupação estrita com os nexos de pobreza e o crime, estes ainda constituem o cerne da discussão sobre a violência no Brasil. CARVALHO, Maria A. R. de. “Violência no Rio de Janeiro: uma reflexão política”. In: PEREIRA, Carlos A. Messeder [et al.]. *Linguagens da Violência*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000, p. 47-55 *passim*.

Contudo, é possível ir além de um caráter binário e também maniqueísta que marca, no geral, as análises sobre a proliferação de condomínios fechados. Mais que isso, é preciso se inquietar diante de conclusões já apaziguadas e realizar seu trabalho negativo⁷⁴.

Se é verdade que os condomínios fechados conciliam *habitação* a um elevado padrão de conforto, de qualidade de vida e de segurança, bem como reiteram uma certa percepção da localização espacial da riqueza e da pobreza, logo, da segurança e do medo, é preciso que se discuta em que medida os fatores que constituem o processo de sua proliferação são estimulados por posturas individuais que, a um só tempo, são extensivas aos grupos sociais e potencialmente reversíveis às pessoas que compartilham situações comuns, que freqüentam umas às outras, não sendo, para tanto, suficiente a imagem de sua reintegração social a partir de um caráter politicamente reconciliado e reconstituído. É preciso também que se discuta aquilo que, em sua variante violenta, expressa, sobretudo, vida social e, por isso, se torna condição de movimento, proporciona mudança e gera transformações nos espaços das cidades.

4.1 – *Cultura de consumo e condomínios fechados: um pouco mais do mesmo?*

É notório o fato de que, ao se voltarem para a proliferação de condomínios fechados, numerosas análises (antropológicas, sociológicas, geográficas, políticas e econômicas) o integram ao debate sobre as cidades como uma das evidências empíricas mais recentes da

⁷⁴ Refiro-me aqui tanto às análises que se ocupam da segregação espacial e social engendradas pela alta renda (a localização espacial das elites dirigentes, seus símbolos de consumo e de *status*) quanto àquelas que buscam extrair de um dado contexto socioespacial relações entre o consumo – e a inclusão/exclusão social que a ele se associa – e a violência, sobretudo quando, em ambos os casos, torna-se visível a proeminência de um caráter economicista sobre os demais fatores que compõem a cena urbana atual. Não se trata, entretanto, de negligenciar a contribuição advinda dos inúmeros trabalhos que se voltam para tais questões. Trata-se, sim, de reconhecer, como já dito, que o campo de possibilidade de inteligibilidade constituído a partir dessas noções se mostra, em alguns casos, demasiado desgastado, visto que implica a consideração de uma infinidade de elementos sociais, políticos e culturais enquanto mero epifenômeno – próprio da sociedade de consumo, mas quase irrelevante para a explicação da exacerbação do processo de mercadologização da cidade. É talvez desses elementos marginalmente trabalhados que se desprendem as mais interessantes combinações, inclusive belicosas, merecendo, decerto, igual atenção quando se quer compreender a cidade e os fenômenos que ela torna possíveis.

difusão de um comportamento elitista e asséptico em relação a tudo que o espaço público representa e acolhe⁷⁵. Neste sentido, ao se projetarem como opção de moradia para os estratos mais abastados, os condomínios fechados consolidam, deste ponto de vista, uma imagem bastante coesa de grupos sociais que, efetivamente, têm condições de adquirir e de morar nas áreas mais caras da cidade, sejam aquelas que originariamente concentram a alta renda, sejam aquelas que mais recentemente passam a ser ocupadas por empreendimentos deste tipo – não raro, confirmando e demonstrando, como já mencionado, o deslocamento das elites dentro de um mesmo vetor espacial na cidade.

Note-se, entretanto, que esta perspectiva analítica supõe uma inversão sistemática do quadro de referências anteriormente estabelecido pela própria literatura.

Em um primeiro momento, repare-se, a sociedade experimenta as conseqüências do chamado retraimento social. Diante da ausência de evidências empíricas que se sustentem, busca-se, através de recursos lógicos de coerência, a demonstração de que o recrudescimento da intimidade implica o esvaziamento de sentido de tudo aquilo que se entende como público, inclusive a própria cidade enquanto palco privilegiado para a exposição e o encontro com a alteridade, tornando-se vulgar a adoção de posturas restritivas e preventivas para o contato com estranhos e reclusas as manifestações de sentimentos, aspirações, afetividades etc. – o que, como mencionado, torna à questão dos condomínios fechados, em virtude do isolamento físico e social que eles proporcionam.

Contudo, no momento em que se estabelece a crítica aos condomínios, um corpo social outrora esfacelado aparece agora moral e politicamente reconstituído, sendo disseminada uma

⁷⁵ O interesse despertado pelo tema “condomínios fechados” se verifica frente ao grande número de abordagens recentes voltadas para o fenômeno de sua proliferação, originárias de campos do conhecimento diversos, em níveis analíticos tanto macro como micro. Um levantamento interessante sobre tais contribuições, bem como uma discussão mais aprofundada sobre algumas conclusões já consagradas por pesquisas diversas e, mais precisamente, sobre a aplicabilidade do conceito de segregação para a compreensão deste fenômeno pode ser encontrada em: ANDRADE. “Auto-segregação e vida urbana nos condomínios residenciais fechados”. *Op. cit.*

imagem bastante homogênea não só dos grupos sociais mais abastados mas, por oposição, do restante da sociedade enquanto massa excluída do e pelo mercado⁷⁶.

Para se ter uma idéia melhor do que aqui se alude, observe-se o comentário de Boaventura de Souza Santos a propósito do que ele chama de “proliferação da lógica de exclusão”:

Analisemos antes de mais os riscos. Julgo que todos eles se podem resumir num só: a *emergência do fascismo societal*. Não se trata do regresso ao fascismo dos anos trinta e quarenta. Ao contrário deste último, não se trata de um regime político mas antes de um regime social e civilizacional. Em vez de sacrificar a democracia às exigências do capitalismo, promove a democracia até ao ponto de não ser necessário, nem sequer conveniente, sacrificar a democracia para promover o capitalismo. Trata-se, pois, de um fascismo pluralista e, por isso, de uma forma de fascismo que nunca existiu.

A primeira forma é o *fascismo do apartheid social*. Trata-se da segregação social dos excluídos através de uma cartografia urbana dividida em zonas selvagens e zonas civilizadas. As zonas selvagens são as zonas do estado de natureza hobbesiano. As zonas civilizadas são as zonas do contrato social e vivem sob a constante ameaça das zonas selvagens. Para se defenderem, transformam-se em castelos neofeudais, os enclaves fortificados que caracterizam as novas formas de segregação urbana (cidades privadas, condomínios fechados, *gated communities*). A divisão entre zonas selvagens e zonas civilizadas está a transformar-se num critério geral de sociabilidade, um novo espaço-tempo hegemônico que atravessa todas as relações sociais, económicas, políticas e culturais e que por isso é comum à ação estatal e à ação não estatal⁷⁷.

Neste estudo já bastante conhecido, o autor se estende até a sexta forma de fascismo societal, não sendo preciso mais do que o já exposto para se perceber o tom demasiado áspero e as expressões bastante pesadas com que ele retrata as alterações, inclusive espaciais, decorrentes da perda relativa da capacidade reguladora do Estado frente aos interesses privados e, sobretudo, aos interesses de grupos com forte capital patrimonial.

⁷⁶ Além dos fatores que aqui se pretende explorar, é de uma total incongruência a operação a que se submete o chamado “objeto de reflexão”, seja por circunstâncias diacrônicas, se levadas a sério forem as evidências históricas apresentadas pela própria literatura, seja pelo disparate epistemológico que essa mudança de referencial produz. Por conseguinte, e com razão, pode-se perguntar: afinal, de que sociedade se está falando? De uma sociedade destruída pelo vigor do narcisismo? De uma sociedade bipartida, composta, de um lado, por proprietários, consumidores, cidadãos estabelecidos e, de outro, por não proprietários, alijados do consumo e excluídos pelo capital? E, ainda: qual é a referência analítica? O indivíduo ou grupo?

⁷⁷ SANTOS, B. de Sousa. “Reinventar a democracia: entre o pré-contratualismo e o pós-contratualismo”. In: OLIVEIRA, F. de & PAOLI, M. C. (orgs.). *Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e hegemonia global*. Petrópolis, RJ: Vozes; Brasília, DF: NEDIC, 1999, p. 103.

O que me parece um entrave à aceitação de argumentos como os propostos por Santos é que, embora reconheça os processos crescentes de fracionamento da sociedade (para este autor, dividida em múltiplos *apartheids*) e de sua polarização ao longo dos eixos econômicos, sociais, políticos e culturais, a lógica que os encerra reproduz, paradoxalmente, um discurso que, ao tomar os seus extremos, literalmente cola os fragmentos da vida social e a expõe como unidade recomposta e imagem monocromática. Por isso, e uma vez mais, não só se neutralizam as diferenças nas similitudes como, o que me parece mais grave, as faz silenciar.

Por intermédio de categorias economicamente definidas, que trazem a reboque aspectos sociais, políticos e culturais, tornou-se trivial estabelecer um antagonismo social mediado pela aquisição de bens de consumo (sobretudo os de custo elevado) e pela exclusão que lhes acompanha, visto que poucos se encontram em condições de adquiri-los. A esse antagonismo social soma-se, não raro, uma associação de teor etnocêntrico, que confere aos estabelecidos (incluídos) poder de decisão, participação, intervenção e criação, enquanto que aos *outsiders* (excluídos) pouco ou quase nada resta senão se submeter, em um universo extremamente restrito de opções, às condições objetivas de vida⁷⁸.

Além disso, adoção de conceitos coletivos e, mais especificamente, de sistemas de categorias socioprofissionais ou – para os que assim preferem – de classes sociais para exprimir a existência concreta de grupos é desencadeadora de equívocos sucessivos e também de um inaceitável efeito de dissolução. Bem entendido, como tais categorias permitem alocar os indivíduos em grupos, e os grupos são, via de regra, o indício de um comportamento médio, *raison d'être* da análise, tem-se a impressão enganosa de se tratar de unidades sociais estáveis e coesas, onde os membros de um determinado grupo parecem sempre compartilhar, tal como ocorreria em uma comunidade fechada, de objetivos comuns que motivam sua ação

⁷⁸ Ao chamar a atenção para os diversos fatores associados à produção do espaço residencial na cidade, Andrade denomina de “armadilha etnocêntrica” a atitude de “pensar os ricos como capazes de fazer escolhas e os pobres como totalmente condenados pelas condições objetivas” e realiza algumas considerações que têm o escopo de evitá-la. ANDRADE. “Auto-segregação e vida urbana nos condomínios residenciais fechados”. *Op. cit.*, p. 11.

conjunta, racional, com fins claramente definidos. Por conseguinte, aquelas circunstâncias excepcionais em que os indivíduos alinham-se às proposições do grupo, seja pela facilidade ou pela segurança que ele representa, tornam-se, para a análise, regra comportamental, o que dissolve o indivíduo no grupo do qual é membro⁷⁹.

Complementarmente, parece-me que por “contaminação”, as noções de “grupo” e de “sociedade” se forjam, como de costume, no sentido extremo da domesticação das diferenças e das particularidades: o indivíduo considerado integrante de determinado grupo passa a ser visto como uma *metáfora* do grupo e, a um só tempo, como há uma relação lógica de pertencimento entre grupos e sociedade (lembrando que cada sociedade constrói sua própria versão de ser humano e que as concepções sobre o ser humano são reveladoras da natureza da cultura desta sociedade), o indivíduo passa, então, a ser visto como uma *metáfora* viva da própria sociedade. Disso decorrem combinações já bastante conhecidas entre indivíduos inertes, grupos estagnados e sociedade totalizante, palatáveis à análise e aos esquematismos, mas que muito parcialmente têm algo a dizer sobre uma gama de acontecimentos recentes⁸⁰.

Por fim, o que se torna realmente problemático é a percepção de uma estabilidade basilar contínua, que nega toda e qualquer agitação interna, gerando a crença de que o que motiva a existência do grupo e sua coesão é algo permanentemente presente e invariável para o próprio indivíduo. No mais das vezes, esquece-se que a lógica que orienta a formação do grupo é fugaz. E, por isso, que ele não se sustenta *ad infinitum*⁸¹. Mais ainda, esquece-se que essas uniões são instáveis. Dão-se por motivos específicos que permitem a aglutinação de

⁷⁹ Uma excelente crítica ao *efeito de grupo* pode ser encontrada em: BOUDON & BOURRICAUD. *Dicionário Crítico de Sociologia*. *Op. cit.*, p. 253-260.

⁸⁰ A propósito das implicações clássicas e problemáticas relativas ao uso do conceito de identidade, sobretudo a perda ou diluição de sua dimensão contrastiva concreta, bem como as relações forçadas que se estabelecem entre o indivíduo, o grupo e a sociedade, veja-se: DURHAM. “A Pesquisa Antropológica com Populações Urbanas”. *Op. cit.*, p. 32. Cf. MONTERO, Paula. “Globalização, identidade e diferença”. In: *Novos Estudos*, CEBRAP, nº 49, novembro de 1997, p. 47-64.

⁸¹ A expressão latina *ad libitum* (“à escolha”, “à vontade”, “a seu bel-prazer”) surge como alternativa bastante interessante para expressão do desejo de *estar-junto*, comum às pessoas ao freqüentarem grupos distintos. Contraposição bastante razoável, visto que a lógica da qual se pretende afastar aprisiona o indivíduo em um único e permanente grupo social, *ad infinitum* (“até o infinito”).

peessoas em torno da busca por solução pontual para demandas comuns e também pela satisfação que advém do encontro com o *outro*, que nele se realiza. Logo, essas relações duram o período que devem durar, nem mais nem menos. São, porém, cristalizadas pelo corte analítico que as toma como referência.

Note-se que, não obstante o fato de que continue a funcionar, esta lógica de teor totalizante já não tem mais a mesma eficácia. Dentre outras coisas, isso se dá porque seu efeito planificador torna inaudita a presença do *outro*. Não o elemento estranho e exterior ao grupo, para o qual se deve atentar e do qual se deve resguardar, mas o *outro* que, no cotidiano, está dentro do próprio grupo, e mais especificamente, dentro do próprio condomínio fechado. Qualquer tentativa de compreensão sobre “o muro dentro do muro” e, dentro de seus limites físicos, dos portões e das cercas, além de outros muros que definem as próprias residências torna-se também inviável, visto que não se admite que tais elementos justifiquem-se senão pelo “incômodo”, pela “ameaça” que a *alteridade*, ainda que familiar (leia-se, o próprio vizinho), representa. O vizinho é sempre um estranho que mora ao lado e, como tal, assim será potencialmente tratado⁸².

A fixação do indivíduo em um único grupo se tornou, com efeito, delicada, bastante improvável, bem como se tornaram inviáveis as análises e os conceitos que dessa imobilidade dependem, dada sua incapacidade estrutural de atualização. Isso porque, dentre outras coisas, tais análises e conceitos não dão conta das infinitas interseções entre grupos (o que desloca a ênfase nas relações internas ao grupo para as relações que se dão nas fronteiras existentes entre grupos) e, sobretudo, daquelas que o próprio indivíduo cria cotidianamente com outros indivíduos, nos mais diversos contextos e pelas mais diversas razões. O indivíduo não assume mais a condição *una* de portador de todas as virtualidades do grupo. Ele está em trânsito

⁸² Veja-se, a propósito do conceito de alteridade, a interessante contribuição de: PELBART, Peter Pál. “Choque de civilizações, satanização do outro e chances de um diálogo universal – Primeira exposição”. In: FRIDMAN, Luis Carlos (org.). *Política e Cultura: Século XXI*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: ALERJ, 2002, p. 147-158.

intenso. Movimenta-se freneticamente e dilui, desse modo, as essencialidades tangíveis (uma cultura, um território, uma forma de organização política etc.) tão caras ao pensamento moderno, o que obriga a pensar indivíduos e grupos de um ponto de vista flexível e relacional.

Em suma, se a definição de um padrão comportamental narcisista e sua aceitação enquanto categoria explicativa denota, como já discutido, a ausência de sensibilidade analítica para com os mais variados processos manifestos em contextos de grandes cidades, não seria o seu inverso tão desastroso quanto aquilo que nega, ao afirmar uma ordem social totalizante, que tem agora a coletividade como premissa analítica? Em ambos os casos, é interessante notar, cria-se algo com caráter definitivo: explicações conclusivas sobre como aquilo que se aloja sob o dístico de “social” se produz na cidade e tem seus efeitos sobre ela: o que nega a imbricação criativa e contínua entre o indivíduo e a sociedade e, mais especificamente, entre esses e os espaços das cidades, muito embora, insisto, se afirme o contrário.

Não se trata mais de privilegiar analiticamente o indivíduo ou a sociedade, nem a proeminência de um sobre o outro; trata-se, sim, de perceber as sutilezas com que se misturam. De conhecer o *outro* sem transformá-lo no *mesmo*; de afastar-se das antinomias clássicas do pensamento social; de apontar suas limitações; e, de algum modo, seguir adiante, quiçá *ao rés do chão*, como propõe Michel de Certeau, a fim de aproximar-se mais daquilo sobre o qual se pronuncia a análise⁸³.

Exposto isso, cumpre apreciar, ainda, uma ordem complementar de problemas relativos às opções de consumo e suas implicações no tocante ao processo de proliferação de condomínios fechados.

À medida que os condomínios fechados são tomados como uma das expressões materiais daquilo que Pierre Bourdieu definiu como “gostos de classe e estilos de vida”, é

⁸³ CERTEAU. *A Invenção do Cotidiano*. Op. cit, p. 176.

normalmente aceito que a opção de morar em empreendimentos deste tipo coloque em relevo bens de consumo codificados como algo a que se confere *status* social elevado⁸⁴.

De modo geral, sabe-se bem, o uso de expressões como “modos” ou “estilos de vida”, “alta cultura”, “cultura de massas” e “poder simbólico”, denota certamente a importância atribuída a alguns elementos compartilhados por diversos grupos sociais, de onde se conclui que, em contextos definidos, as especificidades de um dado grupo social são delineadas, dentre outras coisas, pela adoção e pelo compartilhamento de determinados símbolos que, mediante sua decodificação, permitiriam, por contraste, atribuir aos grupos um conjunto de características que os distingue uns dos outros.

Veja-se, a propósito, as considerações de Caldeira ao analisar os diversos anúncios imobiliários veiculados pela imprensa acerca dos enclaves situados na cidade de São Paulo.

A construção de símbolos de *status* é um processo que elabora distâncias sociais e cria meios para a afirmação de diferenças e desigualdades sociais. [...] A publicidade de imóveis ao expressar/criar os estilos de vida das classes média e alta revela os elementos que constituem os padrões de diferenciação social em vigência na sociedade. Os anúncios não só revelam um novo código de distinção social, mas também tratam explicitamente a separação, o isolamento e a segurança como questões de *status*. Em outras palavras, eles repetidamente expressam a segregação social como um valor⁸⁵.

As metas estabelecidas por Caldeira, ao analisar o material publicitário, visavam a identificar, dentre outras coisas, o que possivelmente captava a imaginação e os desejos das classes média e alta de São Paulo, bem como a indicar as principais imagens que seus membros dispunham para construir seu lugar na sociedade.

Imagens de segurança, isolamento, homogeneidade, além da existência de instalações e de serviços diversificados contribuiriam para a criação e consolidação do que Caldeira denomina de *mito* de “um novo conceito de moradia”.

⁸⁴ BOURDIEU, Pierre. “Gostos de Classe e Estilos de Vida”. In: ORTIZ, Renato (org.). *Pierre Bourdieu*. São Paulo: Ática, 1983, p. 82-121.

⁸⁵ CALDEIRA. “Enclaves Fortificados”. *Op. cit.*, p. 159.

Dentre essas imagens, a autora ressalta que a

[...] que confere maior *status* e, portanto, a mais sedutora, é a de uma comunidade fechada e isolada, um ambiente seguro no qual se pode usufruir dos mais diversos equipamentos e serviços e, sobretudo, viver apenas entre iguais. [...] A imagem dos enclaves opõe-se à da cidade, representada como um mundo deteriorado, permeado não apenas por poluição e barulho, mas principalmente por confusão e mistura, ou seja, heterogeneidade social e encontros indesejáveis⁸⁶.

Ora, se as associações e as imagens que as mercadorias proporcionam podem ser utilizadas e renegociadas para enfatizar diferenças de estilos de vida, demarcando as relações sociais, é pertinente que se recorde que, no âmbito da cultura de consumo contemporânea, a expressão “estilo de vida” conota individualidade, auto-expressão e uma consciência de si estilizada, tal como observa Mike Featherstone. Neste contexto, como salienta o autor,

O corpo, as roupas, o discurso, os entretenimentos de lazer, as preferências de comida e bebida, a casa, o carro, a opção de férias etc. de uma pessoa são vistos como indicadores da individualidade do gosto e do senso de estilo do proprietário/consumidor⁸⁷.

Dentre os diversos fatores que informam esta compreensão pode-se certamente encontrar a instabilidade dos símbolos de consumo e a velocidade com que se multiplicam, bem como a enorme variabilidade de sentidos que se atribui a eles, na sociedade contemporânea.

Parece ser no mesmo tom de ressalva que R. Boudon e F. Bourricaud realizam comentário conclusivo sobre o conceito de *status*. Para os autores,

À medida que os sistemas de estratificação vão se tornando mais complexos e sujeitos a evoluções mais rápidas, a atribuição dos *status* torna-se mais incerta. Primeiramente, a lista dos critérios que entram em sua definição é mais longa. Além disso, esses traços são freqüentemente incongruentes, ou então redundantes, ou ainda, em certa medida, contraditórios. Torna-se difícil resumir o conjunto de atributos heteróclitos que está ligado a cada um de nós por um símbolo único, como nas sociedades tradicionais, onde era suficiente dizer ‘é o filho de fulano’ para se conhecer o nível da pessoa de que se tratava, sua fortuna, o círculo de seus amigos, parentes e aliados. Nas comunidades

⁸⁶ CALDEIRA. “Enclaves Fortificados”. *Op. cit.*, p. 160.

⁸⁷ FEATHERSTONE, Mike. *Cultura de Consumo e Pós-Modernismo*. São Paulo, Studio Nobel, 1995, p. 119.

rurais tradicionais, pessoa, personagem e *status* estavam estreitamente associados. Hoje, a pessoa e o *status* tendem a se distinguir. A identidade pessoal não é mais dada; constrói-se a partir do esforço de uma vida inteira. Assim recuperamos uma identidade que tende a nos escapar devido à multiplicidade dos aspectos sob os quais aparece nosso *status*. Ao mesmo tempo, a identidade pessoal põe-se à prova menos por aderir a um *status* fixado definitivamente do que pelo sentimento de sua precariedade⁸⁸.

É pouco apropriado, portanto, que, na busca por compreensão de processos relativamente recentes, como o de proliferação de condomínios fechados, uma multiplicidade de fatores associados à esfera do consumo e uma enorme variabilidade de sentidos que as pessoas podem atribuir ao que consomem se percam em meio às operações analíticas que têm o seu escopo comprometido, primariamente, frise-se, pela defasagem conceitual.

Para que se defina com maior clareza o contexto sobre o qual se dedica e sobre *quem* ou *o que* se pretende alcançar algum conhecimento, uma análise relativa à esfera do consumo e sua relação com a produção do espaço urbano se depara, hoje, com um universo ilimitado de possibilidades, que dificilmente se permite reduzir à formulações harmoniosamente ajustadas ao mercado ou à convivência social.

Residir em um mesmo condomínio não garante a proeminência de uma lógica racional voltada para o mercado – e para a distinção social que nele encontra seu principal intermediário – sobre as demais existentes. Não garante a experiência sociocultural concreta de uma comunidade de gosto, de um estilo de vida único que se compartilha, nem a união sóciopolítica dos moradores. A junção entre consumo e condomínios fechados enseja tais possibilidades mas não as garante, cabendo ao trabalho investigativo, cercado de precauções, estabelecer, em alguma medida, as potencialidades relacionais entre uns e outros, e nisso se aprofundar.

Deste modo, nos dias atuais, desconsiderar a diversidade de razões que podem levar à opção por residir em um condomínio fechado, afirmando-se um sentido linear para tal

⁸⁸ BOUDON & BOURRICAUD. *Dicionário Crítico de Sociologia. Op. cit.*, p. 547.

escolha, acarreta também o embaraçoso risco de se tornar uma análise que se pretende atual, desde o começo, anacrônica.

Qualquer tentativa de explicação sobre as decisões tomadas no âmbito pessoal que repercutem social e espacialmente requer atenção quanto ao fato de que, dentre outras coisas, os referenciais a partir dos quais são geradas as informações sobre aquilo que se define enquanto *estilo de vida* podem facilmente não ser mais os mesmos, nem para o indivíduo nem para o grupo.

Do mesmo modo, há que se considerar que qualidade de vida, conforto, elevado padrão cultural, sucesso profissional, riqueza material, segurança etc. são, antes de tudo, referências primárias, pontos de partida para que se estabeleçam as mais diversas conexões de sentidos a propósito da proliferação de condomínios fechados, e não seu ponto de chegada, para onde tudo deve confluir. Como se verá a seguir, são pistas para a compreensão parcial de algo que denota, sobretudo, variabilidade e complexidade extremas.

4.2 – Sociedade e espaço: violência, medo e condomínios fechados

O cruzamento entre variáveis como riqueza material, segurança, pobreza, violência e medo para explicação do processo de proliferação de condomínios fechados pode ser bastante proveitoso, desde que uma perspectiva analítica demasiado valorativa, cujo espectro está sempre rondando, seja evitada. Entretanto, embora bastante óbvia, essa ressalva inicial requer breve justificativa.

Desde, pelo menos, a obra de Robert Ezra Park se reconhece que motivos de crença, renda, interesses vocacionais e econômicos, gostos e conveniências pessoais tendem infalivelmente a segregar e, conseqüentemente, a classificar as populações das grandes

idades⁸⁹. Ocorre, porém, que na perspectiva analítica sob a qual se inscreve boa parte dos estudos produzidos sobre o urbano há uma tendência evidente em se criticar a segregação socioespacial enquanto construto social e dado de realidade, afirmando-se seu teor negativo, tendo em vista um *ethos* igualitário e, por conseguinte, critérios de inclusão social como valores.

Ora, é paradoxal, e em alguma medida redundante, que autores preocupados com a construção do espaço residencial e com os mecanismos de exclusão/inclusão social no contexto de importantes cidades brasileiras – como Caldeira, ao analisar o material publicitário de empreendimentos imobiliários voltados para as classes média e alta em São Paulo – condenem, *a priori*, qualquer manifestação aberta de segregação social como um valor. Isso pela simples razão de que a segregação se constitui e se evidencia empiricamente, tanto espacial quanto moralmente, com base em valores, mesmo que eles não coincidam com as expectativas mais elevadas sobre o social, sejam elas a do próprio pesquisador e/ou do campo em que se estabelece o trabalho de reflexão.

É pertinente que se recorde, o próprio Park reconhece que

[...] a cidade possui uma organização moral bem como uma organização física, e estas duas interagem mutuamente de modos característicos para se moldarem e modificarem uma a outra. É a estrutura da cidade que primeiro nos impressiona por sua vastidão e complexidade visíveis. Mas, não obstante, essa estrutura tem suas bases na natureza humana, de que é uma expressão. Por outro lado, essa enorme organização que se erigiu em resposta às necessidades de seus habitantes, uma vez formada, impõe-se a eles como um fato externo bruto, e por seu turno os forma de acordo com o projeto e interesses nela incorporados⁹⁰.

⁸⁹ PARK, Robert E. “A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano”. In: VELHO, Otávio G. (org.). *O Fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987, p. 26-67.

⁹⁰ *Ibidem*, p. 29. Embora Park reserve ao termo “estrutura” a designação dos elementos físicos visíveis da cidade (como prédios, casas, ruas etc.) e à expressão “ordem moral” a designação dos fenômenos concernentes à natureza humana, a junção entre esses fatores resulta, para o autor, em um “complexo cultural comum” que determina, em última instância, o que é característico e peculiar na cidade, em contraste com a vida em aldeia e a vida no campo.

Com efeito, dado que a cidade é uma “entidade viva”, que ela está enraizada nos hábitos e costumes das pessoas que a habitam, como pensa este autor, ela enseja, exatamente por esses mesmos motivos, as condições de possibilidade para ser assim reconhecida e pensada.

Logo, é incontornável o fato de que, da urgência das necessidades de defesa e de sobrevivência à escassez dos meios e dos recursos, passando à formação de técnicos especialistas e, posteriormente, à produção cultural e artística, a cidade se constitui de modo a sempre “reservar” lugar para todos, mesmo que isso implique a sua ocupação periférica e, em consequência disso, a marginalização social e também por isso valorativa. Se a segregação se dá por razões passíveis de crítica, inclusive ética e moral, ela supõe um quadro de referências valorativas contextualmente estabelecido, o que requer também discussão e aprofundamento analítico.

Esse comentário inicial coloca em foco o papel que se confere ao pesquisador diante do objeto de reflexão e, mais que isso, o tipo de relação axiológica que a própria análise exprime. Não se trata de obter contentamento com a descrição formal dos processos analisados, o que suporia o falacioso distanciamento subjetivo para que se garanta um tratamento realista e objetivo, mas de permitir que a própria investigação do modo pelo qual os processos são produzidos traga à tona os valores que lhes são constitutivos, sem que se determine um *dever ser* ou, dito de outro modo, sem que se aponte um vetor, uma direção na qual os problemas em questão poderão repousar, por fim, apaziguados, superados.

Nesse sentido, a clássica análise weberiana sobre a neutralidade de valores, vale lembrar, possui aspectos ainda bastante contundentes. A amplitude da significação cultural de um dado problema é, como considera Weber, com maior ou menor intensidade, influenciada pelas perspectivas pessoais pelas quais orientam-se os ideais e os julgamentos concretos. As disputas entre interesses diferentes e a solução de problemas práticos singulares muitas vezes se confundem, visto que a referência a juízos de valor que se introduzem de maneira acrítica,

embora prejudicial à análise, é inegavelmente uma constante. Por isso, a busca pela chamada imparcialidade do trabalho científico se faz necessária não para sufocar a expressão legítima de valores mas, sim, para regular a formação de um “caráter”, visto que rejeita a parcialidade valorativa decorrente de uma não-reflexão, seja ela sutil ou explícita – o que equivaleria a consolidação indesejável, do ponto de vista científico, de uma tendência⁹¹.

O que quero dizer com isso é relativamente simples: se a imparcialidade é impraticável, que se assuma, então, suas conseqüências. E, sobretudo, que não se afirme que ela norteia, desde o começo, a reflexão.

Essa consideração prévia faz-se mister em virtude do fato de que a segregação socioespacial constitui uma das mais ricas expressões da potencialidade de conflito social engendradas pela cidade e, em que pese os julgamentos de valor sobre suas causas e efeitos, sua apreciação em negativo constitui, paradoxalmente, e desde o começo, empecilho para a percepção mais ampla de um elemento fundamental às análises sobre a sociedade e o espaço em construção: o modo intrínseca e inevitavelmente conflituoso como se manifestam as mais diversas formas de relação social.

Visto que a metrópole agrega um grande número de pessoas com interesses bastante diferenciados e, parafraseando Simmel, “a maneira metropolitana de vida é certamente o solo mais fértil para a reciprocidade” – entendida, aqui, como relação social –, é bastante razoável que se compreenda que a vida na cidade é efetivamente marcada pela iminência do conflito⁹².

Isto porque

Onde as relações são puramente externas e ao mesmo tempo de pouca importância prática, esta função [a de oposição entre partes constitutivas da relação] pode ser satisfeita pelo conflito em sua forma latente, isto é, pela aversão e por sentimentos de mútua estranheza e repulsão que, num contato

⁹¹ WEBER, Max. “A Objetividade do Conhecimento na Ciência Social e na Ciência Política”. In: *Metodologia das Ciências Sociais*. São Paulo: Cortez; Campinas: UNICAMP, 1992, p. 107-154. Há, como já mencionado no começo deste trabalho, outros desdobramentos para a questão da objetividade do conhecimento científico e para as implicações subjetivas na realização do trabalho intelectual.

⁹² SIMMEL. “A Metrópole e a Vida Mental”. *Op.cit.*, p. 14.

mais íntimo, não importa quão ocasional, transforme-se imediatamente em ódio e lutas reais.

Sem tal aversão, não poderíamos imaginar que forma poderia ter a vida urbana moderna, que coloca cada pessoa em contato com inumeráveis outras todos os dias. Toda a organização interna da interação urbana se baseia numa hierarquia extremamente complexa de simpatias, indiferenças e aversões, do tipo mais efêmero ao mais duradouro. E nesse complexo, a esfera da indiferença é relativamente limitada, pois nossa atividade psicológica responde por um determinado sentimento a quase todas as impressões que vêm de outra pessoa. A natureza subconsciente, fugidia e mutável deste sentimento apenas aparenta reduzi-lo à indiferença. Na verdade, tal indiferença seria para nós tão pouco natural quanto seria insuportável o caráter vago de inumeráveis estímulos contraditórios. A antipatia nos protege desses dois perigos típicos da cidade; a antipatia é a fase preliminar do antagonismo concreto que engendra as distâncias e as aversões, sem as quais não poderíamos, em absoluto, realizar a vida urbana. A extensão e a combinação da antipatia, o ritmo de sua aparição e desaparecimento, as formas pelas quais é satisfeita, tudo isso, a par de elementos mais literalmente unificadores, produzem a forma de vida metropolitana em sua totalidade insolúvel; e aquilo que à primeira vista parece desassociação, é na verdade uma de suas formas elementares de sociação⁹³.

Sabe-se bem, no cotidiano, o contato compulsório com a alteridade implica a criação de dispositivos emocionais e físicos para se lidar com os embates inerentes às relações sociais. No contexto da metrópole, esses dispositivos se tornam vários e refletem, com maior ou menor intensidade, o grau de tolerância para com as diferenças que a própria cidade comporta⁹⁴.

Neste sentido, os condomínios fechados representam somente uma das incontáveis formas com que o espaço absorve e reflete a potencialidade de conflito que a cidade produz. Se os condomínios segregam, se conformam áreas relativamente homogêneas, sobretudo do ponto de vista econômico, e indicam seu fechamento e inacessibilidade para os demais

⁹³ SIMMEL, Georg. “A natureza sociológica do conflito”. In: MORAES FILHO, Evaristo de (org.). *Georg Simmel: Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983, p. 127-128.

⁹⁴ Vale lembrar, é também por esse motivo que Simmel, com a sofisticação e o refinamento que lhes são característicos, atribui ao dinamismo e à intensidade da vida na metrópole a originalidade do fenômeno psíquico denominado atitude *blasé*, que consiste no esgotamento nervoso, na incapacidade de reagir a novas sensações com energia apropriada e no embotamento do poder de discriminar, diante da rapidez, da violência e da contraditoriedade de significado e de valores com que as pessoas são estimuladas. Disso resulta um comportamento de natureza social comum aos indivíduos submetidos às condições impostas pelo modo de vida metropolitano: uma *reserva moral*, que, mais do que apenas indiferença, sugere “uma leve aversão, uma estranheza e repulsão mútuas, que redundarão em ódio e luta no momento de um contato mais próximo, ainda que este tenha sido provocado”. SIMMEL. “A Metrópole e a Vida Mental”. *Op. cit.*, p. 16-17.

indivíduos, eles o fazem de modo a confirmar uma lógica urbana que exprime, ela mesma, uma tensão constitutiva que a um só tempo separa e une, afasta e aproxima os indivíduos.

Se, por partilharem um *ethos* igualitário, as sociedades ocidentais e, para que se torne mais apropriado ao debate, o pensamento social contemporâneo repelem as disparidades sociais e seus efeitos considerados perversos, por culpa e expiação, não é preciso muito mais do que se disse até aqui para que se compreenda que é sobre essa desigualdade fática de acesso, de condições e de bens apropriados que a civilização ocidental se ergue, ainda que se pretenda igualitária e, deste modo, menos excludente. Isto compõe, talvez, a maior de suas contradições: insuperável, visto que ela lhe é absolutamente, frise-se, constitutiva⁹⁵.

Sob determinado ângulo, a própria idéia de civilização supõe, em sentido *lato*, o aplacar da animosidade para com a alteridade, uma pseudo-evolução da história humana, que, a propósito, se difunde academicamente, e torna insuportável tanto para o ocidente quanto para a academia o peso da desigualdade de condições que a própria civilização engendra e perpetua, bem como da truculência com que sua história se constrói. Neste aspecto, como notavelmente observa Norbert Elias, de uma operação relativamente simples, onde se contrasta civilização com violência, com a espécie de violência que as pessoas se infligem mutuamente em guerras, em lutas políticas, na vida privada ou seja onde for, resulta, desde o começo, um estreitamento da imagem que se tem de civilização. Com efeito, o próprio conceito de civilização torna-se de tal modo delimitado que, na realidade, apenas um de seus aspectos passa a ser considerado: a coexistência não-violenta de seres humanos⁹⁶.

⁹⁵ É no século XVIII, com Rousseau – para quem a história hipotética da humanidade culmina com a legitimação da desigualdade entre os homens –, que a crítica às condições de acumulação, apropriação e distribuição de bens materiais e culturais adquire os contornos primeiros de um discurso social e político. É, também, a partir de suas contribuições que o pensamento social constrói, com outros matizes, sua própria crítica à nascente sociedade capitalista. Cf. ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Discurso sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens*. São Paulo: Editora Abril Cultural, 1983, (Os Pensadores), 233-320.

⁹⁶ ELIAS, Norbert. *Os Alemães. A luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997, p. 401.

Assim, não causa estranheza que o desenvolvimento analítico em torno do conflito social ressalte e condene os aspectos trágicos da convivência humana: as chamadas manifestações “patológicas” da vida social – associadas ao choque cultural, ao marginalismo, à delinqüência etc. – são freqüentemente entendidas e designadas por seu caráter violento, disfuncional, improdutivo e irracional, estabelecendo-se pouca ou nenhuma tolerância para com o comportamento considerado desviante ou divergente. Na maioria das vezes, o caráter belicoso das relações humanas é tomado, unicamente, como aspecto negativo das relações sociais, relações estas que se encontrariam em estado “crítico”, “limítrofe” ou, ainda, “anômico”, sendo esta a perspectiva dominante com que o conflito figura no quadro das referências sociológicas que buscam, de algum modo, explicar as causas de sua existência. Como salientam Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino, aqueles que vêem qualquer grupo social, qualquer sociedade e qualquer organização como algo harmônico e equilibrado tendem a conceber a harmonia e o equilíbrio como um estado normal, ao passo que todo o conflito é considerado uma perturbação, uma patologia social, um mal a ser reprimido e eliminado⁹⁷.

Essa parcialidade com que se expressa o *dever ser* de uma convivência social que caminharia aos passos largos, em marcha contínua, para um mundo mais civilizado, como reconhece o próprio Elias, faz com que o exame do problema da violência física na vida social de seres humanos seja freqüentemente norteado pelo tipo errado de pergunta. Ajustar-se-ia melhor aos fatos e seria, assim, mais proveitoso, se as perguntas fossem formuladas com vistas ao que possibilita a convivência normal e pacífica entre tantas pessoas, e não como é possível que pessoas, vivendo em sociedade, possam agredir fisicamente e matar umas às outras⁹⁸.

⁹⁷ BOBBIO, MATTEUCCI & PASQUINO. *Dicionário de Política. Op. cit.*, p. 225.

⁹⁸ ELIAS. *Os Alemães. Op. cit.*, p. 161.

Nesta mesma direção inclina-se Simmel, ao observar que, “sob um ponto de vista comum, pode parecer paradoxal se alguém perguntar, desconsiderando qualquer fenômeno que resulte do conflito ou que o acompanhe, se ele, em si mesmo, é uma forma de sociação”⁹⁹.

Ora, como bem argumenta este autor,

Se toda a interação entre os homens é uma sociação, o conflito – afinal, uma das mais vívidas interações e que, além disso, não pode ser exercida por um indivíduo apenas – deve certamente ser considerado uma sociação. E de fato, os fatores de dissociação – ódio, inveja, necessidade, desejo – são as causas do conflito; este irrompe devido a essas causas¹⁰⁰.

Para Simmel, o conflito estaria destinado a resolver dualismos divergentes, a resolver a tensão entre contrastes, visto que sua natureza – a síntese de elementos que trabalham juntos, tanto um contra o outro, quanto um para o outro – resguarda-lhe esta ambigüidade constitutiva e possibilitadora de novas formas de sociação.

Essa natureza [a do conflito] aparece de modo mais claro quando se compreende que ambas as formas de relação – a antitética e a convergente – são fundamentalmente diferentes da mera indiferença entre dois ou mais indivíduos ou grupos. Caso implique na rejeição ou no fim da sociação, a indiferença é puramente negativa; em contraste com a negatividade pura, o conflito contém algo de positivo. Todavia, seus aspectos positivos e negativos estão integrados; podem ser separados conceitualmente, mas não empiricamente.

Assim como o universo precisa de ‘amor e ódio’, isto é, de forças de atração e de forças de repulsão, para que tenha uma forma qualquer, assim também a sociedade, para alcançar uma determinada configuração, precisa de quantidades proporcionais de harmonia e desarmonia, de associação e competição, de tendências favoráveis e desfavoráveis¹⁰¹.

Se, para Simmel e para Elias, o conflito se destaca como elemento potencialmente presente em todas as instâncias da vida social, isso ocorre porque ambos colocam em relevo o caráter constitutivo, estruturador ou fundador de outras expressões do social, que nele potencialmente residem. Neste sentido, as condições de vida criadas pela metrópole oferecem

⁹⁹ SIMMEL. “A natureza sociológica do conflito”. *Op. cit.*, p. 122.

¹⁰⁰ *Ibidem*, p.122.

¹⁰¹ *Ibidem*, p. 123-124.

uma boa mostra da positividade com que ele se manifesta, visto que, nela, inúmeros processos motivados pelo conflito social podem, ao longo de seu desenvolvimento, deflagrar um comportamento cooperativo entre os indivíduos.

Parece-me ser exatamente esse comportamento cooperativo que, na contemporaneidade, a partir do processo de superexposição midiática, que responde, em alguma medida, pela amplificação exponencial da criminalidade e pela irradiação de uma sensação crescente de insegurança e de medo, faz com que o cenário urbano, mas não só ele, se torne pano de fundo para o desenrolar e o recrudescimento de séries sucessivas de ações reativas e adaptativas à violência, respaldadas, frise-se, pelos e nos mais diversos níveis sociais.

Neste contexto, a violência e o medo, além de se constituírem enquanto referências para a mudança de hábitos, horários, trajetos etc., também aglutinam pessoas em torno de idéias comuns sobre o uso dos espaços públicos e, mais especificamente, sobre a constituição física dos espaços privados, o que, *grosso modo*, remete à difusão do que se pode pertinentemente chamar de “arquitetura do medo”.

Em evidência nos espaços de importantes cidades brasileiras, as alterações arquitetônicas de caráter físico e estético que têm como parâmetro o medo tiveram como traço inicial a ampliação de muros (que, até então, eram bastante baixos e se prestavam mais à delimitação moral do âmbito residencial), sendo logo seguida pela adoção generalizada de grades.

Foi, porém, a partir do uso extensivo de rolos de arame farpado (que freqüentemente trazem à lembrança instalações militares, como campos de concentração e presídios), de cercas elétricas, além de guaritas e de cancelas que tais alterações ganharam traços mais expressivos.

Desde então, ela destaca-se, sobretudo, pela incorporação de um avançado aparato tecnológico (câmeras, sensores, alarmes etc.) à estrutura física planejada de imóveis, a que se

soma a contratação de serviços especializados prestados por empresas de segurança privada, que se tornam responsáveis pela proteção e, não raro, pela prática de regras de admissão e de circulação de pessoas dentro dos limites de centros comerciais, empresas, inclusive vilas (que se caracterizam pelo fechamento de vias públicas, em alguma medida, facilitado pela própria configuração das quadras), além de condomínios fechados verticais (multifamiliares) e horizontais (unifamiliares).

No que se refere a estes últimos, a adoção de todo esse aparato se soma as outras particularidades aqui discutidas, que, considere-se, em seu conjunto, os tornam forma exemplar de projetos arquitetônicos que pretendem a junção efetiva entre habitação e segurança, uma das principais razões pelas quais a literatura especializada lhes dedica especial atenção.

Nos dias atuais, à medida que a sensação de desconforto gerada pela violência se encontra na base das motivações apontadas para o surgimento e a efetivação de empreendimentos desse tipo – concorrendo com uma vasta lista de razões que levam as pessoas a optar por neles residir –, seria razoável que a literatura especializada se aproximasse, sem os preconceitos de outrora, dos matizes relacionais entre a violência e o medo e a produção do espaço residencial na cidade, e que nisso aprofundasse. Mais que isso, se se considera que a proliferação de condomínios fechados pode ocasionar mudanças sensíveis na configuração espacial das cidades, é pertinente que se analise mais de perto quanto estreita e fecunda é esta relação, o que efetivamente não convém que se perca pelas razões até aqui criticadas, por culpa ou por um sentimento de nostalgia pelo que de fato não se realizou por completo, mas que um *dever ser* incólume, porém, inalcançável torna insistentemente presente.

O “teatro das colisões hostis entre homens” – para citar a feliz expressão cunhada por Elias – tem como enredo a própria vida em sociedade¹⁰². Nela, o conflito é tanto elemento estrutural como uma das mais vívidas expressões de sua concretude – o que torna extremamente importante a compreensão satisfatória dos sentidos que ele resguarda. Para tanto, é evidentemente a necessidade de ampliação do universo discursivo no qual se situam os problemas analíticos cunhados a partir da cena contemporânea, o que, por sua vez, constitui exercício instigante e prolífero. Neste ambiente, uma perspectiva sociologicamente positiva do conflito – como a que reside nos trabalhos de Elias e de Simmel – certamente possui lugar de destaque e traz inúmeras possibilidades que apontam para outros caminhos, quiçá, mais interessantes de se percorrer, na busca por adequação, atualização, aprimoramento e desenvolvimento do instrumental analítico à realidade vivida – o que requer, como aqui se tentou argumentar, (re)avaliações profundas, inclusive de um ponto de vista formal.

Seguramente, a cidade é uma dessas formações duradouras que, dada sua capacidade de incorporar elementos, de conceder ao que ela acolhe e produz uma marca que lhe é própria, proporciona estímulos suficientes para que os especialistas, talvez antes de tudo, se questionem sobre sua capacidade de explicá-la e, a partir disso, quiçá, se disponham à compreendê-la.

¹⁰² ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998, p. 191, v 1.

NOTAS FINAIS

Apertar uma colherinha entre os dedos e sentir seu latejar metálico, sua advertência suspeita. Como custa negar uma colherinha, negar uma porta, negar tudo o que o hábito lambe até dar-lhe uma suavidade satisfatória. Quando mais simples é aceitar a fácil solicitação da colher, usá-la para mexer o café.

[...] Mas como um touro triste é preciso baixar a cabeça, do centro do tijolo de cristal empurrar para fora, em direção ao outro tão perto de nós, inacessível como o toureiro tão perto do touro. Castigar os olhos fitando isso que anda no céu e aceita astuciosamente seu nome de nuvem, sua resposta catalogada na memória. Não pense que o telefone vai lhe dar os números que procura. Por que haveria de dá-los? Virá somente o que você tem preparado e resolvido, o triste reflexo de sua esperança, esse macaco que se coça em cima de uma mesa e treme de frio. Quebre a cabeça desse macaco, corra do centro em direção à parede e abra caminho. Oh, como cantam no andar de cima! Há um andar de cima nesta casa, com outras pessoas. Há um andar de cima onde moram pessoas que não percebem seu andar de baixo, e estamos todos dentro do tijolo de cristal. E se, de repente, uma traça pára pertinho de um lápis e palpita como um fogo cinzento, olhe-a, eu a estou olhando, estou apalpando seu coração pequenino, e ouço-a: essa traça ressoa na pasta de cristal congelado, nem tudo está perdido. Quando abrir a porta e assomar à escada, saberei que lá embaixo começa a rua; não a norma já aceita, não as casas já conhecidas, não o hotel em frente; a rua, a floresta viva onde cada instante pode jogar-se em cima de mim como uma magnólia, onde os rostos vão nascer quando eu os olhar, quando avançar mais um pouco, quando me arrebentar todo com os cotovelos e as pestanas e as unhas contra a pasta do tijolo de cristal, e arriscar minha vida enquanto avanço passo a passo para ir comprar o jornal na esquina.

Julio Cortázar

Gostaria de desenvolver, por fim, duas últimas considerações a propósito de algumas idéias que nortearam esta dissertação.

[1]

A construção de Brasília permite que se coloque em relevo alguns aspectos diretamente associados à implementação de inúmeros projetos, planos de reforma urbana e intervenções socioespaciais que têm como fundamento uma perspectiva moderna sobre a cidade. Quando de sua realização, um sonho progressista, um desejo de integração social e de consolidação de uma identidade nacional impulsionavam pessoas e imprimiam movimento ritmado às atividades. Os “devaneios” e as aspirações de dois gênios contaminavam parte significativa da população e, sobretudo, àqueles diretamente envolvidos com sua execução. Porém, no simbólico e fatídico 21 de abril de 1960, inaugurava-se a cidade e desfazia-se também uma imagem. Os *candangos* – termo que, durante a edificação de Brasília, democraticamente e a um só tempo, designava a todos que participavam das obras, tanto o então presidente Juscelino Kubitschek como o simples trabalhador e, a partir de sua inauguração, qualificava pejorativamente os mesmos operários –, outrora aclamados como autênticos representantes de um povo, não encontrariam lugar de repouso no resultado de seu trabalho. Convidados a sair, desqualificados pela própria palavra que antes os consagrava, deveriam ocupar as margens, entendidas, desde o início, como “desvios” de um Plano Piloto e, depois, como cidades-satélites.

Que em algum momento Lúcio Costa e Oscar Niemeyer – como tantos outros arquitetos, urbanistas, administradores e especialistas – ousassem sonhar o espaço igualitário, e que esse sonho fosse compartilhado por muitos, não causa estranheza, mas, a lamentação e o desconforto analíticos motivados por uma tendência a superestimar o passado, causam sim.

Dito de outro modo, parte da literatura especializada expressa uma grande dificuldade e mesmo a recusa em assimilar o fato (demasiado evidente) de que, à medida que o ideal modernista alcançava a concretude de ruas e de prédios, de parques e de praças, assim como de corredores de passagem e também de auto-estradas, consolidavam-se espaços não mais igualitários e homogêneos, tal como foram planejados, mas, sim, tão segregados quanto os de outrora. Não obstante a constatação de fatos como esse, para alguns, a crença no ideal transformador moderno subsiste ainda incólume às falácias do próprio planejamento urbano modernista. Mais que isso, essa crença – capaz de turvar a visão e comprometer a reflexão crítica, ao converter hermeticamente o “ideal” em “real” – conduz, ainda, a outros embaraços, o que se verifica em alguns estudos sobre o urbano, inclusive os mais recentes, e, por isso, requer atenção pontual para com seus efeitos.

Ao longo do presente trabalho, procurou-se evidenciar que parte da crítica à cidade contemporânea, no contexto pós-industrial, está efetivamente comprometida com um passado moderno que se reconstitui mnemonicamente e, obviamente, sem os traços que perturbam as boas lembranças. Na literatura, os espaços e os lugares ressurgem como algo equilibrado, harmônico, totalmente apaziguado, o que conforma as referências que servem de contraponto para as análises sobre o espaço urbano atual. Suas mazelas, feridas expostas ao tempo, parecem ter sido curadas pela ciência que, hoje, já se ocupa de “novas/velhas” doenças¹⁰³: a segregação, a violência, a desigualdade, o narcisismo, o elitismo, todos exacerbados em um contexto substancialmente distinto, em forma e conteúdo, daquele que se propôs a ser

¹⁰³ Nada de novo, contudo, a se considerar, como Foucault, que “a consciência científica ou médica da loucura [acrescentaria que o mesmo se pode dizer sobre todas as doenças], ainda que reconheça a impossibilidade de operar uma cura, está sempre virtualmente comprometida num sistema de operações que deveria permitir eliminar seus sintomas ou dominar suas causas”. *História da loucura na Idade Clássica. Op. cit.*, p. 174. Por analogia, a cidade “doente”, teria sido sanada pela racionalidade embutida no planejamento modernista: a própria ciência tratou de permitir que a forma ideal se concretizasse. Mas, como se sabe, o tempo trouxe à tona outras variáveis indesejadas que, dada sua complexidade, demandam agora, no contexto pós-industrial, tratamento intensivo. Nunca é demais lembrar que, ironicamente, o duto vício da cura cria, em alguma medida, a própria doença.

modernamente inclusivo, igualitário, democrático, pacífico e, acima de tudo, proeminentemente público.

Basicamente, ignoram-se os fatos. E, com efeito, não se contabilizam (e nem se explicam) os “pequenos desvios” que escapam tanto ao analista quanto ao leitor, ambos demasiado preocupados com problemas “atuais”. Tudo se passa como se os planos de reforma e intervenções urbanas, seguidos à risca, tivessem logrado o êxito esperado.

É, deste modo, que a cidade moderna é reconstituída: tal como fora planejada, sem que se atribua a ela as características que a tornavam um espaço conturbado, desigual, violento, caótico, e que, justamente por isso, demandava incessantemente estudos sistematizados com vistas à sua plena organização/ordenação – frise-se, inalcançadas.

É exatamente neste ponto que se ancoram as críticas mais duras a autores como Caldeira e Sennett e, por ironia, é exatamente aí que se localiza a armadilha quase imperceptível que, me parece, alguns estudos contemporâneos constroem ao dissabor de sua argumentação.

Ao revelar e se opor aos enganos do planejamento modernista de vida das e nas cidades e, sobretudo, aos equívocos que parte da literatura especializada comete, ao perpetuar essa visão romantizada do passado moderno, uma outra parte da reflexão atual sobre a cidade é, via de regra, norteadada pela afirmação de que o espaço urbano, como modernamente fora concebido nunca se concretizou e, por isso, nunca proporcionou algumas experiências, como, por exemplo, a da proeminência do público sobre o privado.

O desvelo com que normalmente se denuncia a uma “fraude”, no calor discursivo das revelações, conduz o leitor ao outro extremo da argumentação: a afirmação de que estas formas ideais jamais se materializaram, numa palavra, não se tornaram reais. Em ambos os casos, o que se nota é a necessidade de se lidar com a forma bem-acabada, sendo a plenitude dos extremos o único modo de satisfazer a tais perspectivas. *Grosso modo*, a crítica da crítica, tomada, ainda, por uma obsessão pelo real, se esquece que, na prática cotidiana, os espaços

das cidades sempre estiveram a meio caminho da correspondência absoluta ao projeto; esquece-se que, entre a ordenação perfeita e o caos absoluto, habita o humano: incompleto, parcial, cambiante, múltiplo, fluido, inacabado.

Por isso, não se trata de afirmar, como M. Berman, ao ser tomado pelo impulso da clarividência em crítica a Jane Jacobs:

Estava claro, por volta do final dos anos 60, que, em meio às disparidades de classe e às polarizações raciais que fustigaram a vida urbana norte-americana, nenhum bairro urbano em qualquer parte, nem mesmo os mais ricos e saldáveis estariam livres do crime, da violência aleatória, do ódio penetrante e do medo. A fé de Jacobs no caráter benigno dos sons que ouvia da rua, no meio da noite, estava destinada a ser, na melhor das hipóteses, um sonho¹⁰⁴.

Este desejo de verdade, de desnudar “o melhor dos mundos”, a fim de que, ao se encontrar “o mundo real”, se possa, então, explicá-lo, é ainda tão belo quanto enganador. Decerto, as referências adotadas por Jacobs lhes eram tão palpáveis quanto àquelas que Berman trouxe à tona para reconstituir o Bronx de sua juventude. Elas só não eram e nem devem ser tidas como absolutas: resultam, antes, de uma perspectiva. Vale lembrar... exatamente por isso, por serem concretas, extremamente sólidas, é que se desmanchavam no ar.

Neste mesmo sentido, ao discurso bastante atual que, ao se voltar para a cidade, evoca criticamente os indícios da eminência perversa do privado sobre o público, não é suficiente contrapor os indícios da proeminência do público sobre o privado, o que corresponde a uma perigosa inversão¹⁰⁵. Não é suficiente, ainda, “desmentir” o passado que se reconstrói no presente. Para além disso, se faz necessário o reconhecimento de que o espaço público e o espaço privado, como resultantes imprecisos de necessidades públicas e privadas, de

¹⁰⁴ BERMAN. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. Op. cit., p. 308, grifo meu.

¹⁰⁵ Algo muito próximo à máxima nietzscheana: “Quem combate monstruosidades deve cuidar para não se tornar um monstro. E se você olhar longamente para um abismo, o abismo também olha para dentro de você”. NIETZSCHE, Friedrich. *Além do bem e do mal: prelúdio a uma filosofia do futuro*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 79.

demandas sociais e particulares que violentamente se imbricam, até hoje, nunca foram plenos, senão circunstancialmente, o que não é pouco. Talvez por isso, a dinâmica que os integra e que os separa, os movimentos que os misturam, que cotidianamente os constroem, os atravessam e os tornam públicos e/ou privados, é que precisa ser focada.

Do mesmo modo, não se trata de afirmar, como o faz Rodrigo Salcedo Hansen, que o espaço público discutido pela literatura especializada remete a um passado moderno mítico e, portanto, de entender esse passado como se ele nunca houvera sido, em alguma medida, real¹⁰⁶. Ele é tão mais real quando se admite que o real não é e nem corresponde a uma forma elevada, melhor-acabada da experiência humana, ainda que ideal. Como bem observa Otávio Velho, “nos dias atuais, não devemos nos deixar levar por um realismo ingênuo a respeito do que seja o real, porque o real é sempre, de alguma maneira, também construído”¹⁰⁷.

Salcedo Hansen se equivoca ao acreditar que há verdades históricas a desmascarar as “mentiras” difundidas e perpetuadas, inclusive, pelas análises mais recentes sobre o urbano. Essas “verdades” serão sempre melhor compreendidas se vistas enquanto reticências ao final de frases. Um convite à dúvida. E não um ponto final a encerrar um texto como a cidade. Dizer que esse passado não existiu, embora seja tentador, é também se situar no pólo oposto de uma fala que insiste em sua existência e que dele se vale para explicar o que, na cidade atual, dita pós-industrial, o nega. É preciso, pois, evitar e mesmo fugir das discussões que tomam como referência a forma absoluta, os extremos de uma vida social abrigada pela metrópole. Não obstante o fato de serem bem intencionadas, não raro, essas análises preservam as tautologias de outrora e se valem de uma lógica comum, na qual se perdem de vista as cores, as imagens, os interstícios que compõem diversamente as paisagens.

Sobre a certeza acerca dos fatos propriamente humanos convém reconhecer que esta se dissolve tão mais rápido quanto mais absoluta ela se torna. Sob o risco de se perder o já dito

¹⁰⁶ SALCEDO HANSEN. “El espacio público en el debate actual”. *Op. cit.*, p. 1-4 *passim*.

¹⁰⁷ VELHO. “Choque de civilizações, satanização do outro e chances de um diálogo universal – Segunda exposição”. *Op. cit.*, p. 170.

em uma narrativa que começa ao rés do chão, que, com passos vacilantes, se abre às incertezas, é preciso pensar outramente o espaço e as categorias com as quais se pretende não mais apreendê-lo, mas compreendê-lo. Não mais esgotá-lo, mas vê-lo incessante, inacabado, intérmino, duvidosa e virtualmente como seus próprios símbolos. É preciso, pois, sustentar a diversidade que o compõe.

[2]

Os diálogos entre Marco Polo e o Grande Khan, por Italo Calvino, trazem à tona as prerrogativas de remotas capitais de província, cidades conhecidas pelo viajante em missão imperial. Leônia, Zenóbia, Fedora, Maurília, Isaura, Valdrada, Pentésiléia, como tantas outras, emergem de narrativas figuradas e bastante detalhadas. Às descrições, por vezes, se soma um mostruário de mercadorias que, espalhado aos pés do trono, oferece ao imperador a desejada noção sobre a vastidão e a riqueza de seus domínios. Contudo, como lembra Calvino, era inútil que para falar de suas cidades Marco utilizasse tantas ninharias. Exímio jogador de xadrez, bastava ao imperador que se atribuísse a cada miudeza um significado apropriado, tal como às peças, em jogo, dispostas no tabuleiro. Pensava o Grande Khan: “[...] se cada cidade é como uma partida de xadrez, o dia em que eu conhecer as suas regras finalmente possuirei o meu império, apesar de jamais conseguir conhecer todas as cidades que este contém”¹⁰⁸.

Por isso, dispondo sobre o tabuleiro peças que, como a rainha, poderiam significar uma dama debruçada no balcão, uma fonte ou uma igreja com a cúpula cuspidata, Marco traçava avenidas retas ou oblíquas e, assim, “recriava as perspectivas e os espaços de cidades brancas-e-pretas em noites de lua”¹⁰⁹.

¹⁰⁸ CALVINO, Italo. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras: 2002, p. 111.

¹⁰⁹ *Ibidem*, p. 112.

Ao contemplar essas paisagens essenciais, Kublai refletia sobre a ordem invisível que governava a cidade, sobre as regras a que respondiam o seu surgir e formar-se e prosperar e adaptar-se às estações e definhar e cair em decadência. Às vezes, parecia-lhe estar prestes a descobrir um sistema coerente e harmônico que estava por trás das infinitas deformidades e desarmonias, mas nenhum modelo resistia à comparação com o jogo de xadrez¹¹⁰.

Com efeito, Kublai Khan já não precisava mais designar o viajante Polo para as expedições longínquas. Bastava detê-lo para jogar intermináveis partidas de xadrez.

O conhecimento do império escondia-se no desenho traçado pelos angulosos saltos do cavalo, pelos espaços diagonais que se abrem nas incursões do bispo, pelo passo arrastado e prudente do rei e do humilde peão, pelas alternativas inexoráveis de cada partida¹¹¹.

Tentava o Grande Khan identificar-se com o jogo. Contudo, deparou-se com questão demasiado inusitada para um sábio e exímio jogador:

[...] agora, era o motivo do jogo que lhe escapava. O objetivo de cada partida é um ganho ou uma perda: mas do quê? Qual era a verdadeira aposta? No xeque-mate, sob os pés do rei derrubado pelas mãos do vencedor, resta um quadrado preto ou branco. Com o propósito de desmembrar as suas conquistas para reduzi-las à essência, Kublai atingira o extremo da operação: a conquista definitiva, diante da qual os multiformes tesouros do império não passavam de invólucros ilusórios, reduzia-se a uma tessela de madeira polida: o nada...¹¹²

Como argumentei no início deste trabalho, a ciência – enquanto modo de operação sobre o “real” que, em condições de modernidade, invade todos os campos – especializou-se em aprimorar procedimentos e instrumentos nada sutis, que competente e coerentemente, quase sempre, convertem elementos tão diversos, em sua forma e em sua complexidade, em algo espantosamente desembaraçado, desprovido de vozes e de metáforas, o que, não por acaso, corresponde às tentativas do Grande Kublai de descobrir um sistema coerente e harmônico por detrás das infinitas deformidades e desarmonias das coisas que diziam dos lugares e cidades visitados por Polo.

¹¹⁰ CALVINO. *As cidades invisíveis*. *Op. cit.*, p. 112.

¹¹¹ *Ibidem*, p. 112.

¹¹² *Ibidem*, p. 113.

O caráter eminentemente restritivo que se encontra na base do rigor objetivista científico e moderno conduz a uma percepção bastante parcial do universo urbano. Conduz, por que não dizer, determinadamente, a “um achatamento de perspectiva, a uma diminuição do espectro imaginativo”, como sabiamente considera Berman¹¹³.

Essa determinação decorrente de uma inflexibilidade, de uma austeridade operacional conduz (como na partida de xadrez), ainda, à improficuidade analítica, dado o número restrito de alternativas e de combinações admitidas pelas regras de produção e circulação do conhecimento.

Veja-se, a propósito, em que as observações de Edward W. Soja sobre os processos de reestruturação urbana e, especialmente, sobre o uso do conceito de reestruturação, confluem com o aqui exposto. Para este autor, os processos de reestruturação temporal-espacial das práticas sociais

[...] continuam a ser enterrados sob esquemas evolucionistas idealizados em que a mudança simplesmente parece acontecer, ou surge para pontuar alguma marcha inelutável para o ‘progresso’. Esse idealismo evolucionista (outra forma de historicismo) disfarça o arraigamento da reestruturação na crise e conflito competitivo entre o velho e o novo, entre a ordem herdada e uma ordem projetada. A reestruturação não é um processo mecânico ou automático, nem tampouco seus resultados e possibilidades potenciais são predeterminados. Em sua hierarquia de manifestações, a reestruturação deve ser considerada originária de e reativa a graves choques nas situações e práticas sociais preexistentes, e desencadeadora de uma intensificação de lutas competitivas pelo controle das forças que configuram a vida material. Assim, ela implica fluxo e transição, posturas ofensivas e defensivas, e uma mescla complexa e irresoluta de continuidade e mudança. Como tal, a reestruturação se enquadra entre a forma parcial e a transformação revolucionária, entre a situação de perfeita normalidade e algo completamente diferente¹¹⁴.

Ora, as palavras notoriamente ásperas de Soja denotam, dentre outras coisas, o desgaste analítico que parte da literatura especializada e, em particular, algumas vertentes do pensamento crítico expressam ao reproduzir um discurso sem viço sobre a cidade e sobre os

¹¹³ BERMAN. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. Op. cit. p. 23.

¹¹⁴ SOJA, Edward W. *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993, p. 193-194.

processos que nela se dão. Sua inquietude tenciona a insensibilidade deste modo de operação quando contrastado com a própria realidade retratada.

O discurso científico e moderno faz crer, inclusive, que a realidade se comporta, ainda hoje, da mesma maneira que outrora. Dá a entender que os esquematismos propostos para sua apreensão coincidem mesmo com ela, quando, de fato, ela os contradiz.

Neste sentido, note-se que, em alguns contextos, o espaço urbano se torna uma dessas manifestações mais evidentes dos limites e da saturação do próprio modo de operação moderno. Dito de outro modo, desde que se evite “conceber limite como uma linha divisória, como fronteira definida que separa irremediavelmente dois campos ou dois domínios”, como recomenda Coelho dos Santos, e que se evite, portanto, considerar a modernidade como um período histórico que termina na data exata em que outro começa, é possível entender que alguns fatores estreitamente ligados aos processos de reestruturação urbana, potencialmente em curso nos mais diversos contextos, estejam informando o que pode ser compreendido por descontinuidade de um modelo espacial comum à constituição da clássica cidade capitalista industrial ou, mais precisamente, como saturação do projeto moderno de vida da e na cidade¹¹⁵.

A se reputar, tal como Coelho dos Santos,

[...] que saturação não é sinônimo de desaparecimento puro e simples [...], mas deve ser entendida como esgotamento de um projeto determinado, como exaustão de um determinado modo de operar, como falência de uma lógica a cujo sistema de axiomas não se pode mais acrescentar qualquer axioma independente, sem que o conjunto se torne contraditório,

nada mais razoável de se compreender, por conseguinte, que embora poucos, casos como os da cidade de Los Angeles, amplamente discutido por Soja, constituem, sim, um outro

¹¹⁵ COELHO DOS SANTOS. “Sob o brilho frio dos tubos de raios catódicos”. *Op. cit.*, p. 100.

paradigma socioespacial, e que, justamente por isso, põem também em conflito toda uma lógica operacional e analítica¹¹⁶.

Não é demasiado lembrar, entretanto, que a condição necessária de transformação corresponde, em síntese, às formalidades modernas de um devir que previsivelmente se antecipa. Logo, a busca por evidências, a necessidade de se detectar a presença de elementos que confirmem o surgimento e a estabilidade deste padrão, quando têm por escopo a confirmação da superação de formas de socialidade e de espacialidade já manifestas, repete as falácias de um modo de operação caduco, ávido pelo “novo” que se contrapõe e destrói ao que lhe precede.

É preciso, por isso, que se tenha em mente que a constatação da existência de outro paradigma implica uma postura analítica logicamente refratária à idéia de superação, bem como à proeminência e determinação de um caráter teleológico (que virtualmente se antecipa) presente no complexo de ações e práticas sociais que se inscrevem no espaço urbano. O que se exige, portanto, é o reconhecimento de “um ponto para o qual se tende”, sem ter que chegar a atingir¹¹⁷.

Se, na contemporaneidade, a expressão “geografias pós-modernas” ajusta-se tão bem a alguns contextos socioespaciais é porque, neles, as condições e os dimensionamentos

¹¹⁶ COELHO DOS SANTOS. “Sob o brilho frio dos tubos de raios catódicos”. *Op. cit.*, p. 91.

¹¹⁷ *Ibidem*, p. 100. A metáfora matemática do limite, *do ponto para o qual se tende*, que tomo por empréstimo de Coelho dos Santos, permite recordar algumas das proposições de Georg Simmel, a quem recorro a propósito da aplicabilidade da noção de “superação”. Para além da perspectiva na qual os conflitos devem ser superados, enquanto contradições que são, visando o restabelecimento e a harmonia do “todo” – dialética com superação, vinculada à vertente hegeliana –, Simmel se atém às formas inacabadas e processuais através das quais se apresentam as contradições. Dito de outro modo, este autor se volta para o que é inerente à dinâmica cultural e, nela, conflitante. Como exemplo, tem-se os processos de subjetivação e objetivação, compreendidos como tensos e constantes. Embora galgado, o equilíbrio é inalcançável visto que, insistentemente, “o espírito tornado objeto opõe-se à vivacidade torrencial, à responsabilidade interior e à cambiante tensão da alma subjetiva”. Se, por um lado, a cultura é sempre síntese, ela é também separação. Ela pressupõe o entrelaçamento entre o subjetivo e o objetivo, entre o interno e o externo, sendo justamente a dualidade de princípios destes elementos e o seu entrelaçamento conflitante que propiciam sua existência. Com efeito, se o que se toma como objeto é a forma aparentemente acabada sob a qual a cultura se cristaliza, compreender que esta é constitutivamente belicosa, contraditória, significa antes admitir a impossibilidade de dar-lhe os contornos definitivos de uma síntese, de uma forma equilibrada e harmônica do “todo”, senão como abstração. SIMMEL, Georg. “O conceito e a tragédia da cultura”. In: SOUZA, Jessé & OËLZE, Berthold (Orgs.) *Simmel e a modernidade*. Brasília: UNB, 1998, p. 79-108. Consulte-se também: SIMMEL, Georg. “Puente y puerta”. In: *El individuo y la libertad. Ensayos de crítica de la cultura*. Barcelona: Ediciones Península, 2001, p. 45-53.

modernos de vida da e na cidade já não se sustentam predominantemente como outrora. A isso corresponde dizer que, nestes contextos, a lógica com a qual se procurava organizar e sob a qual se procurava compreender “sociedade e espaço urbano” já não permite dimensionar o(s) impacto(s) dos sucessivos processos de transformação pelos quais passa a cidade, nos mais diversos âmbitos, bem como ela os absorve, nem mesmo compreendê-los.

Logo, se universos citadinos distintos coexistem e essa coexistência é, decerto, conflitante, seu estudo requer cuidados para que um não seja reduzido ao outro, neutralizado em suas potencialidades; requer atenção para com uma lógica que se esvai sem que uma outra a supere – e sem que isso pretenda. Disso desprende-se um hibridismo sobre o qual as práticas monísticas e os esquematismos de outrora pouco têm a dizer.

Ao fim, nem mesmo os recursos sob os quais se dissimulam as intenções lineares de um discurso são suficientes. As simultaneidades confusas dos fatos que formam a cena pós-moderna não solicitam mais a sucessividade, os antecedentes e os conseqüentes, que só um espírito unidimensionado exige.

Como nunca antes, as simultaneidades complexas de pessoas e de espaços em movimento compõem dialogicamente um texto plurívoco, intérmino, repleto de experiências polifônicas: a própria cidade. Constituem, portanto, texto sobre o qual se criam outros textos; fomentam a escritura; são *originárias de e reativos a*, tal como sugere Soja em relação aos processos urbanos reestruturantes¹¹⁸. Neste sentido, torna-se importante reconhecer não só as dimensões e os impactos socioespaciais dos processos que se dão no contexto de importantes metrópoles mas, sobretudo, rever o instrumental teórico-conceitual de análise – bem com sua intenção – e, a partir disso, gerar um impulso analítico criativo que tem como foco a ampliação do debate sobre o urbano e das perspectivas sobre as quais este debate se dá.

¹¹⁸ SOJA. *Geografias pós-modernas. Op. Cit.*, p. 194.

Por isso, e se se pretende levar a efeito a necessidade de compreensão das várias possibilidades que a metrópole engendra, é preciso, em alguma medida, se misturar a ela, a ponto de poder estranhar os discursos sobre ela. É preciso dissolver a distância que separa estes discursos da prática cotidiana, e se reconhecer como parte de ambos. Mais ainda, é preciso que se entenda que, quando o pensamento conduzido pela *doxa* vigente termina, a visão continua, e para que se fale da sua profundidade é preciso que as perspectivas permaneçam relacionadas com o conteúdo concreto visto¹¹⁹.

Ao fim, é preciso visitar novamente àqueles que, de algum modo, se reconheceram imersos na diversidade e na complexidade do próprio objeto, sem se constranger por isso. Se debruçar sobre o próprio sistema de referências e pensar o pensamento. Admitir que, diante da velocidade com que os contextos se dissolvem e da obsolescência dos paradigmas, não há recurso mais apropriado senão o de “correr o risco de ver como desatualizadas as melhores partes de nossos ideais, e de aceitar o desafio”¹²⁰.

Mais ainda, talvez seja preciso que escritores – narradores fadados a contar histórias que carregam uma moral sobre isto e aquilo –, como recomenda James Clifford, lutem para confrontar e assumir a responsabilidade sobre suas sistemáticas construções, o que inclui, obviamente, a que esta dissertação propõe¹²¹.

¹¹⁹ Cf. ÖELZE, B. “A percepção das essências em Simmel – um estudo metodológico”. In: SOUZA, Jessé & OËLZE, Berthold (Orgs.) *Simmel e a modernidade*. Brasília: UNB, 1998, p. 225-239.

¹²⁰ CANEVACCI, M. *A cidade polifônica: ensaio sobre a antropologia da comunicação urbana*. São Paulo: Studio Nobel, 1993, p. 38.

¹²¹ Da intenção ao gesto, o primeiro passo a permitir que isto se torne, de fato, algo concreto talvez seja o reconhecimento necessário de que “se estamos condenados a contar histórias que não podemos controlar, pelo menos não contemos histórias que acreditemos serem *as verdadeiras*”. CLIFFORD. *A Experiência Etnográfica*. *Op. cit.*, p. 96, grifos do autor.

Referências Bibliográficas

ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

AlphaVille Lagoa dos Ingleses. Belo Horizonte: AlphaVille Urbanismo S.A./Lagoa dos Ingleses Urbanismo S.A., maio de 2000.

ANDRADE, Luciana Teixeira de. “Auto-segregação e vida urbana nos condomínios residenciais fechados”. 24ª Reunião da ABA. Recife, 2004.

_____. “Condomínios fechados da Região Metropolitana de Belo Horizonte: novas e velhas experiências”. In: *Anais do IX Encontro Nacional da ANPUR*. Rio de Janeiro, 28 de maio a 1 de junho de 2001, v. 2, p. 936-943.

_____. “Os condomínios fechados e as novas dinâmicas metropolitanas”. Trabalho apresentado no 10º Encontro de Geógrafos da América Latina, São Paulo, 20 a 25 de março de 2005.

_____. “Segregação socioespacial e construção de identidades urbanas na RMBH”. In: MENDONÇA, Jupira Gomes e LACERDA, Maria Helena (Orgs.) *População, espaço e gestão na metrópole: novas configurações, velhas desigualdades*. Belo Horizonte: PUC Minas, 2003, p. 180-204.

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

BECKER, Howard S. *Art Worlds*. Berkeley: University of California Press, 1982.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BOBBIO, N., MATTEUCCI, N. & PASQUINO, G. *Dicionário de Política*. Brasília: UNB, 2000, 2 v.

BOUDON, R. & BOURRICAUD, F. *Dicionário Crítico de Sociologia*. São Paulo: Ática, 2001.

BOURDIEU, Pierre. “Gostos de Classe e Estilos de Vida”. In: ORTIZ, Renato (Org.). *Pierre Bourdieu*. São Paulo: Ática, 1983, p. 82-121.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. “Enclaves Fortificados: A Nova Segregação Urbana”. In: *Novos Estudos*, CEBRAP, nº 47, março, 1997. p. 155-176.

CALVINO, Italo. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras: 2002.

CANEVACCI, M. *A cidade polifônica: ensaio sobre a antropologia da comunicação urbana*. São Paulo: Studio Nobel, 1993.

“Carta de Atenas, Assembléia do CIAM, Atenas, novembro de 1933”. In: *Cartas Patrimoniais*. Brasília, DF: IPHAN, 1995, p. 23-80.

CARVALHO, Maria Alice Rezende de. “Violência no Rio de Janeiro: uma reflexão política”. In: PEREIRA, Carlos Alberto Messeder [et al.]. *Linguagens da Violência*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000, p. 47-74.

CASTELLS, Manuel. *A Questão Urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994, v 1.

CHOAY, Françoise. *O Urbanismo: Utopias e Realidades. Uma Antologia*. São Paulo: Perspectivas, 1998.

CLIFFORD, James. *A Experiência Etnográfica: Antropologia e Literatura no Século XX*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998.

COELHO DOS SANTOS, Francisco. “Sob o brilho frio dos tubos de raios catódicos”. In: MARTINS, F. Menezes e MACHADO DA SILVA, J. *Para navegar no século XXI. Tecnologias do imaginário e cibercultura*. Porto Alegre: EDIPURCRS/Editora Sulina, 1999, p. 89-103.

COSTA, Heloísa Soares de Moura. “Natureza, mercado e cultura: caminhos da expansão metropolitana de Belo Horizonte”. In: MENDONÇA, Jupira Gomes e LACERDA, Maria Helena (Orgs.) *População, espaço e gestão na metrópole: novas configurações, velhas desigualdades*. Belo Horizonte: PUC Minas, 2003, p. 159-179.

DURHAM, Eunice R. “A Pesquisa Antropológica com Populações Urbanas: Problemas e Perspectivas”. In: CARDOSO, Ruth C. L. (Org.). *A Aventura Antropológica. Teoria e Pesquisa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, p. 17-37.

ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998, v. 1.

_____. *Os Alemães. A luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

FEATHERSTONE, Mike. *Cultura de Consumo e Pós-Modernismo*. São Paulo, Studio Nobel, 1995.

FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1998.

_____. *História da Loucura na Idade Clássica*. São Paulo: Perspectiva, 1991.

_____. “Verdade e Poder”. In: *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2002, p. 1-14.

GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e Método II: complementos e índice*. Petrópolis: Vozes, 2002.

GIDDENS, Anthony. *As Conseqüências da Modernidade*. São Paulo: UNESP, 1991.

HIRSCHMAN, Albert O. *De consumidor a cidadão: atividade privada e participação na vida pública*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

HISSA, Cássio E. Viana. *A mobilidade das fronteiras: inserções da geografia na crise da modernidade*. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

JACOBS, Jane. *Morte e Vida de Grandes Cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

JENCKS, Charles. *Movimentos Modernos em Arquitetura*. Rio de Janeiro: Edições 70, 1985.

LEMONS, Celina Borges. “AlphaVille Lagoa dos Ingleses”. *Aqui*. Revista do IAB - Departamento/MG, nº 1, primavera/1999, p. 50-52.

LOPEZ, Robert. “Gaiolas de Ouro”. *Revista Atenção!* São Paulo: Editora Página Aberta Ltda., ano 2, nº 5, 1996, p. 40-42.

MAFFESOLI, Michel. *O tempo das tribos. O declínio do individualismo nas sociedades de massa*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.

MAGNANI, J. G. C & TORRES (Orgs.) *Na Metrópole: Textos de Antropologia Urbana*. São Paulo: EDUSP, 1996.

MONTERO, Paula. “Globalização, identidade e diferença”. In: *Novos Estudos*, CEBRAP, nº 49, novembro de 1997, p. 47-64.

NIETZSCHE, Friedrich. *Além do bem e do mal: prelúdio a uma filosofia do futuro*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

NORONHA, Ronaldo de. “A formação dos gostos: sociologia dos juízos estéticos”. In: *Teoria e Sociedade*. Belo Horizonte: UFMG, julho de 1999, nº 3, p. 61-86.

ÖELZE, B. “A percepção das essências em Simmel – um estudo metodológico”. In: SOUZA, Jessé & OËLZE, Berthold (Orgs.) *Simmel e a modernidade*. Brasília: UNB, 1998, p. 225-239.

OLIVEIRA JR., Hélio Rodrigues de. *O condomínio e a Cidade. Um estudo sobre a inserção do AlphaVille Lagoa dos Ingleses na RMBH*. Belo Horizonte: UFMG-FAFICH, 2001, (Monografia, Bacharelado em Ciências Sociais).

PARK, Robert E. “A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano”. In: VELHO, Otávio G. (Org.). *O Fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987, p. 26-67.

PELBART, Peter Pál. “Choque de civilizações, satanização do outro e chances de um diálogo universal – Primeira exposição”. In: FRIDMAN, Luis Carlos (Org.). *Política e Cultura: Século XXI*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: ALERJ, 2002, p. 147-158.

REIS, Fábio Wanderley. *Análise Histórico-Comparada: Uma Alternativa para o Estudo do Desenvolvimento?* Porto Alegre: Instituto Goethe, 1985.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Discurso sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens*. São Paulo: Editora Abril Cultural, 1983, (Os Pensadores), 233-320.

SALCEDO HANSEN, Rodrigo. El espacio público en el debate actual: Una reflexión crítica sobre el urbanismo post-moderno. *EURE* [online]. Santiago, vol.28, nº 84, 2002, p. 5-19. Disponível em: <<http://www.scielo.cl/scielo.php>>. ISSN 0250-7161. Acesso em: 25 fev. 2005.

SANTOS, B. de Sousa. “Reinventar a democracia: entre o pré-contratualismo e o pós-contratualismo”. In: OLIVEIRA, F. de & PAOLI, M. C. (Orgs.). *Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e hegemonia global*. Petrópolis, RJ: Vozes; Brasília, DF: NEDIC, 1999, p. 83-129.

SENNETT, Richard. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SIMMEL, Georg. “A Metrópole e a Vida Mental”. In: VELHO, Octávio G. (Org.). *O Fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1987, p. 11-25.

_____. “A natureza sociológica do conflito”. In: MORAES FILHO, Evaristo de (Org.). *Georg Simmel: Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983, p. 122-134.

_____. “O conceito e a tragédia da cultura”. In: SOUZA, Jessé & OËLZE, Berthold (orgs.) *Simmel e a modernidade*. Brasília: UNB, 1998, p. 79-108.

_____. “Puente y puerta”. In: *El individuo y la libertad. Ensayos de crítica de la cultura*. Barcelona: Ediciones Península, 2001, p. 45-53.

_____. *Sociología. Estudios sobre las formas de socialización*. Madrid: Alianza, 1986, v. 1.

SIMÕES, Kátia. Ouro em sua porta. *Pequenas Empresas Grandes Negócios*, 2004. Disponível em: <<http://www.empresas.globo.com/Empresasenegocios/0,19125,ERA452514-2482,00.html>>. Acesso em: 18/01/2005.

SOJA, Edward W. *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

_____. “O desenvolvimento metropolitano pós-moderno nos EUA: virando Los Angeles pelo avesso”. In: SANTOS, Milton (Org.). *Território, Globalização e Fragmentação*. São Paulo: HUCITEC/ANPUR, 1994, p. 154-168.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

TEIXEIRA, João Gabriel & SOUZA, José Moreira de. “Desigualdade socioespacial e migração intra-urbana na RMBH 80-91”. In: *Cadernos Metrópole*, nº 1, São Paulo: EDUC, 1999, p. 99-133.

VELHO, Otávio G. “Choque de civilizações, satanização do outro e chances de um diálogo universal – Segunda exposição”. In: FRIDMAN, Luis Carlos (Org.). *Política e Cultura: Século XXI*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: ALERJ, 2002, p. 159-173.

VIANNA, Hermano. *O Mundo Funk Carioca*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

VIEIRA, Radamés Andrade. *Entre o positivismo e a hermenêutica: a causalidade na obra teórico-metodológica de Weber*. Belo Horizonte: UFMG-FAFICH, 2004, (Dissertação, Mestrado em Sociologia).

VILLAÇA, Flávio. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel, 1998.

WEBER, Max. *Metodologia das Ciências Sociais*. São Paulo: Cortez; Campinas: UNICAMP, 1992.